

# Plural

Nº 14 - Ano 11 - Junho de 2005

Publicação da Associação dos Professores da Universidade Federal  
de Santa Catarina, Seção Sindical do Andes-Sindicato Nacional



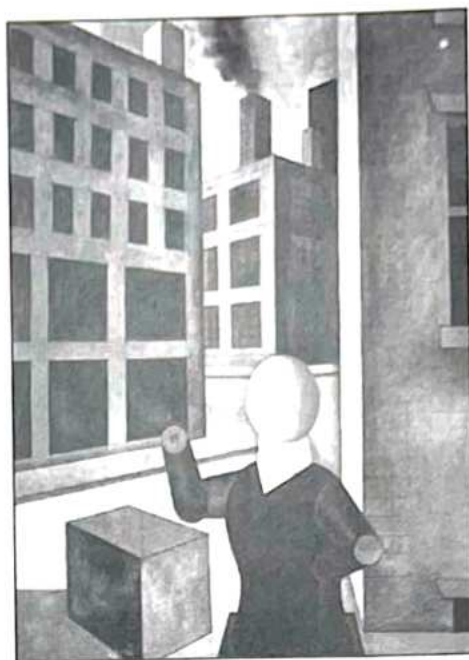


# 30 anos Apufsc

Capa: detalhe do quadro The Poet (half Past Three), de Marc Chagall



# Apresentação



A revista Plural tem tratado, em seus números anteriores, de grandes temas que nos dizem respeito, mas parecem distantes, algo intangíveis: a ordem econômica mundial; políticas públicas na área econômica que, tendo como objetivo o superávit fiscal, são, quase de forma naturalizada, referenciais únicos para políticas em educação, previdência, saúde, habitação, etc. Todos sabemos que esses temas interagem diretamente com nosso cotidiano.

Neste número focalizamos algo diferente, pelo menos de uma outra perspectiva. Aquela que nos reporta a como sofremos, do ponto de vista físico e psíquico - se é que é possível essa separação -, as condições de vida em nosso ambiente de trabalho. Os artigos do Especial Saúde do Professor, na maioria advindos de Seminário realizado pela Apufsc e coordenado pelo prof. Carlos Henrique Lemos Soares, tentam refletir sobre o mal estar que sentimos em nosso fazer acadêmico. Sabemos que o produtivismo, derivado da política imposta aos professores diretamente pela instituição universitária ou pelos órgãos de pesquisa, altera profundamente a perspectiva da produção intelectual. No limite, podemos dizer que inviabiliza a produção do conhecimento, na medida em que caminha na contramão da dúvida, da criatividade, da maturação da idéia que se impõe por sua própria força e sem qualquer função utilitarista na qual o mercado passe a ser parâmetro absoluto. Quando a pressão chega a ser a certeza absoluta, a intolerância com o diferente, - com o que possa parecer, a princípio, simples fabulação -, o resultado é a produção aligeirada pelo temor à fuga dos

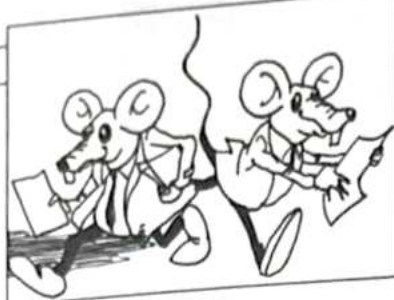
cânones que servem ao senso comum. Gestando o pensamento conveniente, interrompe-se a história do conhecimento e adaptamo-nos, por afinidade, ao pensamento único e ao fim da história. Assim, se instala um ambiente em que a competição, o carreirismo, o individualismo e a solidão intelectual instauram-se como condição da convivência/sobrevivência no trabalho.

Incrível é pensar que a interdisciplinaridade se mantém enquanto retórica na maioria dos projetos de pesquisa. Da mesma forma, a função social permanece inscrita na missão da instituição e da maioria dos cursos. Enquanto assistimos a uma política explícita de marketing das instituições privadas de ensino superior cujo argumento é "formar para o mercado", nas universidades públicas, através da contaminação na porosidade de inúmeras atribuições, acabamos por agir instintivamente com o mesmo objetivo.

Algo diferente se impôs nesse atravessar de milênio. Outras épocas já tiveram a subjetividade agredida. Na modernidade, segundo Hegel, o substrato é a cisão entre razão e emoção. Hoje, se vivemos a exasperação da contradição moderna ou a acomodação pós-moderna, é um escrutínio analítico que não é objetivo de nossa presente edição. Se a contradição/acomodação nos faz sofrer, é disso que se trata. Com a palavra, os autores. Aos professores, um momento de reflexão no espelho de um Eu que, se verdadeiramente sofre, é porque rejeita e não se sujeita. A quê? Se existe resposta, existe algo que nos une. Se nos unimos, com certeza, menos sofremos. Convidamos à leitura....

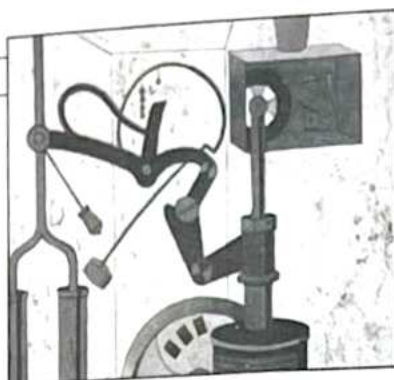
**As editoras**





4

**Impressões sobre a universidade insalubre, por Rogério F. Guerra**



14

**Trabalho e saúde do professor, por Francisco Lacaz**



20

**Condições e cargas de trabalho da atividade docente, por Jadir Lemos e Roberto M. Cruz**



28

**Promoção da saúde na era do estilo de vida, por Markus V. Nahas, Elusa S. de Oliveira e Patrícia D. Santos**



34

**Sofrimento psíquico no trabalho, por Fernando G. Castro**



48

**Dependentes químicos: a atuação do Sanps dentro da UFSC - Entrevista**



**ARTIGO**

**Estratégias de mercantilização da educação brasileira: uma reforma da educação superior do governo Lula, OMC e Alca, por Kátia Lima**

**58**

**Desenvolvimento econômico nacional e direitos humanos: possibilidades ou retórica?, por Wolney Carvalho e Juliana Grigoli**

**66**

**Crônica de uma democracia difícil: disputa política e escolha eleitoral na Universidade Federal de Santa Catarina, por Remy José Fontana**

**74****RESENHA**

**Uma grande obra com grandes lacunas: as ditaduras envergonhada, escancarada e derrotada, por Waldir Rampinelli**

**82****HOMENAGEM**

**O centenário de Pablo Neruda**

**88****EXPEDIENTE**

**Editoras:** Maria Odete Santos, Tanira Piacentini

**Conselho Editorial:** Alai Garcia Diniz, Altamir Dias, Anamaria Beck, Bernardete Wrublevski Aued, Hamilton Abreu, Marcelo Tragtenberg, Milton Muniz, Osvaldo de Oliveira Maciel, Raúl Burgos, Waldir Rampinelli

**Edição:** Ney Carvalho Pacheco

**Jornalista Responsável:** Ney Carvalho Pacheco - SC-735 JP

**Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa:**

Tadeu Meyer Martins

**Colaboraram com esta edição:**

**Revisão de Texto:** Regina Carvalho

**Digitação:** Alessandra Gramkow

**Fotografia:** Leonardo Miranda, Giovani André

**Ilustração:** Clóvis Geyer, Rubem Marengo

**Impressão:** Gráfica Agnus

**Tiragem:** 3.500 exemplares

Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores. Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte. Contribuição para publicação na próxima edição: veja instruções na última página.

Plural nº 14 ano 10 é uma publicação sindical editada pela Apufsc - Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical do Andes - SN

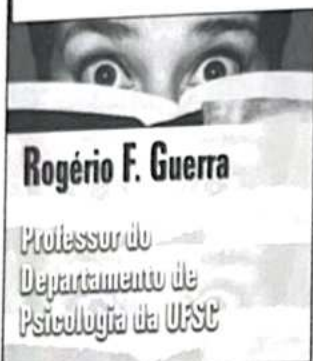
Blocos Modulados - Campus Universitário - Caixa Postal 5911 - 88040-900 Florianópolis - SC  
Fone (48) 234 5216 - Fax/Tel (48) 234 2844  
diretoria@apufsc.ufsc.br - www.apufsc.ufsc.br





ESPECIAL SAÚDE DO PROFESSOR

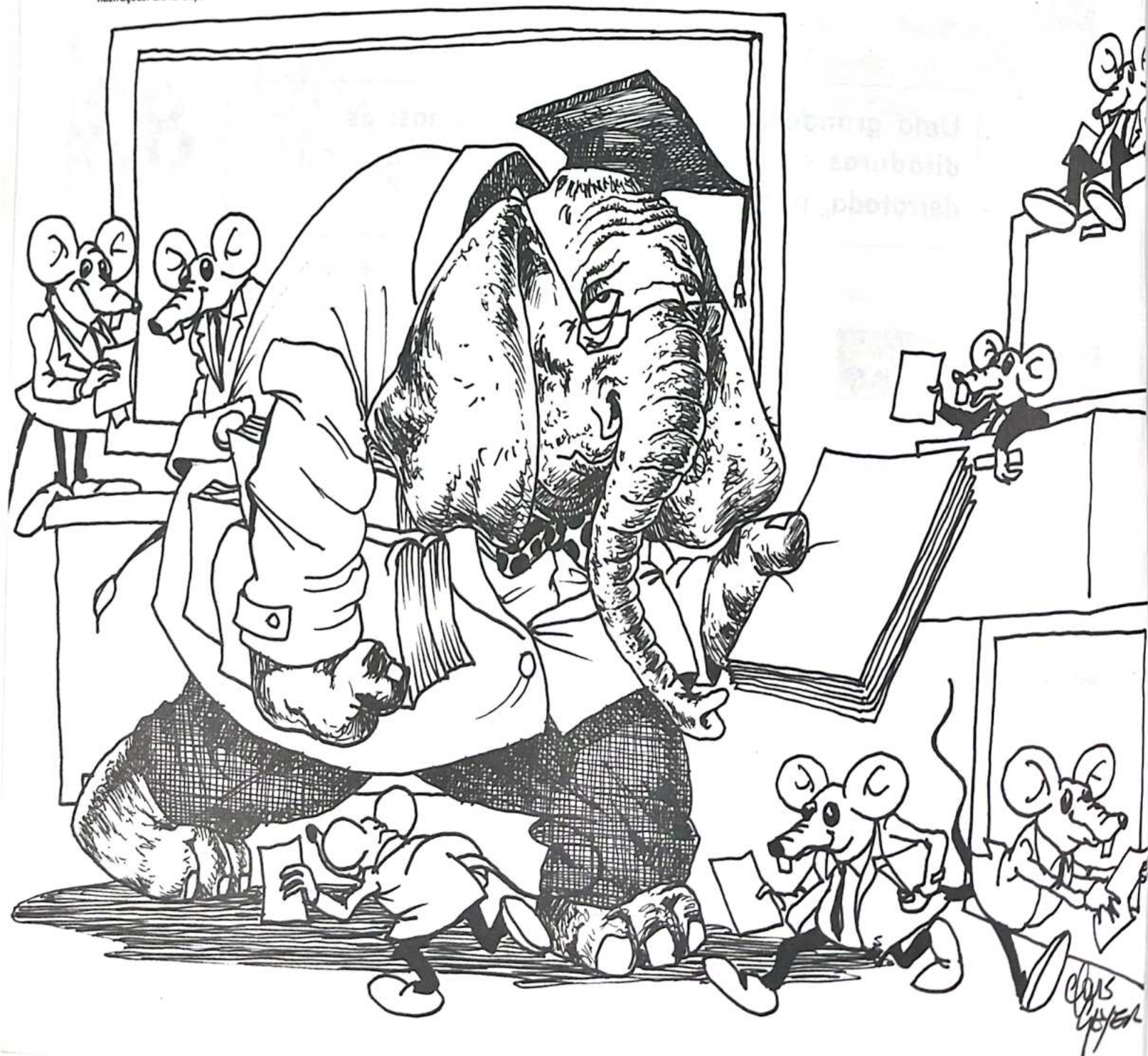
# Impressões sobre a



**Rogério F. Guerra**

Professor do  
Departamento de  
Psicologia da UFSC

Ilustrações: Clóvis Geyer







# Universidade insalubre

## DESCRIÇÃO DO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO INSALUBRE

**A**s universidades desempenham papel importante para o desenvolvimento de um país, pois elas são responsáveis por descobertas científicas, inovações tecnológicas e disseminação do conhecimento. A sua vocação é, inevitavelmente, ter os olhos voltados para o futuro. Não obstante a sua importância, as universidades brasileiras estão em processo de degradação, processo este que é ocasionado não somente pela falta de recursos orçamentários, mas também por outros fatores de difícil visualização. Com efeito, os professores estão se aposentando mais tarde, a carga de trabalho vem aumentando com o tempo, em razão do aumento do número de vagas para alunos nas universidades, dificuldades na infra-estrutura e falta de reposição dos colegas que se aposentam. Os barnabés estão sendo submetidos a uma crônica redução dos proventos e, não obstante a não-reposição salarial, a nova jurisprudência determina que a contribuição previdenciária não será interrompida com a aposentadoria do servidor público. Entretanto, o arrocho não é apenas financeiro, mas é também físico e mental.

Professores universitários têm forte envolvimento emocional com suas instituições, pois são movidos por um ideal. A sociedade exige que eles sejam os atores principais e não é casual que instituições de prestígio sejam conhecidas pelos seus mestres, não pelos prédios vistosos, mobiliário ou eficiência administrativa. Usualmente, as universidades servem como referencial para a avaliação do poderio de uma nação; quando alguém menciona as palavras Harvard, Sorbonne ou Unicamp, elas remetem o ouvinte à imaginação de algo positivo, mas ele não tem a mínima idéia do processo barbárico vivenciado pelas universidades públicas brasileiras.

Tudo conspira contra a atividade intelectual, mas coisas triviais afrontam a dignidade do professor, desde as dificuldades de acesso aos bancos de dados *on-line* (instabilidade do sistema, poucos micro-computadores disponíveis e impressoras quebradas ou inexistentes), falta de material de consumo e deficiência na estrutura de suporte (serviços de reprografia, limpeza geral e manutenção de equipamentos). As invasões digitais (mensagens eletrônicas, solicitação de relatórios através da Internet, por exemplo) caçam os professores em qualquer lugar, lembrando-os de seus compromissos e em franco desrespeito ao seu merecido período de repouso. As pressões do mundo moderno impõem que os atores da produção e disseminação do conhecimento sejam mais eficientes, mas, por outro lado, as condições para a realização de tais tarefas vêm se depauperando gradativamente. É este paradoxo enervante que iremos abordar logo em seguida.

*O arrocho não é apenas financeiro, mas também físico e mental*





### FADIGA DE MATERIAL: ESTRESSE E EXAUSTÃO EMOCIONAL

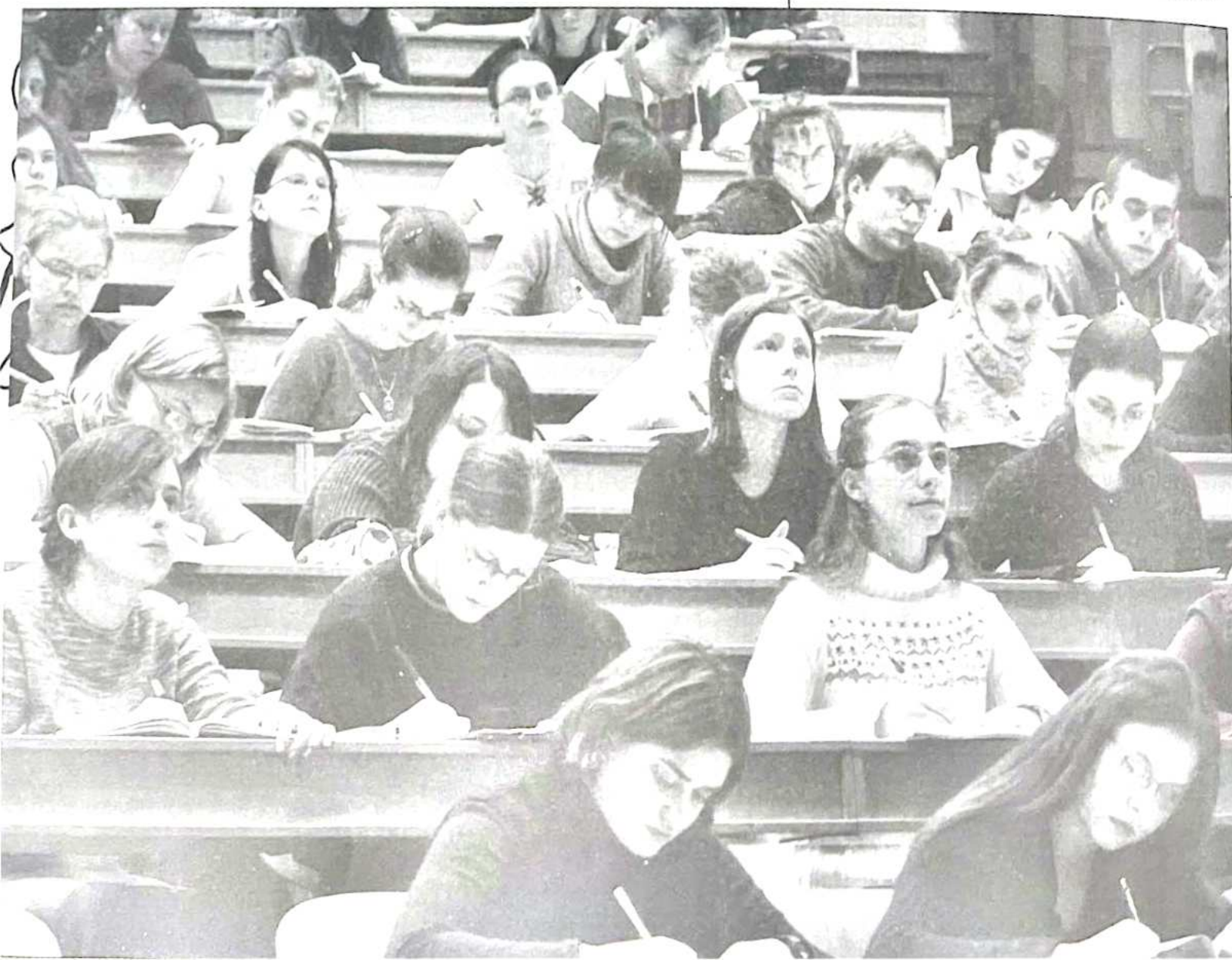
O homem moderno é cada vez mais avaliado como parte de uma organização; ele não apenas deve usar o uniforme da empresa, mas também deve agir e pensar uniformemente, de acordo com a filosofia empresarial. Caso ocorra uma transformação na empresa, o funcionário deve passar por uma *reciclagem*, tal como ocorre com latinhas de cerveja e caixas de papéis abandonadas ao lixo. A própria palavra *estresse*, comumente utilizada para explicar as alterações físicas, comportamentais e mentais, é derivada dessa tendência de "coisificar" o ser humano. A palavra é utilizada na física dos materiais para avaliar as deformações que uma pressão externa causa sobre uma placa de metal, por exemplo. Máquinas e artefatos sofrem desgaste, de acordo com a natureza do material, tempo e modo como são utilizados.

Da mesma forma que o conceito de *fadiga de material* explica os acidentes com maquinários ou a perda de uma aeronave, devido ao tempo e uso intensivo dos artefatos, parece que esse conceito também é útil para a compreensão dos distúrbios psicobiológicos que as pessoas apresentam quando trabalham em con-

dições adversas. Os trabalhadores de hoje trabalham em condições insalubres do ponto de vista físico e mental, mas, especificamente, a nossa fadiga de material é potencializada por fatores típicos da nossa profissão, i.e., responsabilidade, corrida publicacionista, elevação da carga de trabalho (devido à implantação de novos mecanismos de avaliação, aumento do número de alunos de graduação e de pós-graduação, ao lado da não abertura de concursos para reposição das vagas deixadas pelos nossos colegas que se aposentam) e envelhecimento do corpo docente (devido ao aumento do tempo necessário para a aposentadoria, agravado pelo aumento da carga de trabalho). O "enxugamento orçamentário" e a nova forma de exploração do trabalho acadêmico revelam uma esquizoidia institucional.

Professores universitários lidam com idéias, produção e disseminação do conhecimento e interagem com várias pessoas ao mesmo tempo (alunos de graduação e pós-graduação, colegas de trabalho e o público em geral). Quando ministram aulas ou redigem um texto, eles

*É comum o professor lidar com alunos arrogantes, desrespeitosos ou desatentos*







praticam uma espécie de malabarismo com idéias e conceitos, processo que dá surgimento a uma exposição linear do pensamento ou a texto bem estruturado e elegante. Os professores devem ter equilíbrio emocional nos momentos das avaliações de seus alunos e, queiram ou não, eles são modelos de conduta profissional. Levando em conta tudo isso, as dificuldades para o exercício da nossa profissão causam uma disparidade entre o que é necessário e o que encontramos pela frente no dia-a-dia.

Eventos estressantes são desastres naturais, morte de familiares, desavenças conjugais ou ameaça de perda de emprego. Os efeitos do estresse dependem de vários fatores (experiência prévia, sexo, idade, constituição genética dos indivíduos e, é claro, das características e intensidade do elemento estressor) e podem causar muitos problemas às pessoas: depressão, debilitamento do sistema imunológico (i.e., maior susceptibilidade a infecções viróticas ou aceleração de uma metástase) e vulnerabilidade a doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e hipertensão. Quando não ultrapassa níveis suportáveis, o estresse é um fator motivacional importante na vida de pessoas e animais. Se os efeitos são intensos e duradouros, eles deixam "cicatrices" no cérebro, como os abusos sexuais, negligência parental e traumas na infância (MCEWEN, 1995; KOPP & RÉTHELYI, 2004; URSIN & ERIKSEN, 2004).

Médicos, enfermeiros e policiais lidam com a vida de pessoas e o mau desempenho pode ter consequências graves, o que explica a susceptibilidade desses profissionais a certos distúrbios emocionais, como depressão, alcoolismo, desajustes conjugais e suicídios, por exemplo. O ideal das pessoas que trabalham na área de saúde é auxiliar os pacientes. A natureza do trabalho exige responsabilidade, abnegação e controle emocional, embora eles não tenham treinamento especial neste último quesito. As responsabilidades e a jornada extenuante levam à exaustão emocional, despersonalização (tratam pacientes e pessoas como seres inanimados) e negligência nos cuidados pessoais. O *burn-out* pode ser definido como um estado de exaustão física, emocional e mental derivado de um longo envolvimento emocional com atividades que demandam responsabilidade (ver HURRELL et al., 1998). O estresse prolonga-

do leva ao *burn-out*, principalmente entre os profissionais que lidam com pessoas; a síndrome não está, necessariamente, relacionada com esforço físico, pois o desconforto pode ser mental, emocional ou até mesmo espiritual (MACKERETH et al., 2004).

Diversos achados revelam que professores são vulneráveis ao estresse, sobrecarga de trabalho e *burn-out*, especialmente quando lidam com alunos problemáticos ou portadores de necessidades especiais (MALE & MAY, 1997, 1998). Às vezes, eles são alvos de hostilizações ou violência por parte de alunos insatisfeitos com as avaliações ou métodos de ensino. O sistema de avaliação pode afrontar a dignidade profissional, principalmente se ela está relacionada com o pagamento de mensalidades – uma vez que os alunos encaram o ensino pago como uma mercadoria, a reprovação pode suscitar conflitos entre alunos e professores ou entre estes e os dirigentes da instituição de ensino. A simples possibilidade de conflito gera insegurança, pois um professor íntegro e exigente corre maior risco de demissão. Para evitar a perda do vínculo empregatício, alguns profissionais "afrouxam" seus princípios, dobram-se aos ditames dos alunos ou agem de forma cínica e pragmática; o emprego é preservado, mas os "professores invertebrados" violentam a própria auto-estima.

Comumente nós nos deparamos com alunos arrogantes, pouco respeitosos ou desatentos aos conteúdos das disciplinas e interessados apenas na obtenção do título acadêmico. O número de alunos nas salas de aula vem aumentando, com graves prejuízos para o relacionamento professor-aluno e desenvolvimento de outras atividades; as reprovações geram conflitos entre alunos e professores e acentuam os efeitos do *burn-out* (GRAHAM, 1999). A vulnerabilidade ao *burn-out* depende do modo como o professor conduz as aulas, pois os "controladores" promovem mais situações de conflito com os alunos; professores "humanistas" são mais tolerantes, estimulam os diálogos, removem as barreiras na comunicação e são, portanto, menos susceptí-

veis ao distúrbio (SAVA, 2002). Os professores escolhem a profissão movidos por ideal, mas as frustrações do dia-a-dia e a jornada de trabalho extenuante conduzem ao estresse e à exaustão emocional. Para lidar com os problemas, eles ado-



MACKERETH, P.A.; WHITE, K.; CAWTHORN, A. & LYNCH, B. IMPROVING STRESSFUL WORKING LIVES. *EUROPEAN JOURNAL OF ONCOLOGY NURSING*, 2004 (IN PRESS).

MALE, D.B. & MAY, D. STRESS, BURNOUT AND WORKLOAD IN TEACHERS OF CHILDREN WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS. *BRITISH JOURNAL OF SPECIAL EDUCATION*, 24(3): 133-140, 1997.

MALE, D.B. & MAY, D. STRESS AND HEALTH, WORKLOAD AND BURNOUT IN LEARNING SUPPORT COORDINATORS IN COLLEGES OF FURTHER EDUCATION. *SUPPORT FOR LEARNING*, 13(3): 133-138, 1998.

MCEWEN, B.S. STRESSFUL EXPERIENCE, BRAIN, AND EMOTION. IN: GAZZANIGA, M.S. (ED.) *THE COGNITIVE NEUROSCIENCES*. PP. 1117-1135. CAMBRIDGE: BRADFORD BOOK & THE MIT PRESS, 1995.

KOPP, M.S. & RÉTHELYI, J. WHERE PSYCHOLOGY MEETS PHYSIOLOGY: CHRONIC STRESS AND PREMATURE MORTALITY. *BRAIN RESEARCH BULLETIN*, 62: 351-367, 2004.

URGIN, H. & ERIKSEN, H.R. THE COGNITIVE ACTIVATION THEORY OF STRESS. *PSYCHONEUROENDOCRINOLOGY*, 29: 567-592, 2004.

GRAHAM, K.Y. ACADEMIC CHALLENGE: TEACHER BURNOUT... *PUBLIC HEALTH NURSING*, 16(5): 309-310, 1999.

SAVA, F.A. CAUSES AND EFFECTS OF TEACHER CONFLICT-INDUCING ATTITUDES TOWARDS PUPILS: A PATH ANALYSIS MODEL. *TEACHING AND TEACHER EDUCATION*, 18: 1007-1021, 2002.

HURRELL JR., J.J. MEASURING JOB STRESSORS AND STRAINS: WHERE WE HAVE BEEN, WHERE WE ARE, AND WHERE WE NEED TO GO. *JOURNAL OF OCCUPATIONAL HEALTH PSYCHOLOGY*, 3(4): 368-389, 1998.



JAOUL, G. & KOVESS, V. LE  
BURNOUT DANS LA  
PROFESSION ENSEIGNANT.  
ANNALES MÉDICO  
PSYCHOLOGIQUES, 162: 26-  
35, 2004.

tam uma estratégia preventiva: tornam-se dis-  
tantes, agem mecanicamente ou são clínicos di-  
ante do insucesso na completude de seus ide-  
ais (JAOUL & KOVESS, 2004).

A atividade professoral é algo fantástico,  
pois nós encontramos pessoas interessantes,  
a alegria dos jovens remove o aspecto cinzen-  
to da alma, os encontros e colisões de idéias  
tornam a mente mais ágil e temos razoável fle-  
xibilidade de horários (exceto, é claro, quando  
falamos de compromissos pre-  
viamente agendados, como au-  
las e reuniões de departamen-  
tos). A liberdade é essencial  
para a sobrevivência da univer-  
sidade, pois ela promove os  
múltiplos avanços, os alunos  
têm condições de enveredar por  
terrenos desconhecidos, de  
acordo com suas vocações, e  
os professores podem dar um  
toque sofisticado às suas idéi-  
as. A liberdade é um instrumento para o avan-  
ço do conhecimento, não um convite ao ócio,  
pois tanto alunos quanto o professor continu-  
amente são avaliados pela sua capacidade ou  
produção intelectual (desempenho nas provas  
ou artigos publicados, por exemplo). As avali-  
ações são importantes, mas elas só têm signi-  
ficado se as condições mínimas de realização  
são atendidas.

A produção científica permite melhor de-  
sempenho nos concursos públicos, justifica  
parte do nosso salário (bolsa de produtividade  
do CNPq e ascensão funcional por obtenção  
de títulos). As pressões para a produção de  
artigos científicos são consideráveis, pois o  
princípio é apenas quantitativo: "dois melhor  
que um, três melhor que dois" (GUERRA,  
1994). A perda de rendimentos é um elemen-  
to estressor relevante, pois os professores são  
avaliados rotineiramente; caso não alcancem  
pontuação adequada, a remuneração pode fi-  
car abaixo do esperado. Diante das pressões  
crescentes, os professores são pressionados  
para o aumento da produção científica, mas,  
em direção oposta, os recursos estão se tor-  
nando mais escassos e as universidades desa-  
parelhadas. Antes, os profissionais deveriam  
recorrer aos almoxarifados das instituições para  
obter itens necessários ao seu trabalho, como  
papel para impressão de textos, canetas, ma-  
terial de limpeza ou itens mais específicos,  
como álcool, éter, reagentes e vidrarias. Atu-  
almente, os professores devem elaborar pro-  
jetos de pesquisa ou de extensão universitária  
para o aparelhamento institucional.

O projeto de pesquisa deve ser submetido,  
inicialmente, ao departamento para aprovação,  
e torcer para que algum tempo depois ele seja

aqinhado com alguns recursos orçamentá-  
rios para a compra de micro-computador, im-  
pressora ou itens essenciais e triviais ao traba-  
lho intelectual rotineiro – se solicita um mi-  
croscópio mais ou menos sofisticado ou um  
sistema digital de imagens, a probabilidade de  
êxito é ínfima. O procedimento tem eficácia du-  
vidosa, pois o projeto pode ser rejeitado e o  
tempo e a energia alocados na elaboração da  
proposta consomem o equivalente a ser aloca-  
do especificamente  
na criação intelectu-  
al. O governo fede-  
ral impõe que os pro-  
fessores busquem al-  
ternativas para pos-  
sibilitar o desenvol-  
vimento científico e  
tecnológico, mas a  
estrutura burocrática  
dificulta até mesmo  
esse tipo de empre-

*Avaliações são  
importantes, mas só têm  
significado se condições  
mínimas de realização  
são atendidas*

endimento.

Os professores têm gastos adicionais rele-  
vantes, pois necessitam comprar livros, pagam  
assinaturas de revistas, nem sempre recebem  
diárias e passagens para a exposição de seus  
trabalhos em congressos e reuniões científicas  
(quando recebem algo, o montante é quase sim-  
bólico) e alguns abnegados chegam a retirar  
algo do próprio bolso para compra de material  
de consumo, conserto de equipamentos ou con-  
fecção de um *banner* para congresso. O dis-  
pêndio de recursos próprios para a compra de  
equipamentos e material de consumo tem enor-  
me significado para as finanças pessoais e re-  
vela o apego emocional dos professores para  
com a instituição. O montante removido do  
próprio bolso é alocado diretamente nas ativi-  
dades de ensino e pesquisa, preenchendo o  
vazio ocasionado pela negligência governamen-  
tal. O professor age desse modo para contor-  
nar os meandros infernais da burocracia e a  
frustração de um trabalho emperrado. Se o lei-  
tor destes comentários é um colega de infortú-  
nio, ele logo compreenderá que a queda da re-  
muneração e a falta de recursos governamen-  
tais inviabilizam a realização de um projeto de  
vida.

## PROFESSORES COM OS "NERVOS À FLOR DA PELE"

Os entraves burocráticos, a falta de recur-  
sos orçamentários, o aumento do tempo des-  
pendido em salas de aulas devido à diminuição  
no número de professores em atividade, e os  
novos métodos de avaliação de desempenho  
causam desconforto emocional. Estudos reve-  
lam que a produtividade científica decai com o

GUERRA, R.F.  
INVESTIMENTOS EM  
CIÊNCIA E MECANISMOS  
GOVERNAMENTAIS DE  
APOIO À PESQUISA NO  
BRASIL. *PLURAL*, 2(2): 64-  
68, 1991.





CARAYOL, N. & MATT, M.  
DOES RESEARCH  
ORGANIZATION INFLUENCE  
ACADEMIC PRODUCTION?  
LABORATORY LEVEL  
EVIDENCE FROM A LARGE  
EUROPEAN UNIVERSITY.  
RESEARCH POLICY, 2004 (IN

aumento da idade e que a associação do ensino com a pesquisa tende a ser benéfica para ambas as atividades (KANAZAWA, 2003; CARAYOL & MATT, 2004). Todos nós sabemos, ainda, que a quantidade de aulas, a ecologia da burocracia universitária e a falta de recursos orçamentários interferem negativamente na produção científica e na qualidade do

ensino. Outros fatores são de difícil quantificação, mas também contribuem para azedar o humor dos professores.

A movimentação do professorado para reposição salarial não tem sido bem sucedida. As autoridades pro-

movem a crença de que o funcionalismo vive em fausto e opulência. As greves geram instabilidade, estresse e queda na auto-estima, pois alguns julgam que elas são instrumentos eficazes para a obtenção de benefícios, mas outros são contrários às paralisações e ambos se vêem com desconfianças. Em síntese: a sociedade cobra cada vez mais o aumento da produtividade das universidades, mas a estrutura elementar está em decomposição e é justamente essa discrepância que interfere no bem-estar físico e emocional dos professores.

De acordo com os psicólogos comportamentalistas, as pessoas ganham certa imunidade contra a depressão através do controle que exercem sobre as condições ambientais. A perda de controle gera o conhecido desamparo aprendido (*learned helplessness*). O estresse crônico, não-controlável, está relacionado com depressão e outros sinais psicofisiológicos, como insônia, dificuldades de aprendizagem, oscilações no peso corporal, diminuição da atividade sexual e perturbações mentais, como ansiedade e comportamento irritadiço ou neurótico (ver HURRELL et al., 1998; VOLLMAIR & HENN, 2003; URSIN & ERIKSEN, 2004). O estresse crônico é extremamente prejudicial à saúde e, com efeito, alguns estudos revelam que ele pode elevar as taxas de mortalidade de uma população inteira, principalmente entre os jovens (KOPP & RÉTHELYI, 2004).

A liberdade de criação intelectual, a malea-

bilidade nos horários e as viagens ao campo das idéias são estímulos poderosos para a vida acadêmica, mas tudo isso pode ser perdido diante de políticas institucionais desastrosas. Sempre que as autoridades governamentais falam em mudanças na estrutura universitária, o anúncio gera apreensão. Tal como num condicionamento pavloviano, a resposta antecipatória tem sentido, pois os professores-barnabés sabem que propostas de mudanças invariavelmente visam a piorar os parâmetros laborais (i.e., aumento da carga de trabalho, maior rigor nas avaliações quantitativas e interferência na liberdade de criação intelectual, sem a devida contrapartida que permita o desempenho da atividade professoral com decência e dignidade). A atividade intelectual é bastante diversificada nas universidades, de modo que as avaliações de desempenho devem ser feitas com cuidado, como iremos discutir logo em seguida.

**I. A preservação da "biodiversidade" acadêmica** - A "fauna científica" é diversificada, pois os cientistas são convidados diuturnamente a explorarem suas habilidades cognitivas. Os monotemáticos estudam o mesmo tema, variando nas abordagens, como, por exemplo, os estudos sobre índice de desenvolvimento humano - o tema pode ser o mesmo, mas os pesquisadores podem estudar diferentes populações. Outros pesquisadores estudam exaustivamente uma mesma população, com enfoques diferentes, tais como os estudos feitos por antropólogos em comunidades indígenas. No que diz respeito aos procedimentos, alguns gostam de análises estatísticas e controle de variáveis, em condições de laboratório; outros realizam estudos epidemiológicos, gostam de análises de casos e visam à publicação de obras seminais. A "diversidade biológica" é um patrimônio importante e as autoridades governamentais deveriam apoiar mais decisivamente as "espécies ameaçadas de extinção" (i.e., pesquisadores que não se dobram aos princípios quantitativistas e buscam o reconhecimento de seus pares através da produção científica com maior densidade).

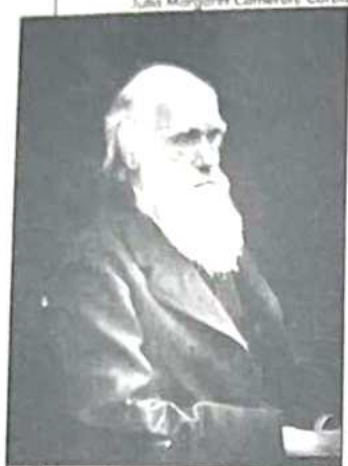
Alguns conceitos da ecologia comportamental mostram que animais de pequeno porte geralmente vivem pouco tempo, mas se reproduzem rapidamente (intervalos curtos entre as gestações e parturição de vários filhotes por vez). Os de grande porte são o oposto: vivem mais tempo e se reproduzem lentamente (intervalos longos entre as gestações e dão à luz apenas um filhote por vez). Animais do pri-

VOLLMAIR, B. & HENN, F.A.  
STRESS MODEL OF  
DEPRESSION. *CLINICAL  
NEUROSCIENCE RESEARCH*,  
3: 245-251, 2003.

**A discrepância entre estrutura e cobrança interfere no bem-estar**



BENSCHOP, Y. & BROUNS, M. CRUMBLING IVORY TOWERS: ACADEMIC ORGANIZING AND ITS GENDER EFFECTS. *GENDER, WORK AND ORGANIZATION*, 10(2): 194-212, 2003.



Julius Margarete Cameron/Corbis

Darwin não era um rato. Se trabalhasse sob as normas de avaliação de hoje, o criador da Teoria da Evolução, Charles Darwin, seria considerado improdutivo.

meiro grupo são os estrategistas R, os do segundo grupo, estrategistas K (exemplos: camundongos e elefantes, respectivamente). Da mesma forma que estes conceitos auxiliam a compreensão do processo reprodutivo, eles são úteis para entender as razões que levam os pesquisadores a adotar a estratégia de um camundongo ou de um elefante. Os primeiros publicam muito e valorizam a quantidade de títulos, mas outros pesquisadores optam pela maior densidade de conteúdos, com sérios riscos de serem catalogados como improdutivos. Novamente, constatamos dois paradoxos: as universidades apreciam mais os pesquisadores quantitativistas, e tendem a desvalorizar os qualitativistas. O leitor é convidado a uma reflexão: o que é mais importante, a qualidade ou a quantidade? A profusão de *papers* revela arrojo intelectual? O espírito quantitativista não subtrai energia intelectual da produção de obras mais densas?

A produtividade científica decai com o aumento da idade, tal como ocorre com a produção artística, literária e o envolvimento em atividades criminais. Parece incrível, mas a motivação que conduz à genialidade artística, literária e criminosa decai com o ganho de idade, devido ao casamento e responsabilidades parentais. O fenômeno está associado com a redução nos níveis de testosterona, hormônio relacionado com a competitividade (KANAZAWA, 2003). Também notamos que homens e mulheres exibem reações emocionais diferentes diante das pressões da vida acadêmica. Com efeito, as nossas colegas permanecem mais tempo num mesmo cargo e são mais expostas ao estresse, principalmente quando ocupam cargos mais elevados na carreira acadêmica. O fenômeno sugere que as mulheres lidam melhor com as experiências emocionais adver-

sas que os homens (DOYLE & HIND, 1998). Mesmo em instituições antigas e de países modernos, as mulheres obtêm titulação máxima (doutoramento) em proporção equivalente ou até mesmo superior à dos homens, mas poucas atingem o posto máximo de *full professor*, equivalente ao nosso professor-titular (BENSCHOP & BROUNS, 2003). Ilustrativo disso foi a matéria veiculada na imprensa estadunidense acerca da eleição de uma mulher para presidir o *Massachusetts Institute of Technology*, celeiro de 57 Prêmios Nobel (Agência Reuters, 31/08/2004); a renomada neurologista Susan Hockfield foi a primeira mulher na história do MIT a atingir o posto máximo. No país do samba e futebol, as evidências apontam que as moças ingressam em maior número nas universidades e são detentoras de muitas bolsas de iniciação científica que os rapazes; interessante, a superioridade numérica se inverte no doutoramento. Um número bastante reduzido de mulheres atinge postos elevados da administração universitária ou assume a presidência de institutos de pesquisa (*Jornal da Ciência*, 24/09/2004).

O estímulo à competência e à produtividade pode produzir *workholics* e profissionais neuróticos, mas a quantidade de títulos publicados não está relacionada com qualidade. Alguns pesquisadores notáveis publicaram pouco na vida, mas suas obras resistiram ao tempo. A escolha pela densidade intelectual pode ser vista em dois exemplos: Charles Darwin e o notável Gilberto Freyre. Ambos gostavam de viajar e cultivavam o espírito reflexivo; Darwin esperou cerca de 20 anos para publicar suas idéias, algo típico de um pesquisador-elefante; caso estivesse sendo avaliado de acordo com os nossos parâmetros atuais, ele seria improdutivo. A publicação de um livro representa esforço e envolvimento emocional consideráveis. É natural que uma obra como *Casa Grande & Senzala* seja algo efêmero, mas a importância para o avanço do conhecimento é superior ao que um pesquisador-camundongo produz na vida inteira.

**II. Relatórios, projetos e a corrida publicacionista** - A fiscalização da atividade professoral requer vários relatórios, necessários para justificar o que foi feito e os planos para futuras atividades. Tais relatórios devem ser documentados, pois não basta dizer que a pessoa publicou um artigo relevante numa revista de prestígio que pode ser acessada facilmente no portal da Capes, ou que tenha publicado um livro em seu campo de atuação. A

DOYLE, C. & HIND, M. OCCUPATIONAL STRESS, BURNOUT AND JOB STATUS IN FEMALE ACADEMICS. *GENDER, WORK AND ORGANIZATION*, 5(2): 67-82, 1998.

O que é mais importante: a qualidade ou a quantidade?





febre fiscalizatória não tem sentido, pois os documentos se avolumam rapidamente, não há tempo hábil para a leitura de todos eles e tampouco os membros de uma comissão têm condições de tecer um juízo adequado sobre a qualidade do material. A produção de um departamento é bastante heterogênea, em termos qualitativos e quantitativos. Como alguns professores embromam diuturnamente, as comissões partem do princípio de que todos são embromadores, exigindo que todos apresentem o material publicado ou exerçam suas habilidades literárias na confecção de longos e extensos relatórios.

Relatórios volumosos e documentados não têm sentido diante da revolução digital, mas o espírito ardiloso dos papiromaníacos não deve ser subestimado. Essas pessoas acreditam que tudo deva ser documentado, mesmo que o papelório não sirva para outra coisa além de simples material para rascunhos. O apego exagerado a tais procedimentos tem efeitos negativos sobre a produção científica e a atividade criadora, pois a lógica é simples: subtrai-se tempo e energia intelectual que deveriam ser alocados à atividade criadora; ao mesmo tempo, a época dos relatórios desassossega os espíritos, gera inquietações e lança os professores num mar de dúvidas: “meu relatório será aprovado?” “Como poderei assumir um compromisso com meus orientandos, pois não sei se a proposta será aprovada?” Muitas idéias e planos de pesquisas morrem dentro das universidades, que não proporcionam recursos orçamentários para o avanço do conhecimento, mas impõem restrições ao trabalho e asoberbam os professores com procedimentos irracionais. Projetos factíveis, inteligentes e bem estruturados muitas vezes não são levados adiante, pois as comissões dos departamentos se encarregam de matar o “bebê” ainda no ventre materno.

As revistas científicas brasileiras têm periodicidade irregular, contam com corpo editorial pouco qualificado e são genéricas demais. Por outro lado, a comunidade científica brasileira é muito reduzida, se levarmos em conta o número total de pesquisadores e os diversos campos de atuação (GUERRA & BERNARDI, 1991). Um artigo enviado para publicação dificilmente é analisado de forma isenta e anônima, de for-

ma que os editores de revistas regionais desempenham um papel importante para a determinação da produtividade científica. Como o número de periódicos regionais muitas vezes supera a demanda por publicação, essa peculiaridade dá surgimento a pesquisadores “muito produtivos”, cuja contribuição tem relevância reduzida para o avanço do conhecimento. Às vezes, um “medalhão” é convidado a publicar um texto, justamente para abrilhantar a revista ou para conferir “respeitabilidade” às conferências, mesas-redonda e simpósios. Os nomes se repetem e eles são escolhidos pela reputação, loquacidade e poder de sedução.

Os professores devem publicar suas idéias. Os que têm idéias encontram muitos problemas pela frente, mas os que não as têm (em maior número) fazem uso de alguns macetes para ostentar o brilho inexistente. As dificuldades para publicar um artigo num periódico científico internacional são enormes, devido aos elevados custos

orçamentários inerentes à realização de uma pesquisa e também porque algumas revistas cobram uma soma considerável para a publicação de textos. Entretanto, o fator mais importante é a dificuldade que os pesquisadores encontram para a inserção de uma idéia original, algo considerável diante dos avanços do conhecimento, globalização e rapidez das publicações dos países avançados.

Para fugir do odioso título de improdutivo, as universidades criam suas próprias revistas para desaguar os textos dos professores ou estes criam uma espécie de “rede de suporte mútuo” para o aumento da produtividade científica. Às vezes, pesquisadores-camundongos usam estratégias que maximizam o aproveitamento dos resultados de pesquisa (artigos em duplicata, repetições e reciclagem de idéias ou o plágio de si mesmo),

adicionam nomes de autores de forma indevida (autores fantasmas) ou exploram ao máximo o trabalho de seus alunos de graduação e pós-graduação. Em casos extremos, falsificam ou plágiam idéias, praticam uma diluição de responsabilidade, com a inserção de “medalhões” para facilitar a viabilidade de publicação (DRENTH, 1998; BENNETT & TAYLOR, 2003). Tais procedimentos são an-

*Professores devem publicar suas idéias. Os que as têm encontram problemas. Os que não as têm usam macetes*



DRENTH, J.P.H. MULTIPLE AUTHORSHIP. *JAMA*, 280(3): 219-221, 1998.

BENNETT, D.M. & TAYLOR, D.M.C.D. UNETHICAL PRACTICES IN AUTHORSHIP OF SCIENTIFIC PAPERS. *EMERGENCE MEDICINE*, 15: 263-270, 2003.

GUERRA, R.F. & BERNARDI, N. REVISTAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS. *CIÊNCIA E CULTURA*, 43(1): 77-81, 1991.





tiéticos, mas são compreensíveis diante das pressões publicacionistas ("publique ou pereça").

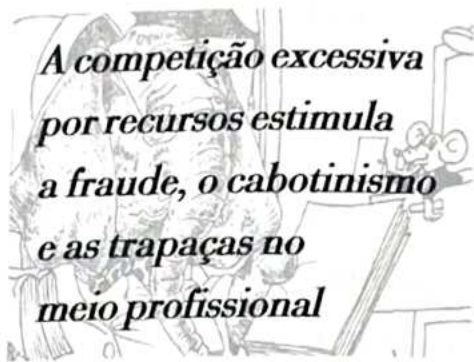
O princípio "dois melhor que um, três melhor que dois" eleva a competição por recursos, estimula a fraude, o cabotismo e trapanças intradepartamentais e é um fator estressor relevante, principalmente para os pesquisadores iniciantes ou para aqueles que se encontram no crepúsculo da atividade intelectual. A produção científica volumosa (não em termos qualitativos) pode revelar uma psicopatia, fenômeno percebido por *scholars* e alguns editores de revistas<sup>1</sup>. Como a produção científica é cumulativa, a abundância de livros e *papers* dificulta substancialmente a assimilação de informações. Caso textos irrelevantes sejam publicados, os pesquisadores devem ser seletivos quando buscam fontes de informações. Numa seção onde são mencionados textos curiosos escritos 100 anos atrás, o prestigioso *Journal of American Medical Association*<sup>2</sup> já mencionava o excesso de livros de medicina, fenômeno que causava enormes problemas para a catalogação e redimensionamento do espaço físico das bibliotecas. Muitos textos e livros não tinham relevância alguma ou tinham significado efêmero. Diante desse panorama, os editores da época sugeriam que os autores devessem *publicar o mínimo possível* (!), resguardando a importância para o campo de atuação.

**III. A preferência pelo conhecimento útil e temas politicamente corretos** - A busca desenfreada pela produtividade gera publicações de má qualidade, aumento da competição por recursos e privilégios (concursos, ascensão funcional, bolsa de produtividade, etc.), os quais têm impacto negativo sobre o bem-estar pessoal. A busca pela utilidade e aplicabilidade do conhecimento é algo ruim, pois o atendimento a tais parâmetros ocorre em função de um julgamento externo, passível de flutuações ou de pressões extra-acadêmicas. Privilegiar o utilitarismo imediato também pode gerar conflitos entre os praticantes das pesquisas básica e aplicada, pois muitas vezes os resultados de uma pesquisa não têm uma aplicabilidade imediata e a postura anti-científica pode ocasionar o encerramento de linhas de pesquisa, fechamento de laboratórios ou o desperdício de talentos formados durante

um longo e penoso processo.

O Brasil tem um longo histórico de desperdício de talentos, pois as autoridades se jactam do aumento do número de doutores formados a cada ano, mas fecham-lhes as portas de acesso às universidades públicas ou não adotam medidas que possibilitem que eles ponham suas habilidades em prática. Para resolver esse problema, o MEC deveria exigir que as instituições particulares contratem mais pro-

**A competição excessiva por recursos estimula a fraude, o cabotismo e as trapanças no meio profissional**



fissionais capacitados, permitindo a melhoria do ensino privado e a oferta de mais oportunidades aos nossos recém-doutores. A produção de doutores e as restrições às contratações parecem o comportamento dos cães diante de um carro em movimento: perseguem tenazmente o veículo, mas não sabem o que fazer quando o alcançam.

As universidades estão cada vez mais preocupadas com a adaptação dos currículos às necessidades do mercado de trabalho, fenômeno que revela uma enorme transformação. Antes, elas eram o local adequado para o desenvolvimento da pesquisa básica e tecnológica e tinham os olhos voltados para o futuro. Hoje, a vanguarda é o "mercado de trabalho" e suas necessidades imperiais. Se o professor coloca suas energias intelectuais na realização de uma pesquisa básica, os antiintelectuais vêem suas ações como desperdício de recursos orçamentários. Dentro desse novo paradigma, seria inimaginável gastar talento e recursos orçamentários na investigação da estrutura molecular do DNA, descoberta fantástica que até hoje nos espanta com a sua aplicabilidade. Para acompanhar os novos tempos, os estudantes são orientados a estudarem os temas de que mais gostam (pobres dos professores de matemática!), devem se preocupar com a aplicabilidade do conhecimento e são orientados a não perder tempo em divagações filosóficas. Para sobreviver nas universidades, os pesquisadores que trabalham com pesquisa básica ou utilizam animais em suas investigações científicas devem se cercar de cuidados especiais, pois eles são alvos de hostilizações graves quando suas pesquisas colidem com práticas politicamente corretas.<sup>3</sup>

O pensamento utilitarista afeta negativamen-

**Hoje, a vanguarda é o "mercado" e suas necessidades imperiais**

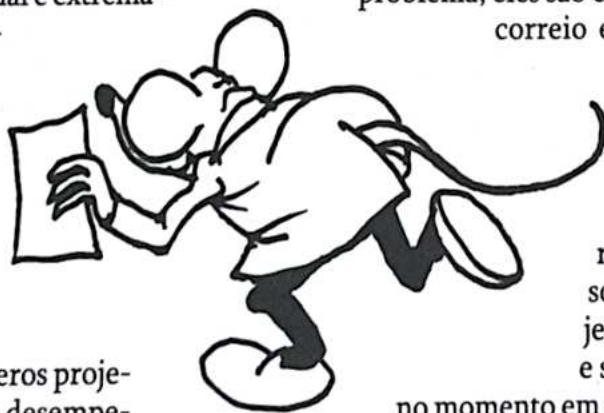




te a liberdade de criação e a ampliação do potencial cognitivo, pois a universidade é o local onde os ensaios são realizados, onde a intelectualidade germina. Medidas governamentais podem parecer simpáticas à população, mas na verdade são punhaladas no coração da universidade. Um exemplo é a política de cotas para permitir o acesso de grupos minoritários ou para quitar a "dívida social" com certas etnias. A solução é inadequada, pois terá impacto negativo sobre os parâmetros qualitativos que norteiam as atividades universitárias. O mais adequado seria melhorar substancialmente o ensino público de 2º grau, através do estímulo aos professores ou concessão de bolsas de estudo para cursos preparatórios aos exames vestibulares. Mas a opção é pelo pragmatismo imediato: se os alunos de escolas públicas não conseguem desempenho adequado, eles são aprovados automaticamente por decretos; se não conseguem ter bom rendimento nos exames vestibulares, decretos semelhantes reservam-lhes cotas para ingresso facilitado nas universidades.

## CONCLUSÕES

A produção intelectual é extremamente sensível aos efeitos do estresse e só floresce em ambiente de liberdade. Em ambiente adequado, os professores trabalham menos e produzem muito – o professor atabalhoado, envolvido em inúmeros projetos e sem tempo para o desempenho de tarefas triviais pode estar trabalhando muito, mas produzindo pouco. Em uma declaração feita ao *Harper's Monthly Magazine* (Setembro/1932), Thomas A. Edison



(1847-1931)<sup>4</sup>, inventor estadunidense, encheu a boca e proferiu algo que até hoje encanta os ingênuos: "a genialidade é 1% inspiração e 99% transpiração". A frase alimenta o equívoco de que o trabalho intelectual não é desgastante, em contraste com evidências empíricas que mostram que nós somos susceptíveis ao estresse e exaustão emocional. O dualismo mente-corpo valoriza o esforço físico, sem levar em conta que a atividade mental e a fisiológica estão intimamente interligadas. Caso a postulação fosse verdadeira, intelectuais, escritores e cientistas jamais atingiriam a genialidade, pois se envolvem em pouco esforço muscular.

O trabalho professoral é extremamente absorvente e não conhece horários. Muitas vezes, nós preparamos aulas ou finalizamos relatórios no próprio ambiente doméstico, o que mostra a abnegação ao trabalho intelectual. O envolvimento emocional com a instituição, as responsabilidades e a natureza do trabalho tornam os professores universitários vítimas de perturbações psicológicas graves. Quando encerram a jornada de trabalho, os funcionários deixam os problemas no local, mas os professores levam consigo ou estendem a finalização de um relatório em casa. Quando surge um problema, eles são caçados por telefone ou

correio eletrônico e resolvem imediatamente o tal problema. No plano das responsabilidades, são os professores que respondem pelo sucesso ou fracasso dos projetos, orientam os alunos e são os focos de atenção

no momento em que problemas inusitados surgem. Devido a tais peculiaridades, eles são mais susceptíveis ao desgaste físico e emocional quando trabalham em condições insalubres.

## NOTAS

<sup>1</sup> Editorial: Publish and perish. *Neuropsychopharmacology*, 3(4): 229-230, 1990.

<sup>2</sup> JAMA 100 years ago – The multiplication of books. Reproduzido em *JAMA*, 286(8): 894, 2001.

<sup>3</sup> Dois exemplos: Em 06/02/1997, o grupo *Animal Liberation Front* invadiu as instalações do Laboratório de Psicologia Experimental da UFSC, fato que resultou na libertação de 80 sagües e depredação das instalações. Os autores escreveram nas paredes "Morte aos torturadores!!!" e, posteriormente, inundaram o laboratório com cartas contendo ameaças de igual teor (*Revista Brasileira de Biologia*, 58(3): 668-669, 1998). Um outro episódio grave foi o incêndio criminoso praticado, em 08/11/2003, nas instalações do Centro de Biotecnologia da UFRGS. Os laboratórios estavam envolvidos em pesquisas com plantas geneticamente modificadas (*Jornal da Ciência*, 19/12/2003 e 05/01/2004). Em ambos os casos, as ações foram movidas por razões ideológicas e mostram os riscos que os professores correm quando investigam certos temas.

<sup>4</sup> *The Oxford dictionary of quotations* (Elizabeth Knowles, editor). Oxford: Oxford University Press, 1999.





ESPECIAL SAÚDE DO PROFESSOR

# Trabalho e saúde do



# PROFESSOR





**H**oje, em tempos de reestruturação produtiva e de globalização neoliberal, existe uma grande exigência do mercado de trabalho junto à Universidade, para que ela atue na escolarização crescente da força de trabalho, o que é apontado, de maneira enganosa, como um bom *handicap* para se concorrer com maior competitividade no mercado.

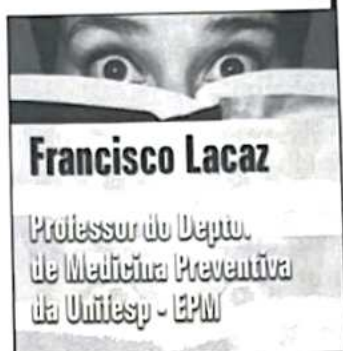
Ao mesmo tempo, observa-se um chamamento para que a Universidade atue como "ponta de lança", particularmente nos países de capitalismo tardio, na perspectiva de uma globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2004). Melhor explicando, trata-se de admitir que a Universidade poderá ser reformada para atuar num projeto de (re) construção nacional, tanto a partir da intervenção de suas forças vivas, como da própria sociedade em que se insere. Nesse sentido,

A globalização contra-hegemônica da universidade como bem público é, [...], um projeto político exigente que, [...], tem de saber ultrapassar dois preconceitos contraditórios mas igualmente enraizados: o de que a universidade só pode ser reformada pelos universitários e o de que a universidade nunca se auto-reformará. (SANTOS, 2004: 58-9)

Tais demandas têm levado a mudanças na natureza e na abrangência das atividades docentes, consequência das crescentes exigências de qualificação e da cada vez maior diversidade de tarefas e desafios colocados para o professorado (OIT, 1991).

Particularmente em países como o Brasil, novas responsabilidades são exigidas dos docentes, as quais se relacionam com a sua qualificação, atualização e aos programas de formação em serviço.

Por seu turno, as reformas educacionais têm exigido um aumento nas tarefas de avaliação, o que pode ser observado, por exemplo, nas provas de abrangência nacional como o Provão, o que tem levado a uma resistência de participação por parte dos professores, na medida em que tal rea-



lidade aumenta a carga de trabalho com repercussões pedagógicas e na própria avaliação do trabalho em educação. A isso se soma a exigência de execução de atividades com caráter administrativo e que envolvem relevante número de tarefas (reuniões, elaboração de planos de trabalho e de estudos, por exemplo), o que acaba por aumentar a quantidade

de trabalho a ser executada e contribui para que um número cada vez maior de docentes considere esta sobrecarga de tarefas e atividades fonte importante de estresse e de insatisfação no trabalho (RUIZ, 2001).

No que se refere ao plano político mais geral, o que traz repercussões também sobre as condições e organização do trabalho docente, na anunciada proposta de Reforma Universitária elaborada pelo Poder Executivo e que irá tramitar no Congresso Nacional neste ano de 2005, constata-se que a uma situação de sucateamento e abandono progressivo da Universidade soma-se, conforme prevê tal proposta, dentre outros aspectos, a possibilidade concreta de condução da Universidade Pública ...

... à completa deterioração das políticas de pessoal, com não preenchimento de quadros, multiplicação das contratações precárias e redução das parcelas remuneratórias não incorporadas aos vencimentos básicos. (PINTO & LUCAS, 2004: 25)

Tal realidade tem reflexos importantes em termos de sobrecarga de trabalho e de insegurança quanto ao vínculo empregatício.

A isso se aliam, segundo alguns autores, outras causas frequentes de estresse e descontentamento que incluem o pouco reconhecimento social da atividade docente, bem como os baixos salários, a falta de participação nas decisões referentes ao emprego, os problemas escolares e a sobrecarga trazida pelas tarefas administrativas (HOCK, 1988).

Frise-se que tais achados enquadram-se tanto na conceituação de condição, como de organização do trabalho docente.

RUIZ, R.C. ABSENTEÍSMO MÉDICO DE PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS: ESTUDO DE PRONTUÁRIOS DA PERÍCIA MÉDICA DE SOROCABA. 2001. DISSERTAÇÃO (MESTRADO). FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, SÃO PAULO.

SANTOS, B.S. A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI: PARA UMA REFORMA DEMOCRÁTICA E EMANCIPADORA DA UNIVERSIDADE. SÃO PAULO: CORTEZ, 2004.

PINTO, M.B. & LUCAS, L.C.G. VELHAS PRÁTICAS E NOVA RETÓRICA. TEORIA & DEBATE, N. 59, P. 22 - 25, 2004.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT) LAS NORMAS INTERNACIONALES DEL TRABAJO Y EL PERSONAL DOCENTE. OIT: GINEBRA, 1991.

*O abandono da universidade reflete na sobrecarga de trabalho*





## CONDIÇÕES, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E SAÚDE – DOENÇA DO DOCENTE

DEJOURS, C. A LOUCURA DO TRABALHO: ESTUDO DE PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO. SÃO PAULO: OBORÉ, 1987.

Inicialmente é necessário conceituar o que se entende aqui por “condições de trabalho”, a fim de que se apreendam suas implicações para a saúde dos professores. A partir das formulações de Dejours (1987), pode-se dizer que as condições de trabalho dizem respeito aos aspectos físicos do ambiente (temperatura, ventilação, iluminação, ruído); ao número de alunos em sala; à quantidade de aulas diárias ministradas; à distância da escola à residência; às condições de salubridade e segurança do local de trabalho e das refeições; às condições antropométricas dos postos de trabalho; ao salário.

Por outro lado, a organização do trabalho refere-se à divisão técnica e social do trabalho, incluindo a hierarquia interna, o controle dos ritmos, das pausas, a duração da jornada, os turnos de trabalho, a natureza e o conteúdo das tarefas e o padrão de sociabilidade nos locais de trabalho (RUIZ, 2001).

Além de tais aspectos, é importante considerar o que predomina, quanto à abordagem das cargas de trabalho<sup>1</sup> numa determinada atividade: se as cargas físicas, as cognitivas ou as psíquicas. Ademais, sabe-se que elas são inter-relacionadas e, com frequência, existe uma associação entre elas, sendo que no trabalho docente existe predominância das cargas cognitivas e das psíquicas (WISNER, 1994).

O fato de haver uma predominância das exigências cognitivas e psíquicas no trabalho docente remete, ao se tentar relacionar trabalho e saúde - doença, aos aspectos que articulam trabalho e esfera mental que, conforme Seligmann - Silva (1993), constituem oito grupos de situações:

- sistema coletivo de defesas contra o sofrimento e que tornam suportáveis as dificuldades do trabalho;

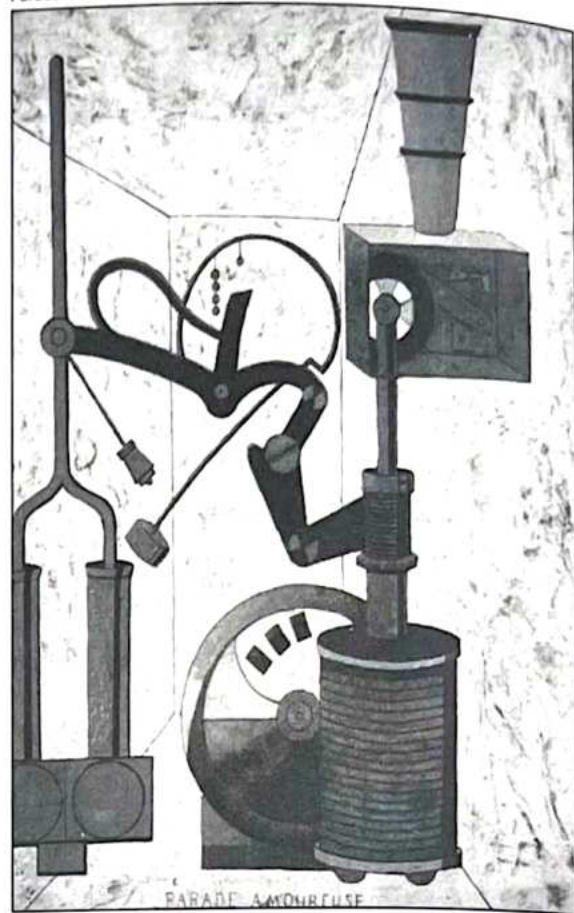
- a natureza e o conteúdo das tarefas, as quais envolvem a esfera psicoafetiva e, no caso dos docentes, as exigências intensas de autocontrole;

- a estrutura temporal do trabalho: duração da jornada, sua distribuição no período diurno e noturno, folgas, pausas, ritmo e pressões por desempenho;

- aspectos cognitivos da atividade docente;

- controle sobre sua própria atividade, isto é, seu grau de autonomia *versus* a pressão hierár-

Parada Amorosa – de Francis Picabia



quica, o que pode ocasionar ansiedade e fadiga crônicas (física e/ou mental);

- as exigências psicológicas ligadas à conservação do reconhecimento social da profissão;
- o local e o ambiente de trabalho e suas características;

- a trajetória pessoal, a personalidade e a história de vida e experiência de trabalho acumulada.

Quanto aos sinais de sofrimento psíquico, a angústia parece ser um indicador importante dessa situação, expressando-se em comportamentos neuróticos e defensivos e por verbalizações. Aqui também devem ser incluídas as perturbações neuroendócrinas e imunológicas, que podem provocar ou facilitar o aparecimento de doenças psicossomáticas (WISNER, 1994).

São comuns também nas atividades que exigem intenso contato com pessoas, o que inclui a atividade docente, os casos da síndrome descrita em 1974 por Freudenberg (citado por RUIZ, 2001) e denominada *burn out*, que ocorreria como uma resposta ao estresse crônico, caracterizando-se por três componentes: esgotamento físico e emocional; redução da produtividade; despersonalização marcante. Tais aspectos podem estar acompanhados de abatimento, negativismo no trabalho, absentismo e formas

SELIGMANN - SILVA, E. UMA HISTÓRIA DE “CRISE DE NERVOS”: SAÚDE MENTAL E TRABALHO. IN: BUSCHINELLI, J.T.P.; ROCHA, L.E. E RIGOTTO, R. (ORG.) ISTO É TRABALHO DE GENTE? VIDA, DOENÇA E TRABALHO NO BRASIL. PETRÓPOLIS: VOZES. 1993. P. 609-633

*A angústia é um indicador importante do sofrimento psíquico*





de escapismo como uso de drogas, álcool e medicamentos. Em estudo realizado no Brasil com professores aos quais aplicou questionário específico, CARVALHO (1995) mostrou

que 17,7% [...] apresentavam alto nível de exaustão emocional [...]; 11,4% baixo grau de realização pessoal e 38,4% baixo envolvimento pessoal... RUIZ, 2001: 37)

## *Declínio do status da profissão e mudanças nas práticas, com crescentes cargas de trabalho geram estresse*

Estudo recente realizado na Bahia com professores da rede de ensino privada mostrou queixas referentes a cansaço mental, dor de garganta, dores lombares e das pernas, sendo que cerca de 51% dos entrevistados apresentaram distúrbios psiquiátricos menores, detectados pela aplicação do questionário Self Reported Questionnaire (SRQ) 20 (SILVANY NETO e cols., 1997).

Dentre os fatores apontados por Chambers (1992), que podem funcionar como fonte de estresse no trabalho docente, devem ser ressaltados: rápidas mudanças nas práticas de trabalho com crescentes cargas de trabalho; excesso de tarefas administrativas e o declínio do status da profissão (cf. RUIZ, 2001).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em informe citado por ESTEVE (1997), conclui que:

Um número crescente de estudos realizados em países em desenvolvimento mostram que os educadores correm o risco de esgotamento físico e mental sob o efeito de dificuldades materiais e psicológicas associadas a seu trabalho. Essas dificuldades, além de chegarem a afetar a saúde dos professores, parecem constituir uma razão essencial para os abandonos observados nessa profissão.

Estudo realizado na Finlândia, entre os anos de 1986 e 1993 e que analisou casos de suicídio entre professores,

médicos e engenheiros, mostrou que fatores que contribuíram para tal foram a depressão e o alcoolismo. Entre os professores, 1/3 relataram depressão e haviam sido internados por causa disso no ano anterior à tentativa de suicídio (LINDEMAN e cols., 1997)

Outro estudo, realizado também com professores e no qual foi aplicado questionário relativo a estilo de vida e cuidados com a saúde, revelou que 55% deles relataram sobrepeso e 14% consumo de álcool elevado, sendo que 20% não exerciam qualquer tipo de atividade física e 24% referiram absentismo mediante atestado médico igual ou superior a 15 dias nos últimos três anos. Dentre os problemas relatados: 61% tiveram dificuldade de sono; 46% ansiedade excessiva; 29% distúrbios devido à depressão; 23% compulsão para comer; 20% necessidade diária de consumo de álcool e 15% dificuldades

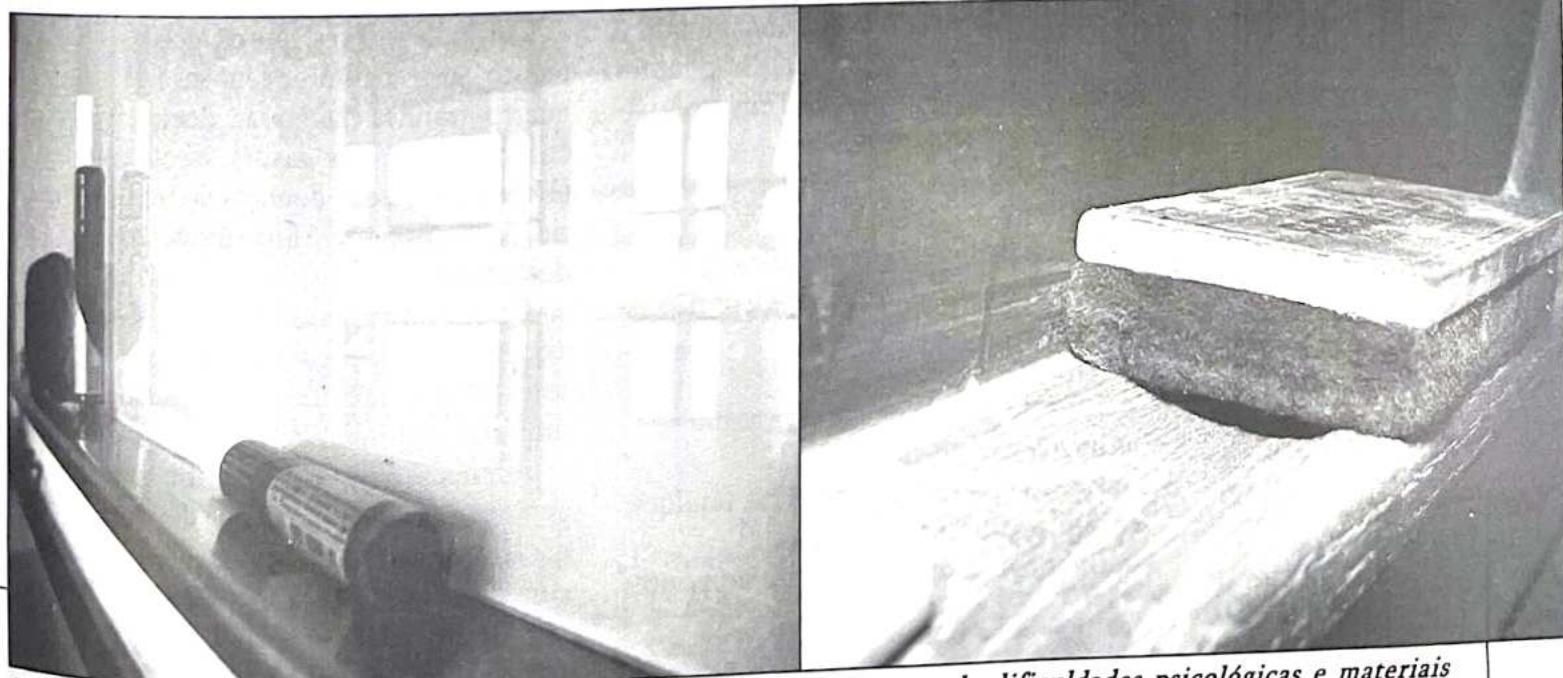
CARVALHO, M.M.B. O PROFESSOR — UM PROFISSIONAL, SUA SAÚDE E A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA. 1995. TESE (DOUTORADO). FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO.

LINDEMAN, S., LAARA, E., VUORI, E., LONNOVIST, J. SUICIDES AMONG PHYSICIANS, ENGINEERS AND TEACHERS: THE PREVALENCE OF REPORTED DEPRESSION, ADMISSIONS TO HOSPITAL AND CONTRIBUTORY CAUSES OF DEATH. ACTA PSYCHIATRICA SCANDINAVICA, N. 96, P. 68-71, 1997.

SILVANY NETO, A.M.; ARAÚJO, T.M.; LIMA, B.G.C. E COLS. CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE EM PROFESSORES DA REDE PARTICULAR DE ENSINO NA BAHIA. REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL, V. 24, N. 91-92, P. 115-24, 1997.

ESTEVE, J.M. O MAL — ESTAR DOCENTE: A SALA DE AULA E A SAÚDE DOS PROFESSORES. BAURUR: EDUSC, 1997.

Fotos: Stock Xchng



Estudos mostram que educadores correm risco de esgotamento por conta de dificuldades psicológicas e materiais





*Pesquisa revelou  
que 46% dos  
professores  
entrevistados  
sofriam de  
ansiedade  
excessiva*

CHAMBERS, R. HEALTH AND LIFESTYLE OF GENERAL PRACTITIONERS AND TEACHERS. *OCCUPATIONAL MEDICINE*, N. 42, P. 69-79, 1992.

no desempenho sexual (CHAMBERS, 1992).

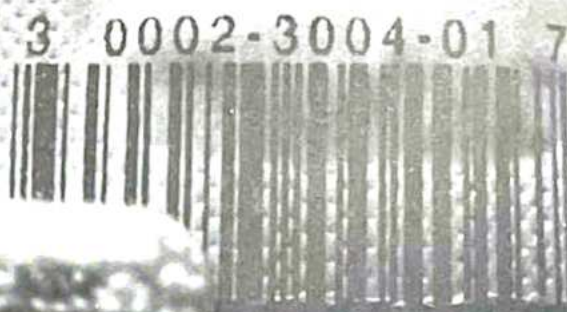
## MOTIVOS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO, DEVIDO A LICENÇA MÉDICA, ENTRE DOCENTES

De conformidade com o que propõe Schilling (1984), as consequências do trabalho sobre a saúde podem ser enquadradas em três situações: as doenças profissionais clássicas, cuja causalidade é quase direta; as doenças de causalidade obscura de caráter crônico não infeccioso e as doenças pré-existentes agravadas ou desencadeadas pelo trabalho. A essa diversidade de quadros nosológicos, o autor denomina "doenças relacionadas ao trabalho" (SCHILLING, 1984).

Estudo aqui já citado realizado por Ruiz (2001) em São Paulo e apresentado como dissertação de mestrado na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas levantou o absentismo médico de professores da rede pública do ensino fundamental e médio. Dentre os 10 motivos mais frequentes de licença médica constantes de 2755 prontuários pesquisados, situam-se:

- outras psicoses não orgânicas;
- transtornos neuróticos;
- osteoartroses e transtornos afins;
- outros transtornos articulares e os não especificados;
- hipertensão arterial;
- transtornos dos discos intervertebrais;
- laringites e traqueítes crônicas;
- outros transtornos das sinóvias, tendões;
- laringites e traqueítes agudas;
- outras doenças das vias aéreas superiores.

**PROZAC** Weekly  
fluoxetine hydrochloride 90 mg  
Control No./Exp. Date  
7RC09P / FEB 1 2005



Quando foram especificados os motivos de afastamento em cada um dos 10 motivos, observou-se que dentre os transtornos mentais predominaram as psicoses afetivas e não orgânicas, os transtornos neuróticos e a reação aguda ao estresse. No que se refere às doenças respiratórias, predominam as laringites e traqueítes crônicas, seguidas das agudas e das faringites agudas. Finalmente, dentre as doenças do aparelho circulatório, além do predomínio da hipertensão arterial e de sua repercussão cardíaca, ocorreram também a angina do peito, as arritmias cardíacas, a insuficiência cardíaca e as flebites e trombozes.

Constata-se, pois, que os motivos de afastamento do trabalho podem ser agrupados em quatro grandes categorias: doenças osteoarticulares (13% dos casos); doenças mentais (11,6% dos casos); doenças do trato respiratório (6,5% dos casos) e hipertensão arterial (3,3% dos casos).

Do que foi acima assinalado, constata-se que a questão das doenças mentais entre os professores é uma temática importante de análise e estudo.

Ademais, o que caracterizou essa amostragem foi a predominância de doenças crônicas não transmissíveis, cujo nexos de causalidade com o trabalho é mais complexo e não direta-

## Quatro categorias concentram as razões das licenças de saúde





mente observável.

Dai a necessidade de se pensar o nexo entre as doenças dos trabalhadores em ensino de maneira diferenciada e complexa, em que a causalidade não é direta ou unívoca como as doenças ocupacionais ou profissionais clássicas (MENDES, 1986), exigindo uma análise que hierarquize suas causas e mediações, ou seja, sua determinação.

O enfrentamento dessa discussão impõe-se, na medida em que a minoria dos afastamentos acima relatados, cerca de 1%, foi reconhecida oficialmente como doença de caráter ocupacional.

Além disso, a frequência maior de afastamentos por doenças osteoarticulares e distúrbios mentais estaria a identificar um desgaste tanto físico como mental dos professores, colocando em discussão a idéia da penosidade no trabalho docente (SATO, 1991).

Quanto às faringites, laringites e traqueítes, sua frequência está a indicar uma relação importante da atividade docente com o "desgaste" do aparelho fonador (uso da voz) e sua cronificação estaria a apontar para uma assistência médica de qualidade questionável, na medida em que os casos tornaram-se crônicos dado o atendimento pouco rigoroso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi discutido e assinalado anteriormente, é mister salientar que a morbidade apresentada pelos docentes enquadra-se em um perfil que foge daquele configurado pelas assim chamadas doenças profissionais clássicas.

E, como consequência disso, a discussão do

nexo causal entre as doenças adquiridas pelos docentes no seu trabalho é muito mais indireta e complexa, exigindo uma nova abordagem e reflexão sobre a idéia de causalidade positivista que, inclusive, dá sustentação à análise jurídico-legal dessa questão.

Ademais, à noção de condições de trabalho como espaço explicativo das relações entre trabalho e saúde-doença dos professores, deve ser agregada, como já assinalado, a noção de organização do processo de trabalho docente, a qual permitiria pensar nas mediações entre as doenças mentais, a hipertensão arterial e demais doenças cárdio-vasculares e o trabalho docente. E, ao assim se proceder, estaria mais palpável a estratégia de promoção e prevenção dos agravos à saúde relacionados ao trabalho docente, na medida em que a idéia de organização do trabalho traz consigo a exigência de que o trabalhador tenha maior autonomia e controle sobre seu próprio trabalho, o que deve ser acompanhado de uma abordagem que envolva os coletivos de trabalhadores que vivem e sofrem de maneira comum as exigências e o desgaste provocado pelo trabalho docente.

Diante disso, nada mais oportuno e aceitável que a organização docente a partir de seu próprio local de trabalho - utilizando o princípio da não delegação, da validação consensual e do conhecimento da realidade para sua transformação, pressupostos que fazem parte do chamado Modelo Operário Italiano de análise e controle das condições e ambiente de trabalho

(ODDONE e cols., 1986) - seja a perspectiva que deve nortear a luta dos docentes pela defesa da saúde no trabalho e a melhoria das condições da organização e dos ambientes de trabalho.

## *A organização docente a partir do seu próprio local de trabalho deve nortear a luta pela defesa da saúde*

MENDES, R. DOUTRINA E PRÁTICA DA INTEGRAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL NO SETOR SAÚDE: CONTRIBUIÇÃO PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA. 1986. TESE (LIVRE DOCÊNCIA). FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO.

SATO, L. ABORDAGEM PSICOSSOCIAL DO TRABALHO PENOSO: UM ESTUDO DE CASO DE MOTORISTAS DE ÔNIBUS URBANO. 1991. DISSERTAÇÃO (MESTRADO). PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO.

ODDONE, I., MARRI, G., GLORIA, S. E COLS. A LUTA DOS TRABALHADORES PELA SAÚDE. SÃO PAULO: HUCITEC, 1986. (COLEÇÃO SAÚDE EM DEBATE)

LAURELL, A.C. & NORIEGA, M. PROCESSO DE PRODUÇÃO E SAÚDE. TRABALHO E DESGASTE OPERÁRIO. SÃO PAULO: CEBES - HUCITEC, 1989.

## NOTAS

<sup>1</sup> Entendem-se por cargas de trabalho os elementos do trabalho que interagem dinamicamente entre si e com o corpo dos trabalhadores, podendo gerar processos de adaptação traduzidos em desgaste, este entendido como a perda da capacidade potencial e/ou efetiva do corpo ou da mente (cf. LAURELL & NORIEGA, 1989).





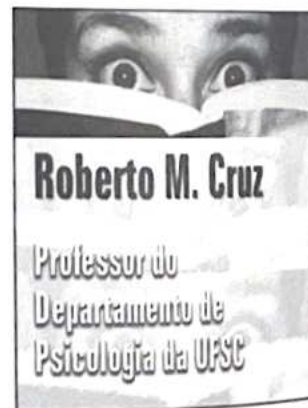
# Condições e cargas de trabalho da atividade docente

As condições de saúde dos trabalhadores brasileiros dependem das condições em que eles realizam seu trabalho. Os trabalhadores atribuem dimensões às cargas, conforme as condições (físicas e psicossociais) estabelecidas pela organização do trabalho e, se elas lhes são adversas, crescem os riscos de adoecimento no trabalho. O presente artigo tem por objetivo discutir as cargas de trabalho da atividade docente e suas influências nos processos de adoecimento de professores. Para atingir o objetivo proposto abordar-se-ão as condições e as cargas de trabalho do professor, com base em autores nacionais que se dedicam à pesquisa sobre o trabalho e a saúde dos professores, além dos autores que abordam a saúde do trabalhador.



**Jadir Lemos**

Professor do  
Departamento de  
Fisioterapia da UFSM

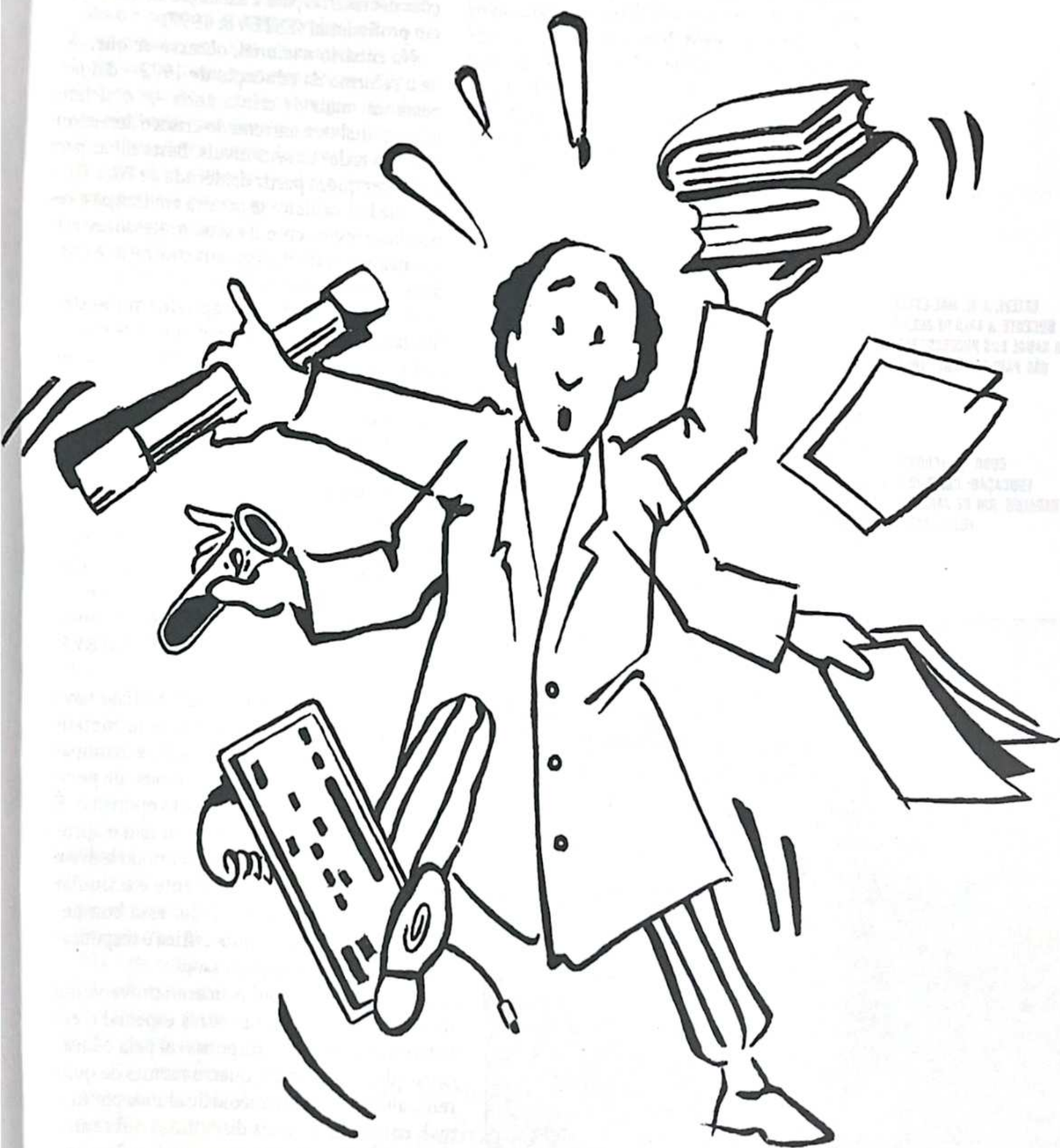


**Roberto M. Cruz**

Professor do  
Departamento de  
Psicologia da UFSC

*Desde os anos 80, os docentes estão entre os que adoecem mais*





## O TRABALHO DOCENTE

O trabalho humano possui um duplo caráter: por um lado, é fonte de realização, satisfação e prazer, estruturando e conformando o processo de identidade dos sujeitos; por outro lado, pode também se transformar em elemento patogênico, tornando-se nocivo à saúde (SELLIGMANN-SILVA, 1987).

O trabalho assume, ao longo da história da humanidade, diferentes significados que vão desde o pagamento de penas até meio de ascensão social. Hoje, o trabalho representa parte significativa no cotidiano do homem moderno, assumindo outros significados, constituindo-se num dos principais modos de produção social.

Como parte importante e significativa da vida humana, seus aspectos repercutem sobre as condições de saúde da classe trabalhadora. Nes-

SELLIGMANN-SILVA, E. SAÚDE MENTAL E TRABALHO. IN COSTA, N. R. & TUNDIS, S. A. CIDADANIA E LOUCURA - POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 1987





ESTEVE, J. M. MAL-ESTAR  
DOCENTE: A SALA DE AULA E  
A SAÚDE DOS PROFESSORES.  
SÃO PAULO: EDUSC, 1999.

CODO, W. (COORD)  
EDUCAÇÃO: CARINHO E  
TRABALHO. RIO DE JANEIRO:  
VOZES, 1999.

se sentido, muitas categorias profissionais têm sido alvo de estudos para diversos pesquisadores de distintas áreas de pesquisa. Entre as categorias profissionais estudadas, encontram-se os professores, que desde a década de 80 vêm, de forma mais acentuada, apresentando sinais de adoecimento. A relação estabelecida entre o processo de trabalho e o processo de adoecimento da categoria docente, ainda pouco explorada, serve-nos de incentivo para a construção do presente estudo, que tratará das condições de trabalho dos professores do ensino superior.

A docência é uma das mais antigas profissões. A figura do professor é anterior à universidade. Mas, ao longo dos séculos, ela vai (ou vem) se modificando em busca do acompanhamento da evolução cultural e tecnológica. Tais modificações impõem à Educação diversas mudanças que obrigam os professores de todas as partes do mundo a se adaptarem a esse processo evolutivo, sendo que, na maioria das vezes,

não lhes são possibilitadas as mínimas condições necessárias para a execução do seu exercício profissional (ESTEVE, 1999).

No cenário nacional, observa-se que, desde a reforma da educação de 1972 – daí já se passaram mais de trinta anos –, o sistema educacional tem enfrentado crises e desencontros, em todos os seus níveis. Basta olhar para trás e ver que, a partir da década de 80, a Universidade Brasileira se arrasta em longas e repetidas greves, com os seus professores reivindicando respeito aos seus contratos e condições dignas de trabalho.

O mesmo quadro se reproduz no ensino fundamental e médio, principalmente nas escolas públicas, em todos os cantos da nação. E se reproduz porque a missão do professor, independentemente do nível de ensino em que atua – fundamental, médio e/ou superior –, é o mesmo, quer seja: educar. O “educar” está ligado ao afeto, o que representa bem mais do que a atividade de instrução, que é a transmissão de informações e o treinamento específico de habilidades. Visto desta forma, o trabalho docente é caracterizado por relações interpessoais, envolvendo a discussão e o debate entre o professor e aluno (CODO, 1999; ESTEVE, 1999).

O professor é contratado para realizar tarefas prescritas como ministrar aulas (e conteúdos), orientar pesquisas e leituras e acompanhar o desenvolvimento dos alunos, na perspectiva de avaliá-los no momento oportuno. É dele a competência de atestar ou não o aproveitamento do aluno durante o período letivo e se ele está apto a seguir em frente e assimilar novos conteúdos. Na verdade, essa competência envolve crítica, auto-crítica e responsabilidade por parte do professor.

Dotado de vasto conhecimento proveniente de sua formação, muitas vezes especial e específica, o professor é responsável pela educação de duas, três ou até quatro turmas de quarenta alunos (número médio de alunos por turma), com duas ou mais disciplinas diferentes para ministrar durante o ano letivo. Isso requer dele um esforço extra para dar conta de atualizar conteúdos e instrumentalizar-se em novas tecnologias didático-pedagógicas, além de preparar e corrigir provas e trabalhos. Entende-se, assim, que a jornada de trabalho do professor extrapola em horas semanais a jornada prevista em seu contrato de trabalho.

As demais tarefas, consideradas atividades burocráticas como, por exemplo, o preenchimento dos diários de classe e/ou o registro da frequência dos alunos, são atividades rotineiras e, portanto, desinteressantes, na maioria dos casos executadas no domicílio do professor. Como se vê, o trabalho docente é com-

Auto-retrato, de Edward Munch, Galeria Municipal de Arte, Oslo, Noruega (XX)







posto de várias atividades e ele não pode ser decomposto e dividido entre vários professores, como é possível dividir o trabalho em uma linha de montagem. Este é um trabalho que é iniciado e terminado pelo mesmo trabalhador.

De fato, o trabalho docente requer habilidades intelectuais, mas não está isento de habilidades físicas. A realização das atividades, quer intra, quer extraclasses, exige do professor condições físicas e psicológicas, pois as atividades envolvem esforço físico (necessidade de força e resistência muscular para a busca de informações atualizadas, transporte de livros e materiais e ficar sentado ou em pé por tempo prolongado escrevendo ou desenhando – o que envolve gasto energético/calórico e alterações fisiológicas) e esforço mental (para as exigências cognitivas e psíquicas).

## AS CARGAS DE TRABALHO NA ATIVIDADE DOCENTE

Na compreensão de Wisner (1994) todas as atividades, inclusive o trabalho, têm pelo menos três aspectos: físico, cognitivo e psíquico. Ao aspecto físico corresponde o esforço físico necessário à execução da tarefa; ao cognitivo, os processos de tomada de decisão (como aspecto principal, mas não como único); e, ao psíquico, o conflito produzido pelos contrangimentos gerados na organização técnica e social do trabalho. Embora a atividade docente seja considerada, numa divisão social do trabalho, como trabalho intelectual, ela é composta das cargas existentes em outros tipos de atividades semelhantes ou não a ela.

As cargas de trabalho representam, segundo Seligmann-Silva (1994), um conjunto de esforços desenvolvidos para atender as exigências das tarefas, abrangendo os esforços físicos, cognitivos e psicoafetivos (emocionais). Para Greco, Oliveira e Gomes (1996), as cargas de trabalho são definidas como as exigências ou demandas psicobiológicas do processo de trabalho que geram, ao longo do tempo, as particularidades do desgaste do trabalhador. Tal desgaste, segundo Laurell e Noriega (1989), é traduzido como a perda da capacidade potencial afetiva, corporal e psíquica.

Do ponto de vista da Ergonomia, a carga de trabalho representa o esforço físico necessário para a realização da atividade laboral, e pode ser medida pelo gasto calórico/energético,



Retrato de um Homem – de Erich Heckel, coleção Lothar-Gunther (XX)

co, pela frequência cardíaca ou por eletromiografia (GRANDJEAN, 1998; COUTO, 1995). Para a psicologia do trabalho, as cargas de trabalho são mediações entre o processo de trabalho e o desgaste psicobiológico (LEPLAT e CUNY, 1983; GRECO, OLIVEIRA e GOMES, 1996).

Uma síntese das definições de cargas de trabalho entre os principais autores da psicologia do trabalho, da ergonomia e da área da saúde do trabalhador pode ser contemplada na Tabela 1, de forma a explicitar as particularidades do uso do termo.

De um modo geral, o conjunto dos autores referenciados na Tabela 1 tende a associar o termo “carga de trabalho” à experiência pessoal de sentir e perceber, de forma desgastante, incômoda ou desagradável, o esforço necessário para responder às exigências das tarefas de trabalho. Há, também,

entre os autores, o consenso metodológico de classificar as cargas de trabalho entre físicas e psíquicas, dado que são as resultantes da relação entre as condutas de trabalho e as exigências das tarefas ou do meio.

Dessa maneira, pode-se inferir que as cargas de trabalho representam um modo especial de vivenciar o trabalho e não podem ser confundidas com o objeto de trabalho em si (o grau de exigência de uma tarefa, a qualidade do objeto) ou com esforço físico (a idéia de

*O “educar” está  
ligado ao afeto, o que  
representa bem mais  
do que a atividade  
de instrução*

GRANDJEAN, E. MANUAL DE ERGONOMIA. 4ª ED. PORTO ALEGRE: ARTES MÉDICAS, 1998.

COUTO, H. ERGONOMIA APLICADA AO TRABALHO. BELO HORIZONTE: ERGO, 1995.

LEPLAT, J.; CUNY, X. INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA DO TRABALHO. TRAD. HELENA DOMINGOS. LISBOA: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1983.

GRECO, R. M.; OLIVEIRA, V. M.; GOMES, J. R. CARGAS DE TRABALHO DOS TÉCNICOS OPERACIONAIS DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. VOL 25, P. 59-75, 1995/1996.





FACCHINI, L. A. UMA CONTRIBUIÇÃO DA EPIDEMIOLOGIA: O MODELO DE DETERMINAÇÃO SOCIAL APLICADO À SAÚDE DO TRABALHADOR. IN BUSCHINELLI, J. T.; ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M. ISTO É TRABALHO DE GENTE?: VIDA, DOENÇA E TRABALHADOR NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: VOZES, 1994.

transportar peso, por exemplo). Ela é, na verdade, a expressão da vivência do trabalhador em relação às condições contextuais do seu trabalho como atividade. Portanto, tendo como certa a existência de cargas em todos os tipos de trabalho, sua dimensão é dada pelo próprio trabalhador.

As cargas de trabalho, vistas dessa forma, podem ser agrupadas, segundo sua natureza ou característica básica, em cargas que têm mate-

rialidade externa e que se modificam na interação com o corpo, assumindo outra dimensão, caracterizando seus efeitos psicogênicos como cargas físicas, químicas, biológicas e mecânicas, e aquelas que adquirem materialidade no próprio corpo humano e se expressam internamente por meio dele, como as fisiológicas e psicológicas (LAURELL e NORIEGA, 1989; FACCHINI, 1994; GRECO, OLIVEIRA e GOMES, 1996).

### Tabela 1- Conceitos de cargas de trabalho, segundo seus respectivos autores

"A noção de carga de trabalho será, pois, sempre relativa à interação entre um sujeito e as exigências de determinado meio."

LEPLAT E CUNY,  
1983, P. 180

"O conceito de carga de trabalho possibilita uma análise do processo de trabalho que extrai e sintetiza os elementos que determinam de modo importante o nexos biopsíquico da coletividade operária e confere a esta um modo histórico específico de 'andar a vida'."

LAURELL E NORIEGA,  
1989, P. 110

"Toda a atividade, inclusive o trabalho, tem pelo menos três aspectos: físico, cognitivo e psíquico. Cada um deles pode determinar uma sobrecarga. Eles estão inter-relacionados e é bastante freqüente, embora isso não seja necessário, que uma forte sobrecarga de um dos aspectos seja acompanhada de uma carga bastante alta nos dois outros domínios."

WISNER, 1994, P. 13

"Carga de trabalho representa o conjunto de esforços desenvolvidos para atender às exigências das tarefas. Esse conceito abrange os esforços físicos, os cognitivos e os psicoafetivos (emocionais)."

SELIGMANN-SILVA,  
1994, P. 58

"As cargas de trabalho são definidas como exigências ou demandas psicobiológicas do processo de trabalho, gerando ao longo do tempo as particularidades do desgaste do trabalhador."

GRECO, OLIVEIRA E  
GOMES, 1996, P. 61

"A partir de Laville, Kalsbeek e Leplat, pode-se afirmar que carga de trabalho é a relação entre constrangimentos impostos pela tarefa, pela interface, pelos instrumentos e pelo ambiente (carga funcional), em conjugação com as atividades desempenhadas e a capacidade de trabalho do operador."

MOURA, 1998, P. 80

"Da relação entre os elementos de um sistema de trabalho decorre que, durante a execução da tarefa, a pessoa está sujeita a diversas influências maléficas e/ou benéficas, cujas causas estão na tarefa de trabalho e no ambiente de trabalho. Estas influências maléficas recebem o nome de cargas".

SELL, 2002, P. 64

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. PROCESSO DE PRODUÇÃO E SAÚDE: TRABALHO E DESGASTE OPERÁRIO. SÃO PAULO: EDITORA HUCITEC, 1989.

WISNER, A. A INTELIGÊNCIA NO TRABALHO: TEXTOS SELECIONADOS DE ERGONOMIA. SÃO PAULO: FUNDACENTRO, 1994.

SELIGMANN-SILVA, E. DESGASTE MENTAL NO TRABALHO DOMINADO. SÃO PAULO: CORTEZ, 1994.





Portanto, considerando que são as condições de trabalho que determinam e intensificam as cargas, podemos, didaticamente, subdividi-las em:

**Cargas físicas** - Consideram-se os elementos que podem estar presentes tanto no ambiente de trabalho como fora dele, mas "são derivadas principalmente das exigências técnicas para a transformação do objeto de trabalho e caracterizam um determinado ambiente de trabalho, que interage cotidianamente com o trabalhador", como, por exemplo: temperatura, umidade, ventilação, ruído, vibrações e iluminação. A forma com que o trabalhador percebe e se relaciona com as exigências do trabalho e o desconforto que elas provocam durante a execução de suas tarefas (por exemplo, o excesso de ruído do ambiente, exigindo um maior grau de concentração) intensificam a carga, produzindo um efeito psicogênico que exige do trabalhador modos de regulação (condutas elaboradas para evitar ou controlar os constrangimentos) no trabalho.

**Cargas químicas** - São decorrentes principalmente do objeto de trabalho e dos meios e instrumentos necessários para sua transformação, e podem ser: poeiras, fibras, fumaças, gases, líquidos e radiações. A percepção do risco de intoxicação tende a aumentar a probabilidade de gerar insegurança e/ou medo entre os trabalhadores, sentimentos que, geralmente, traduzem sobrecarga de trabalho frente à dificuldade de regulação da carga.

**Cargas biológicas ou orgânicas** - Estão relacionadas às condições de higiene do próprio ambiente de trabalho e podem ser causadas por qualquer organismo animal ou vegetal, que gere no trabalhador algum tipo de dano (FACCHINI, 1994). O risco de contaminação por microrganismos a que ficam expostos os trabalhadores gera neles os mesmos sentimentos relacionados

às cargas químicas, exigindo deles, da mesma forma, um mecanismo de regulação que lhes permita permanecer no trabalho, mesmo considerando os riscos adicionais existentes.

**Cargas mecânicas** - São derivadas da tecnologia empregada, bem como das condições de instalação e manutenção do processo de produção. Assim, por exemplo, os acidentes de trabalho são expressão das cargas mecânicas presentes no processo de trabalho. Os sistemas automatizados, as esteiras de produção e as prensas hidráulicas, exemplos de mecanismos

utilizados nos meios produtivos, ao oferecerem perigo no seu manuseio, exigem atenção permanente, alterando a dimensão da carga, produzindo efeitos psicogênicos.

**Cargas fisiológicas** - Estão relacionadas com a utilização do corpo no trabalho, seja pela necessidade de manutenção de uma determinada posição, seja pela realização de esforços físicos (LAURELL e NORIEGA, 1989). A alternância de turno é um dos principais exemplos de carga fisiológica. A necessidade de adaptar o organismo a um novo ritmo biológico em curtos espaços de tempo (a cada 10 dias, por exemplo) torna-se desconfortável para o trabalhador. Os novos horários de alimentação e de sono repercutem em sua vida pessoal e profissional. A dificuldade de recuperar as energias (físicas e psíquicas) acaba prejudicando o seu desempenho.

**Cargas psíquicas** - Dizem respeito, genericamente, à vivência de tensões ou descompensações psicológicas relativas à organização do trabalho.

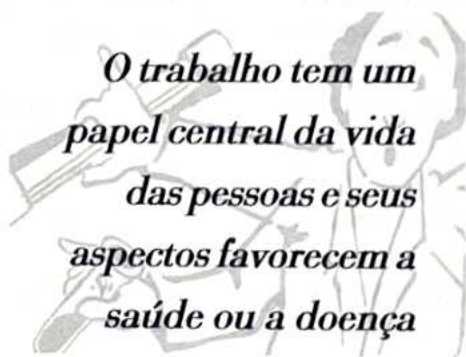
Encontramos, na literatura especializada, diferentes conceitos de carga psíquica do trabalho, sintetizados na Tabela 2.

Dos conceitos elaborados na Tabela 2, aprende-se que a carga psíquica é produzida ou suscetibilizada na organização do trabalho. Ela é relacionada com as demais cargas, porém deriva de situações estressoras do processo de trabalho. Os conceitos de carga psíquica sugerem que as exigências oriundas dos processos de trabalho podem estar aquém (subcarga) ou além (sobrecarga) das capacidades (físicas e psíquicas) dos trabalhadores para respondê-las, sendo ela intensificada pela forma com que cada trabalhador vivencia o seu próprio trabalho.

A psicodinâmica do trabalho enfatiza a sua centralidade na vida dos trabalhadores, analisando os aspectos dessa atividade que podem favorecer a saúde ou a doença. Ao analisar a inter-relação entre saúde mental e trabalho, Dejours (1986) des-

taca o papel da organização do trabalho, no que diz respeito aos efeitos positivos ou negativos que aquela possa exercer sobre o funcionamento psíquico, a vida mental do trabalhador. Conceitua a organização do trabalho, como a divisão das tarefas e a divisão dos homens. A divisão das tarefas engloba os conteúdos destas, o modo operatório e tudo o que por ela é prescrito. A divisão dos homens compreende a forma pela qual as pessoas são divididas em uma empresa e as relações humanas que aí se estabelecem.

*O trabalho tem um  
papel central da vida  
das pessoas e seus  
aspectos favorecem a  
saúde ou a doença*





**TABELA 2 - CONCEITOS DE CARGAS PSÍQUICAS DO TRABALHO, SEGUNDO SEUS RESPECTIVOS AUTORES**

"As cargas psíquicas são derivadas principalmente dos elementos do processo de trabalho que são fonte de estresse, elas se relacionam com todos os elementos do processo de trabalho e, portanto, com as demais cargas de trabalho. No entanto, em termos mais específicos, a principal fonte de estresse nos processos de trabalho moderno pode ser localizada na organização e divisão do trabalho."

FACCHINI, IN:  
BUSCHINELLI, ROCHA E  
RIGOTO (1994) P. 181

"São as cargas relativas à organização da jornada de trabalho, à periculosidade do trabalho, à frequência de situações de emergência, ao grau de responsabilidade na resolução dessas situações, aos ritmos de trabalho, à pressão do tempo, ao grau de atenção e de mobilidade dentro do local de trabalho, à possibilidade de falar com os companheiros de trabalho, de tomar iniciativas e decisões a respeito de como realizar o trabalho em grupo, ao conteúdo da supervisão, ao grau de monotonia e à repetitividade das tarefas, ou à possibilidade de realizar atividades de defesa coletiva na área de trabalho."

GRECO, OLIVEIRA E  
GOMES, 1996, P. 62

"As cargas psíquicas, finalmente, têm o mesmo caráter que as fisiológicas à medida que adquirem materialidade através da corporeidade humana [...] e podem provisoriamente ser agrupadas em dois grandes grupos: um, que abrange tudo aquilo que provoca uma sobrecarga psíquica, ou seja, situações de tensão prolongada, e outro, que se refere à subcarga psíquica, ou seja, a impossibilidade de desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica. Exemplos das primeiras, características do processo de trabalho capitalista, podem ser a atenção permanente, a supervisão com pressão, a consciência da periculosidade do trabalho, os altos ritmos de trabalho, etc. Pertencem ao segundo grupo de questões a perda do controle sobre o trabalho ao estar o trabalhador subordinado ao movimento da máquina; a desqualificação do trabalho, resultado da separação entre sua concepção e execução; a parcialização do trabalho, que redundava em monotonia e repetitividade etc."

LAURELL E NORIEGA,  
1989, P. 112

"A carga psíquica do trabalho é a carga, isto é, o eco ao nível do trabalhador da pressão que constitui a organização do trabalho. [...] A carga psíquica do trabalho resulta da confrontação do desejo do trabalhador à injunção do empregador contida na organização do trabalho".

DEJOURS, ABDOUCHELI E  
JAYET, 1994 P. 28

"A carga psíquica pode ser definida em termos de níveis de conflitos no interior da representação consciente ou inconsciente das relações entre a pessoa(ego) e a situação (no caso a organização do trabalho). Mas ela é também o nível em que o sofrimento e a fadiga física, a falta de sono provocada pela distribuição dos períodos de 24 horas, a sobrecarga de trabalho cognitivo podem determinar distúrbios afetivos."

WISNER, 1994, P. 13

"Refere-se a cargas (aquelas) relacionadas ao fator afetivo ou à significação do trabalho para quem trabalha"

CORREA, 2003, P. 17

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI,  
E.; JAYET, C.  
PSICODINÂMICA DO  
TRABALHO:  
CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA  
DEJOURIANA À ANÁLISE DA  
RELAÇÃO PRAZER,  
SOFRIMENTO E TRABALHO.  
SÃO PAULO: ATLAS S.A,  
1994.





Conforme Dejours (1994):

Na abordagem psicoeconômica da relação homem-trabalho, convém sublinhar que a organização do trabalho é, de certa forma, a vontade do outro. Ela é, primeiramente, a divisão do trabalho e a sua repartição entre os trabalhadores, isto é, a divisão de homens. A organização do trabalho recorta, assim, de uma só vez, o conteúdo da tarefa e as relações humanas de trabalho. (DEJOURS, 1994, p.26)

Para Dejours (1994), as cargas de trabalho dividem-se em cargas físicas e mentais. Na carga mental há uma mistura de fenômenos de

ordem neurofisiológica e psicossociológica. Porém, o autor reserva para a carga psíquica os fenômenos de ordem psicossociológica, quer seja, os elementos afetivos e relacionais das situações de trabalho. Considera, também, que a carga

psíquica pode ser positiva ou negativa. Positiva se o trabalho permite sua diminuição, ou seja, que haja uma via de descarga da energia psíquica aberta. Este é o caso do trabalho livremente organizado, em que o trabalhador sente-se satisfeito durante e no final da execução de uma dada tarefa. A carga é considerada negativa se o trabalho não permite a descarga da energia psíquica que se acumula, traduzindo efeitos negativos (astenia e fadiga). Concluindo, a carga psíquica positiva, segundo o autor, está diretamente relacionada ao trabalho equilibrante, e a carga negativa, ao trabalho fatigante.

Laurell e Noriega (1989, p. 12), ao subdividir a carga psíquica em subcarga e sobrecarga,

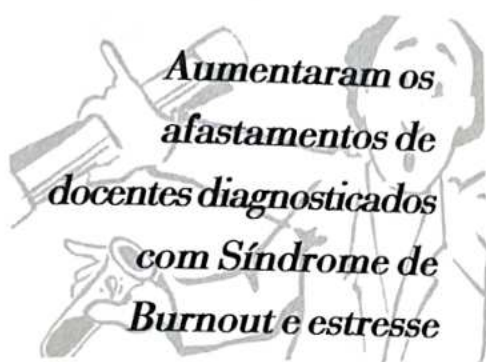
insinuam que o trabalho, se organizado de forma a permitir a descarga da energia psíquica, torna-se equilibrante, pois quando o trabalhador não pode fazer uso de sua criatividade e está subordinado ao ritmo da engrenagem produtiva, o trabalho torna-se fatigante: "Não é *per si* que o trabalho faz mal ao trabalhador, mas o modo como ele se realiza" (SORATTO e PINTO, 1999, p. 282).

Fatores intrínsecos ao processo de trabalho são, na realidade, estressores oriundos da sua organização. A pressão do tempo e por metas de produtividade, os conflitos nas relações hierárquicas, os atos repetitivos, a ausência de poder de decisão, a impossibilidade de contato com colegas durante a jornada de trabalho, entre outros, geram insatisfação no trabalhador. E o fato de o trabalhador estar sujeito à supervisão com pressão ou situações de tensão prolongada (sobrecarga psíquica) ou quando ele não tem controle sobre o seu trabalho (subcarga psíquica) o faz referir sofrimento em relação ao seu trabalho.

A forma como o trabalhador expressa a presença/existência de carga psíquica do trabalho con-

siste na persistência de queixas de fatores psicogênicos das demais cargas de trabalho, como os já citados anteriormente.

Concluimos, com base nos estudos analisados, que as condições de trabalho dos professores têm produzido e intensificado as cargas de trabalho da atividade docente, contribuindo para o aumento dos riscos de agravos à saúde e de adoecimento. Considerando os resultados das pesquisas, mesmo que estas sejam ainda insipientes, é possível perceber um crescimento nos números de afastamentos para tratamento de saúde entre os professores, principalmente os diagnosticados com Síndrome de Burnout e estresse, quadros esses geralmente relacionados ao trabalho.



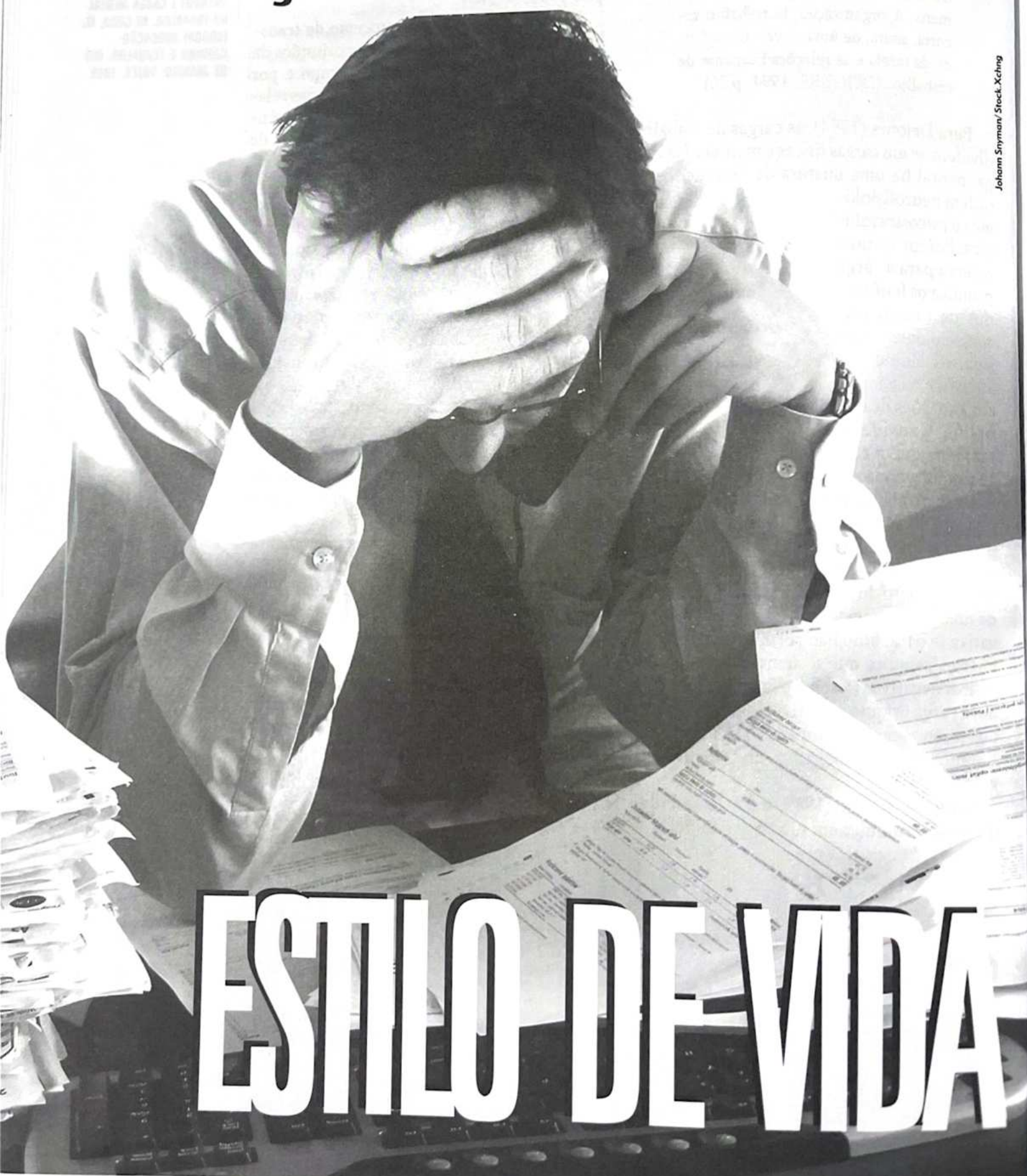
SORATO, L.; PINTO, R. M. BURNOUT E CARGA MENTAL NO TRABALHO. IN CODO, W. (COORD) EDUCAÇÃO: CARINHO E TRABALHO. RIO DE JANEIRO: VOZES, 1999.





# Promoção da Saúde na Era do

Johann Snyman / Stock Xchng



# ESTILO DE VIDA





## TENDÊNCIA DOS INDICADORES DE SAÚDE DOS SERVIDORES DA UFSC 1994-2004

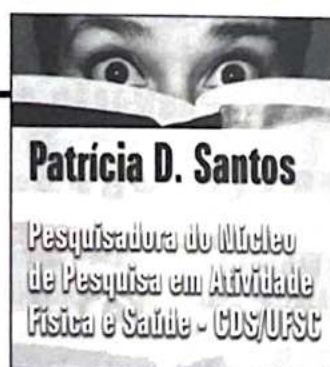
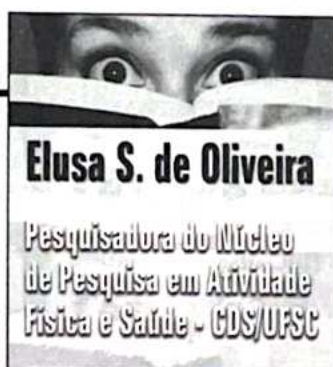
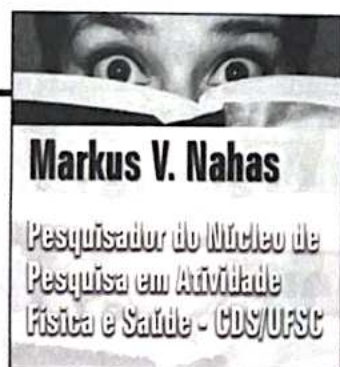
**N**as últimas décadas tem crescido a importância atribuída à promoção da saúde, como um processo pelo qual se propicia um aumento do controle pessoal sobre a saúde (Carta de Ottawa). Trata-se de buscar medidas comunitárias e individuais que possam ajudar as pessoas a desenvolver estilos de vida para manter e melhorar a saúde e o bem-estar. Este conceito recente vai além da idéia de prevenção de doenças, considerando a saúde como uma condição humana com determinantes biológicos, sociais e ambientais. Não se trata meramente da ausência de doenças, como definiu a Organização Mundial da Saúde (OMS) já na metade do século XX. De fato, como sugeriu Henry E. Sigerist, historiador e médico, em termos gerais a saúde é promovida fornecendo-se um padrão decente de moradia, boas condições de trabalho, educação, lazer e repouso. É algo que tem a ver com a atitude perante a vida; a aceitação otimista e uma boa capacidade de enfrentamento das responsabilidades que ela nos impõe.

É preciso ver a condição individual de saúde como um importante recurso para a vida diária, incluindo a sensação de bem estar, a liberdade de movimentos, boa alimentação e relacionamento positivo com familiares e amigos. Como cita Breslow (1999), para atingir esse pleno potencial de viver devem-se desenvolver habilidades específicas, derivadas da informação, motivação e existência de oportunidades para se escolher comportamentos saudáveis. Para além do tratamento e da prevenção de doenças, vive-se uma era em que se deve considerar a promoção da saúde. E isso implica mudanças no estilo de vida.

Nas últimas décadas, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) passaram a representar a principal causa de morte e incapacidade neste planeta (tanto em países pequenos e menos desenvolvidos como naqueles altamente industrializados ou super populosos). Tais condições incluem, principalmente, as doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade, câncer e doenças do aparelho respiratório, contribuindo para 59% das 57 milhões de mortes anuais no mundo e 46% dos gastos com tratamento de doenças (dados da Organização Mundial da Saúde - OMS). Uns poucos fatores de risco - colesterol elevado, hipertensão, obesidade, sedentarismo, fumo e alcoolismo -, segundo a OMS, causam a maior parte dessas doenças.

Deve-se lembrar, também, que mais de 80% dos casos de doenças cardiovasculares acontecem em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Ainda conforme dados da OMS, as principais doenças cardiovasculares (infartos do miocárdio e derrames cerebrais) causam 12 milhões de mortes por ano no mundo. No Brasil, são mais de 300 mil mortes/ano (Ministério da Saúde).

BRESLOW, L. DA  
PREVENÇÃO DAS DOENÇAS  
À PROMOÇÃO DA SAÚDE.  
JAMABRASIL, 1999, V 3 (7),  
2252-2261.



*Doenças cardiovasculares matam 300 mil por ano no Brasil*





## FATORES DE RISCO E O PAPEL DO ESTILO DE VIDA

Até recentemente, pouco se sabia sobre o papel dos fatores de risco nesse processo de saúde e doença cardiovascular. Um estudo recente (The Interheart Study) mostrou que um grupo de nove fatores de risco conhecidos é responsável por 90% dos ataques cardíacos em homens e 94% em mulheres ocorridos no mundo. Até então, acreditava-se que esses mesmos fatores de risco explicariam apenas 50% dos casos de ataques cardíacos. São eles:

- colesterol elevado;
- tabagismo;
- diabetes;
- hipertensão;
- gordura abdominal excessiva;
- estresse psicossocial;
- baixo consumo de frutas e verduras;
- inatividade física;
- ingestão excessiva de álcool.

Além disso, ao contrário do que se imaginava, esses fatores de risco são igualmente determinantes independentemente do grau de desenvolvimento do país e do sexo dos sujeitos. Nesse estudo internacional, publicado em setembro de 2004 no Lancet (p.33), 30 mil participantes (subdivididos em casos – 15.152; e controles – 14.820) foram acompanhados durante uma década em 52 países dos cinco continentes. No Brasil, 675 voluntários foram acompanhados pela equipe do Hospital Albert Einstein, de São Paulo.

Os resultados do estudo reforçam a mensagem de que, para reduzir os casos de infarto do miocárdio (ataques cardíacos) e derrames cerebrais – principais causas de mortes também entre professores universitários –, é preciso mudar o estilo de vida. Isso inclui praticar exercícios, ter uma alimentação variada e balanceada, não fumar, beber com moderação, e manter a tranquilidade diante das pressões do dia-a-dia (talvez o maior desafio para o docente universitário nas condições atuais).

## ABORDAGEM MULTIFATORIAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Num outro estudo recente (BERRIGAN et al., 2003), investigou-se a prevalência de múltiplos comportamentos relacionados à saúde na população adulta americana (n=15.425, de ambos os sexos). Cinco comportamentos relacionados à saúde foram considerados, estabelecendo-se critérios de aderência a esses

comportamentos em diversos grupos daquela população (de acordo com o sexo, a faixa etária e o nível socioeconômico). Os cinco comportamentos relacionados à saúde considerados (e os respectivos critérios de aderência) foram:

### ATIVIDADE FÍSICA REGULAR

3 sessões semanais de atividades vigorosas ou 5 sessões por semana de atividades moderadas ou a combinação desses indicadores

### TABAGISMO

Não fumante ou ex-fumante

### CONSUMO DE ALCÓOL

Menos de 2 doses/dia para homens  
Menos de 1 dose/dia para mulheres  
Nenhum episódio de consumo exagerado numa ocasião no último ano (5 ou mais doses)

### CONSUMO DE FRUTAS E VERDURAS

5 ou mais porções/dia

### GORDURA NA DIETA

<30% do total de calorias ingeridas

Isoladamente, os resultados mostraram as seguintes proporções de pessoas que atenderam aos critérios de referência para a promoção da saúde:

ATIVIDADE FÍSICA REGULAR	40,6%
TABAGISMO	68,1%
CONSUMO DE ALCÓOL	73,9%
CONSUMO DE FRUTAS E VERDURAS	35,1%
GORDURA NA DIETA	34,4%

Nesse estudo, 4,9% dos sujeitos não aten-

BERRIGAN, D., DODD, K., TROYANO, R.P., KREBS-SMITH, S.M. E BARBASH, R.B. PATTERNS OF HEALTH BEHAVIOR IN U.S. ADULTS. PREVENTIVE MEDICINE, 2003, V 36, 615-623.

*Mudar o estilo de vida é fundamental para prevenir doenças*





diam a nenhum dos critérios, enquanto 5,9% atendiam a todos os cinco critérios. Os homens eram a maioria entre os que não atenderam a nenhum dos critérios. As mulheres parecem ter maior aderência aos comportamentos positivos relativos ao fumo e ingestão de álcool, mas parecem menos aderentes ao exercício regular do que os homens. Como se observou também entre trabalhadores catarinenses (NAHAS et al., 2002), o nível educacional estava associado à maior aderência aos cinco comportamentos positivos de saúde (3,7% X 8% para os grupos de menor e maior escolarização).

## SAÚDE E PREVENÇÃO: RISCO MAIOR NOS HOMENS DE MEIA-IDADE

Quando se compara a expectativa média de vida das mulheres com a dos homens, percebe-se que estes vivem aproximadamente 5,4 anos a menos, padrão que se repete em todas as sociedades. Sabe-se também que, de cada dois homens, um tem grande chance de ter câncer ao longo da vida, enquanto esse risco existe para uma em cada três mulheres. Discute-se quanto dessas diferenças pode ser explicado por características inerentes aos sexos e quanto se deve a diferenças comportamentais de homens e mulheres.

Recentemente, o *Journal of Men's Studies* divulgou uma pesquisa sobre comportamentos que aumentam os riscos de doenças, lesões e mortes em homens e mulheres de meia-idade. Nesse estudo, os homens aparecem com piores indicadores em quase todos os 30 comportamentos estudados, o que explica, ao menos em parte, a mortalidade precoce do grupo em relação às mulheres. Veja, a seguir, algumas das conclusões do estudo:

- homens dormem menos que mulheres;
- são menos propensos a reduzir o sal na alimentação, quando hipertensos;
- usam menos fio dental;
- fazem menos exames preventivos;
- ficam mais expostos ao sol;
- usam menos protetor solar (apenas 16,2%, em comparação a 26,2% das mulheres, de acordo com a Sociedade Brasileira de Dermatologia);
- preocupam-se menos com a qualidade alimentar;
- em geral estão menos interessados em assuntos relacionados à saúde e são mais resistentes aos cuidados preventivos;
- ¼ dos homens de meia-idade (45-64 anos) não têm médico regular, o que representa metade da proporção das mulheres.

Essas constatações reforçam a necessidade de se informar, motivar e criar oportunidade

Cena de Rua, de George Grosz, coleção Thyssen-Bornemisza, Lugano, Suíça (XX)



para que as pessoas de meia-idade (particularmente os homens) realizem exames preventivos com regularidade e procurem adotar comportamentos mais saudáveis.

NAHAS, M.V., DUARTE, M.F.S., ET AL. HÁBITOS DE ATIVIDADE FÍSICA E APTIDÃO FÍSICA RELACIONADOS À SAÚDE DOS SERVIDORES DA UFSC SEGUNDO A IDADE, SEXO E OCUPAÇÃO. RELATÓRIO FINAL ENCAMINHADO AO CNPO, 1995.

### CONTROLAR

Colesterol, pressão arterial e peso corporal

### REALIZAR

Exames preventivos – cardiovascular e de câncer (próstata, testículo, cólon e pele)

### ADOTAR

Comportamentos saudáveis (não fumar, ingerir bebidas alcoólicas com moderação, praticar exercícios regularmente e ter uma alimentação saudável)

Nesse período da vida (a maturidade), homens e mulheres começam a perceber que o





grande desafio não é se manter sempre jovem (uma missão impossível), mas envelhecer com disposição e boa condição de saúde. Para isso, a adoção de comportamentos saudáveis representa o maior investimento que pode ser feito para frear o declínio funcional que acompanha o processo natural de envelhecimento. Infelizmente, a maior parte de nossos colegas servidores da UFSC não parece atenta a essas recomendações!

## ESTILO DE VIDA E COMPORTAMENTOS RELACIONADOS À SAÚDE DOS SERVIDORES DA UFSC – 1994 / 2004

Em 1994, o NuPAF – Núcleo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde do Centro de Desportos da UFSC – desenvolveu um abrangente levantamento sobre o estilo de vida (atividade física, alimentação, cuidados preventivos, hábitos de lazer) e realizou uma avaliação da condição de saúde (entrevista médica) e da aptidão física relacionada à saúde dos servidores da UFSC – docentes e técnico-administrativos. Os dados de 1994, coletados de uma amostra representativa de 413 servidores, são utilizados como dados de base para comparações com as condições atuais (uma década depois). Na época da primeira coleta, sugestões foram passadas a cada participante da pesquisa e os relatórios foram encaminhados aos setores de saúde e segurança no trabalho da UFSC. Naquela ocasião, houve o financiamento do CNPq para o desenvolvimento do projeto.

Em 2004, repetiu-se a pesquisa, com uma nova amostra aleatória estratificada dos servidores da UFSC. Constatou-se, lamentavelmente, que a participação dos servidores foi inferior e menos entusiástica do que há dez anos, particularmente entre os docentes: dos 272 questionários enviados aos professores selecionados, apenas 165 retornaram preenchidos (e um número muito baixo de docentes compareceu para a entrevista médica e testes de aptidão física). Há várias explicações para esta apatia, mas a principal delas pode estar ligada ao estado de desmotivação e mesmo frustração com as condições de trabalho e pela maneira como o servidor público federal vem sendo tratado.

A amostra final em 2004 constituiu-se de 484 servidores (70,2% da amostra original), incluindo 165 docentes e 319 técnicos administrativos (216 homens e 268 mulheres). Participaram dos testes de aptidão física 172 servidores (41 docentes e 131 técnicos administrativos). As características sócio-demográficas da amostra em 2004 mostram similaridades às de 1994, predominando a faixa etária de “40 a 49 anos” (52,5%), o estado civil “casado” (60,1%), e os níveis socioeconômicos “A” e “B” (82,2%).

Alguns resultados preliminares são apresentados a seguir, enfatizando-se a análise comparativa dos dados de 2004 com o estudo de 1994.

**TABELA 1 - PREVALÊNCIA DE FUMANTES ENTRE OS SERVIDORES DA UFSC: 1994-2004 (em %)**

	HOMENS		MULHERES	
	1994	2004	1994	2004
DOCENTES	12,5	11,0	17,0	10,8
TÉCNICOS-ADM.	32,8	14,9	25,2	16,2

**Fumo & Alcool** - Os resultados comparativos (1994-2004) apontam para a redução significativa na prevalência de fumantes (de 21,9% em 1994 para 14,1% em 2004), assim como no consumo elevado de bebidas alcoólicas entre os homens (de 7,3% para 3,3%).

**Percepção de saúde, estresse e qualidade do sono** - Em 2004, a percepção negativa de saúde foi referida por 17,7% dos servidores (11,5% dos docentes e 19,4% dos técnico-administrativos). Em 1994, este dado era de 25% para os servidores em geral, observando uma melhor percepção de saúde em 2004.

Os níveis de estresse foram considerados elevados para 14,5% dos servidores pesquisados (18,8% dos docentes e 12,2% dos técnicos administrativos), aproximadamente o mesmo percentual de 1994, exceto para docentes do sexo feminino – o percentual de professoras estressadas aumentou de 10,6% para 25,3%. Um em cada cinco servidores relata “não dormir bem” (20,6%), sendo maior a prevalência deste indicador entre as mulheres, que também relataram em 2004 pior qualidade de sono do que em 1994.

**Insatisfação profissional** - Em 2004, o

*A frustração com as condições de trabalho pode explicar a apatia*





grau de insatisfação profissional não foi diferente entre docentes e técnicos administrativos (16,4 e 16,7%, respectivamente). Esses percentuais, porém, foram bem superiores aos dados de 1994: 6% entre os docentes e 13% entre os técnicos administrativos.

**Excesso de peso corporal** - Apenas 41% dos servidores estão satisfeitos com seu peso corporal (36,9% entre as mulheres e 46,3% entre os homens). De fato, o excesso de peso, determinado pelo Índice de Massa Corporal ( $IMC = \text{peso(kg)} / \text{Estatura}^2 \text{ (m)}$ ), é um problema muito mais prevalente entre os homens do que entre as mulheres, como pode ser observado na tabela abaixo.

**TABELA 2 - PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE ENTRE OS SERVIDORES DA UFSC: 1994-2004**

	HOMENS		MULHERES	
	1994	2004	1994	2004
<b>SOBREPESO<sup>1</sup></b>	38,0	44,4	28,0	21,5
<b>OBESIDADE<sup>2</sup></b>	10,0	14,8	11,9	12,5

<sup>1</sup> IMC ENTRE 25 E 29,9

<sup>2</sup> IMC IGUAL OU SUPERIOR A 30

**Atividade física habitual** - Em 2004, afirmaram não praticar exercícios ou esportes regularmente (ao menos uma vez por semana) 35,2% dos servidores do sexo masculino e 51,5% dos servidores do sexo feminino. Em 1994, 59,5% dos servidores afirmavam não praticar qualquer atividade física no lazer, o que foi reduzido para 44,2% em 2004.

É importante ressaltar que estas análises são preliminares. Espera-se ter o relatório completo neste primeiro semestre de 2005, quando as informações definitivas estarão disponíveis para a comunidade universitária. Alguns avanços aqui observados - como no caso do fumo, alcoolismo potencial e nível de atividade física regular -, são significativos; mas outros aspectos parecem apontar para resultados preocupantes, como o nível relatado de estresse pelas professoras, a insatisfação com a vida profissional e o excesso de peso entre os servidores do sexo masculino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar a co-responsabilidade do indivíduo e da sociedade (incluindo o poder público e as instituições em geral) na atenção à saúde. Apesar do destaque dado ao estilo de vida para a promoção da saúde, não se pode imaginar que o indivíduo possa ser responsabilizado de forma isolada por mudanças comportamentais conducentes à saúde positiva. Fatores sociais e ambientais são igualmente relevantes.

Por estilo de vida deve-se entender o "jeito de viver das pessoas", ou o conjunto de ações cotidianas determinadas por nossas atitudes, nossos valores e pelas oportunidades de escolha em nossas vidas (NAHAS, 2003). Mais do que realizar mudanças drásticas em um ou dois componentes do estilo de vida, é importante buscar o equilíbrio em nossas vidas. Isso se consegue com pequenas mudanças em diversos aspectos, o que aumenta as chances de sucesso na empreitada em busca do bem-estar.

Quando se pensa em promover estilos de vida mais saudáveis (no sentido mais amplo possível), é preciso dar mais atenção a cinco fatores centrais: (1) alimentar-se com variedade e não exagerar na quantidade; (2) ser mais ativo fisicamente em todas as oportunidades diárias - acumulando pelo menos 30 minutos de atividades moderadas (e que você goste de fazer) em pelo menos 5 dias da semana; (3) aprender a lidar com o estresse - evitando atritos desnecessários, organizando-se e estabelecendo prioridades em sua vida (seu bem-estar e o de sua família devem estar no topo da lista!); (4) adotar comportamentos preventivos - AIDS, infartos, acidentes, assaltos e câncer de pele são exemplos de problemas que podem ser evitados com tais comportamentos; e (5) cultivar amigos e valorizar os relacionamentos - intra-pessoal, interpessoal e com a natureza. E, lembre-se, ninguém é insubstituível! É preciso estar de bem com a vida para produzir mais e viver com mais qualidade - um equilíbrio que parece estar em falta na nossa instituição.

NAHAS, M.V. ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA. LONDRINA, PR: MIDIOGRAF, 2003.

## REFERÊNCIAS

- Catford, J. Health promotion's record card: how principled are we 20 years on? Health Promotion International, 2004, v 19 (1), 1-4.
- Yusuf, S., Hawken, S., Ôunpuu, S. et al. Effect of modifiable risk factors associated with myocardial infarction in 52 countries (The INTERHEART study): case-control study. The Lancet, 2004, 364 [www.thelancet.com/journal/vol364]
- World Health Organization. Facts related to chronic diseases. WHO, 2004. [www.who.org]





# Sofrimento psíquico no trabalho



**Fernando G. Castro**

Psicólogo e  
Mestre em Psicologia  
pela UFSC

## LIMITAÇÕES E AVANÇOS A RESPEITO DO PROBLEMA

**A**o tratarmos do fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho temos que considerar que sua existência remonta, no mínimo, ao surgimento do sistema de produção fabril, quando se passou a, cada vez mais, transferir o conhecimento e o domínio do processo de trabalho das mãos do artesão para os administradores e gerentes de produção. Ou seja, "foi no sistema de fábrica que uma dada tecnologia pôde se impor, não apenas como instrumento para incrementar a produtividade do trabalho, mas, muito principalmente, como instrumento para controlar, disciplinar e hierarquizar esse processo de trabalho" (DECCA, 1982: 40).

É nesse contexto sócio-histórico, portanto, de nascimento do sistema de fábricas e da conseqüente revolução industrial, no qual se estabelece a sociedade de trabalho capitalista, que encontramos uma situação antropológica singular, na medida em que, desde então, os homens são obrigados a se fazerem mediados por instituições organizadas burocraticamente, com cargos e funções especificados, com o tempo e os movimentos controlados e com um rigor disciplinar e hierárquico até então inexistentes na sociedade.

Marx, ao descrever em *O Capital* os processos de mais-valia relativa, já fazia questão de assinalar as marcas deixadas nos homens em função da "lúgubre rotina de um trabalho atri-

DECCA, EDGAR DE. O  
NASCIMENTO DAS  
FÁBRICAS. SÃO PAULO,  
BRASILIANSE, 1982.





bulante e sem fim em que se repete sempre o mesmo processo mecânico, que lembra o tormento de Sísifo: como o rochedo, o peso do trabalho volta sempre a sobrecarregar o trabalhador esgotado" (MARX, 1988:I:483).

Passados mais de cem anos desde Marx, temos a triste constatação de que a sociedade do trabalho, em detrimento de toda a revolução proporcionada pela microeletrônica, pela robótica e pelos novos modelos gerenciais, foi incapaz de resolver essa situação antropológica, chegando sem dúvida alguma a aprofundá-la.

Seligmann-Silva (1994) tem mostrado, por exemplo, em suas inúmeras pesquisas e revisões bibliográficas, como o *trabalho dominado*, próprio do modo de produção capitalista, produz sofrimento "na medida em que a dominação esmaga a identidade e aprisiona a alma no medo".

Os dados a que temos acesso sobre a atualidade do problema indicam o referido fenômeno como sendo de ordem global, passando a preocupar cada vez mais as organizações, os Estados, órgãos internacionais e sindicatos, chegando a entrar na pauta de políticas públicas. Codo (2002) chama a atenção

para a urgência a respeito de se tratar do problema ao afirmar as seguintes estatísticas: "em enquête realizada pelo *National Health Interview Survey*, nos Estados Unidos em 1985, 11.000.000 de trabalhadores se reportaram ao estresse mental no trabalho" e "segundo a *Canadian Health Association*, 60% dos trabalhadores apresentam naquele país estresse negativo e 35 % citam efeitos psicológicos adversos"; e ainda: "o estresse mental sozinho responde por 11% das reclamações por doenças nos Estados Unidos" (CODO, 2002, p.18). Além disso, podemos referir que, segundo o Departamento Inter-sindical de Estudos e Pesquisas e Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), os problemas relacionados a saúde mental são a segunda maior causa de afastamento do trabalho, perdendo apenas para as LER.

Se tomarmos em consideração dados econômicos como, por exemplo, as despesas diretas e indiretas enfrentadas pelos governos em benefícios, indenizações, pensões, horas de trabalho perdidas por licenças médicas e gastas com o trabalhador vitimado, temos que estes e outros itens têm consumido cerca de 4% do produto doméstico bruto glo-

MARX, KARL. *O CAPITAL*. LIVRO I. RIO DE JANEIRO, BERTRAND, BRASIL, 1998.

GAZZOTTI, ANDREA E CODO, WANDERLEY. *HISTERIA: DOENÇA PROFISSIONAL*. IN: JACQUES MARIA DA GRAÇA E CODO, WANDERLEY. *SAÚDE MENTAL E TRABALHO: LEITURAS*. PETRÓPOLIS, VOZES, 2002.

SELIGMANN SILVA, EDITH. *DESGASTE MENTAL NO TRABALHO DOMINADO*, SÃO PAULO, CORTEZ, 1994.

Ansiedade, Edvard Munch, Museu Munch, Oslo (XX)







CORGOZINHO, IVANIR. SAÚDE MENTAL, TRABALHO E DESCOMPASSO TUPINIQUIM. IN: REVISTA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PSICÓLOGOS, BELO HORIZONTE, V.1, N.1, P.04-15, AGO. 2000.

CASTRO, FERNANDO DE. A PROBLEMÁTICA DA DEFINIÇÃO DE PSÍQUICO NOS ESTUDOS DE WANDERLEY CODO E COLABORADORES SOBRE O SOFRIMENTO PSÍQUICO E TRABALHO. FLORIANÓPOLIS, 2001. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM PSICOLOGIA) – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

SILVA FILHO, JOÃO FERREIRA ET AL. AUTOMAÇÃO E DOENÇA MENTAL. JORNAL BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA, 36 (6), P.313-315, 1987.

SILVA FILHO, JOÃO FERREIRA. TRABALHO E DOENÇA MENTAL (ORG). CADERNOS IPUB, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E SAÚDE MENTAL, N.2, 1997.

SILVA FILHO, JOÃO FERREIRA ET AL. TRABALHO E SAÚDE MENTAL NO BANCO DO BRASIL. JORNAL BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA, 43 (12), P.667-672, 1994.

UCHIDA, SEIJI. TRABALHO INFORMATIZADO E SOFRIMENTO PSÍQUICO, PSICOLOGIA USP, SÃO PAULO, V.9, N.2, P.179-204, 1998.

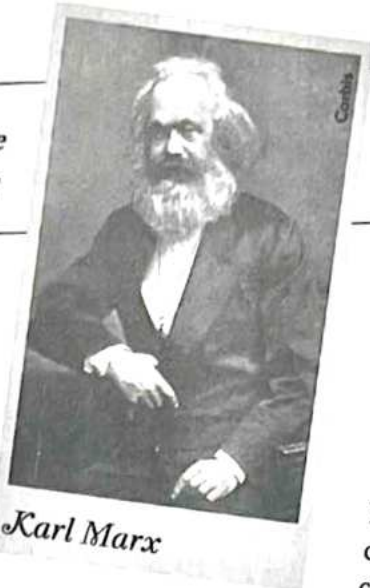
CODO, WANDERLEY (COORD.). EDUCAÇÃO, CARINHO E TRABALHO. PETRÓPOLIS, VOZES, 1999.

SELIGMANN SILVA, EDITH. PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO. IN: MENDES R. (ORG), PATOLOGIAS DO TRABALHO, SÃO PAULO, ATENEU, 1996.

CODO, WANDERLEY, SAMPAIO, JOSÉ JACKSON E HITOMI, ALBERTO H. INDIVÍDUO, TRABALHO E SOFRIMENTO, PETRÓPOLIS, VOZES, 1992.

DEJOURS, CHRISTOFER. A LOUCURA DO TRABALHO: ESTUDO DE PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO, SÃO PAULO, CORTEZ, 1998.

*O materialismo histórico serviu de base para a perspectiva dialética*



Karl Marx

bal, conforme Corgozinho (2000). E, somente na Europa, os custos com acidentes de trabalho e doenças profissionais estão avaliados entre 2,6% e 3,8% do PIB. A própria União Européia, ao investigar entre 1998/1999 as dez maiores prioridades de governo para os próximos anos, na área de saúde, através de um consórcio coordenado pela Agency for Safety and Health at Work, verificou que as questões de natureza psicossocial, *com ênfase no estresse provocado pelo trabalho*, aparecem como uma das prioridades praticamente unânimes (CORGOZINHO, 2000).

No Brasil, apesar das estatísticas serem deficitárias, temos, por exemplo, estudos (LIMA, 2000) que revelam um aumento dos estados depressivos e de ansiedade entre os bancários do setor estatal, bem como do alcoolismo na mesma categoria. Resultados de um estudo realizado em 1995 pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre revelam que 59% dos funcionários da categoria queixam-se de fadiga e estresse, 52 % de irritação e nervosismo, 38% de ansiedade e 21% de depressão. Em nossa pesquisa (CASTRO, 2001) relatamos uma série de estudos a respeito do fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho, entre eles trabalhadores da indústria siderúrgica (SELIGMANN-SILVA, 1994), bancários (SILVA FILHO, 1987, 1997, 1994), processamento de dados (UCHIDA, 1999), professores de ensino médio (CODO, 1999); todos estes, entre muitos outros, revelando as mesmas estatísticas preocupantes e condições de trabalho de risco e sofrimento.

## PROBLEMAS E LIMITAÇÕES NA COMPREENSÃO DO FENÔMENO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO

Ao mesmo tempo em que nos deparamos com um fenômeno desse porte e importância, somos ainda obrigados a encarar as debilidades da ciência psicológica em dar uma inteligibilidade de que nos permita compreender e intervir com objetividade no mesmo.

Seligmann-Silva (1996) expressa muito bem essa debilidade quando coloca que não existe

ainda um conhecimento científico sobre a dinâmica subjetiva que permita compreender como as experiências da vida laboral determinam ou participam do sofrimento psíquico, deixando bem assinaladas as limitações teóricas existentes:

Por mais que exista uma concordância entre os cientistas de diferentes correntes sobre a importância etiológica [do trabalho], não se criou consenso com respeito ao modo como se exerce a conexão trabalho-psiquismo (grifo nosso) de forma suficiente a permitir fixar um quadro teórico. (1996, 289)

É a mesma limitação técnica que autores como Codo e colaboradores (1992) também verificam, chegando a afirmar que se faz necessário colocar em questão o conjunto do arcabouço teórico construído até agora para explicar os “processos de saúde e doença”, e a “concepção de ser humano” que está na base dos mesmos.

Em nossa pesquisa sobre este problema (CASTRO, 2001), encontramos, por um lado, a grande maioria dos estudos e pesquisas sobre o fenômeno em questão realizando-se à luz de uma *perspectiva analítica*, caudatária de Dejours (1998) e da psicanálise, que compreende o sofrimento psíquico a partir da sexualidade infantil inconsciente que, por fixar-se em alguns dos estágios oral, anal, fálico (edipiano), prejudicam o desenvolvimento da personalidade e, conseqüentemente, a capacidade do sujeito em enfrentar as condições adversas de um trabalho atribulante. Como afirma Dejours, ao explicar a “agressividade” como uma característica muito valorizada e uma exigência essencial da profissão de pilotos de caça: “assim a profissão de piloto de caça parece ligada a uma fixação a um estágio pré-edipiano e pré-genital do desenvolvimento da personalidade” (DEJOURS, 1998: 90).

Por outro lado, temos no Brasil autores que, opondo-se a esta *perspectiva analítica* de raiz freudiana e toda a mitologia correspondente, buscam tratar o fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho a partir de uma *perspectiva dialética* (CASTRO, 2001), baseada em Marx e no ma-

*O arcabouço teórico que explica saúde e doença está em questão*





terialismo histórico. Nesse sentido, é realizada uma crítica aos princípios especulativos e anti-científicos presentes na perspectiva analítica (LIMA, 1997 e 2002 e CODO e outros, 1992) e, ao mesmo tempo, uma busca por estabelecer a "categoria trabalho" como essencial na constituição do psíquico e de suas formas de sofrimento.

Os resultados de nossa pesquisa (CASTRO, 2001) a respeito da *perspectiva dialética* no Brasil revelaram, em síntese, que, apesar de recorrerem ao materialismo histórico e buscarem recusar as especulações analíticas freudianas, tais estudos *acabaram por se valer basicamente das noções de psíquico freudianas de "aparelho mental" e "doença mental"*. Acabaram, em suas pesquisas, não possibilitando uma maior visibilidade científica sobre o fenômeno psicológico, acumulando fatos isolados, fornecendo explicações especulativas e fazendo uma crítica social ao trabalho na sociedade capitalista. Mas, ao final, a definição de psíquico acaba por ficar inalterada em relação à concepção freudiana, ainda nos levando a uma mutilação na compreensão do sofrimento psíquico no trabalho, na medida em que o psíquico ficou recortado e reduzido única e exclusivamente ao seu perfil profissional. Ou seja, acabando por explicar a série de perturbações emocionais vividas por um trabalhador como sendo a razão direta e exclusiva da alienação provocada pelo trabalho que realiza.

Tal *perspectiva dialética*, portanto, não nos permite ir além das limitações mitológicas impostas pela *perspectiva analítica* com relação ao psiquismo, nem, tampouco, compreender como as funções existentes entre o perfil de ser trabalhador se integram necessariamente aos perfis de ser pai/mãe, de ser esposa/marido, de ser filho/filha, para que, dessa forma, seja possível apreender a personalidade objetivamente no seu conjunto e esclarecer como um trabalho atribulante pode provocar certas perturbações emocionais graves.

Como podemos ver, temos muito ainda a avançar para compreender a complexidade do fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho. Nesse sentido, trataremos na sequência

deste artigo de três pontos fundamentais: primeiro, esclarecer, a partir do surgimento da psicanálise com Charcot e Freud, como ocorreu por obra desses autores um *desvio da ciência para a mitologia*, estando, portanto, neste plano, a debilidade e a esterilidade da *perspectiva analítica* para compreender o psiquismo huma-

A Torre Eiffel, Roberto Delaunay, Instituto de Arte, Chicago (XX)



no e a complexidade do fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho. Segundo: mostrar como a *perspectiva dialética* no Brasil, desenvolvida por W. Codo e um conjunto de colaboradores, não consegue alcançar uma superação das limitações teóricas impostas pela *perspectiva analítica*, fazendo com que as indagações teóricas de Seligmann-Silva e do próprio W. Codo continuem pertinentes e na ordem do dia, exigindo da ciência os avanços necessários. Terceiro: mostrar como na obra técnica e científica de J.-P. Sartre encontramos uma elucidação dos fenômenos antropológico e psicológico que, ao ser aplicada ao problema do sofrimento psíquico no trabalho, permite superar as limitações e debilidades até aqui verificadas.

## AS LIMITAÇÕES TEÓRICAS DA PERSPECTIVA ANALÍTICA

É pacífico na literatura psiquiátrica e psicológica que foi Charcot, o chamado "César da Salpêtrière" (SZASZ, 1975), por força do peso de sua autoridade como médico neurologista e neuropatologista, o primeiro a estabelecer a "histeria" como "doença mental" ou, se se quiser, como doença médica efetiva nos fins do século XIX. Se,

como médico neuropatologista, Charcot proporcionou importantes avanços para a ciência, principalmente no que diz respeito às doenças degenerativas do cérebro e da espinha dorsal (WEBSTER, 1999), já como "médico dos nervos" andou mais ao amparo da mitologia e do magnetismo animal de Mesmer e das encena-

*A perspectiva dialética  
não foi além das  
limitações mitológicas  
impostas pela  
perspectiva analítica*

SZASZ, THOMAS. O MITO DA DOENÇA MENTAL, SÃO PAULO, CÍRCULO DO LIVRO, 1975.





ções teatrais e articulações políticas, vendendo a falsa idéia de que descobrira alguma doença efetiva (BERTOLINO, 2001 e SZASZ, 1975).

Charcot tratava não somente as mulheres mas também os homens, na busca de provar a

histeria como uma doença mental que afetava também o sexo masculino. O médico francês atendia basicamente casos de vítimas de acidentes de trabalho (pedreiros, trabalhadores das estradas de ferro, etc) que apresentavam ataques convulsivos, paralisias, perda da consciência, entre outros sintomas. O fundamental para nossos ob-

*O desvio da ciência para a mitologia na obra de Freud é uma das causas da debilidade da perspectiva analítica*



Sigmund Freud

jetivos neste artigo é compreender o modo como Charcot procedeu em tais casos e as conclusões que tirou para estabelecer a noção de "histeria traumática", pois são elas que vão determinar os caminhos subseqüentes do fundador da psicanálise.

Um dos casos atendidos pelo mestre da Salpêtrière e relatados pelo historiador americano Mark Michale, um dos maiores estudiosos da história da histeria no século XX (WEBSTER, 1999), é de um entregador de flores chamado Le-Log. O caso relata um acidente em que o paciente foi, segundo versão oficial, "abalroado de lado por uma carruagem, sofrendo apenas ferimentos físicos menores e perdendo momentaneamente a consciência" (WEBSTER, 1999, p.80). Ou seja, um paciente que sofrera traumatismos leves, e que passara a apresentar paralisias, fraqueza nos membros, ataques convulsivos, e que Charcot diagnosticara como portador de "histeria traumática". Ou seja, um acidente banal inculca no entregador de flores idéias inconscientes de paralisia e fraqueza que fizeram provocar sintomas físicos. Le-Log, portanto, era um típico doente mental, paciente de uma perturbação na corrente de idéias de fundo inconsciente que se convertiam para o corpo orgânico como sintomas.

O que Charcot precisou omitir para conseguir provar sua noção de histeria traumática é que, longe de perder a consciência só *momentaneamente*, Le-Log foi jogado com violência na calçada, sendo carregado absolutamente inconsciente até o hospital, onde ficaria cinco ou seis dias inconsciente, tendo batido com a cabeça violentamente e depois vindo a ser acometido

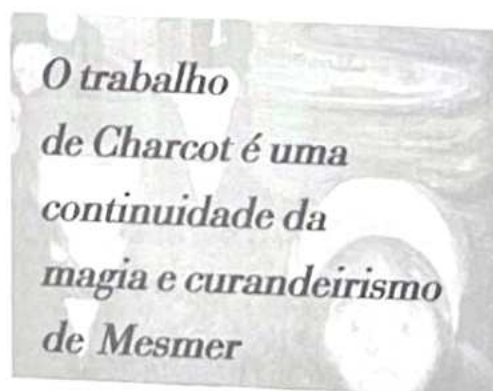
com hemorragias nasais graves, com as extremidades inferiores do corpo aos poucos ficando quase completamente paralisadas e tendo que ser internado pela segunda vez, sofrendo com a memória e a inteligência comprometidas, com palpitações nas têmporas e zumbidos nos ouvidos, com a boca parcialmente aberta, e com tremores e espasmos nos músculos faciais no lado esquerdo (WEBSTER, 1999: 80). Ou seja, a "histeria traumática" de Le-Log era na verdade e sem hesitação, "um caso grave de traumatismo craniano" (WEBSTER, 1999: 80).

Qual a razão dessa omissão? O que nos interessa considerar, com base nesses elementos, é o modo de proceder de um médico neuropatologista competente para os padrões da época que, ao aventurar-se como "médico dos nervos", *omite sintomas resultantes de um episódio real grave*, para vender a idéia de que seus pacientes padeceriam de um problema mental referente a uma descarga de idéias inconscientes, produzindo um trauma psíquico, que induziria sintomas físicos. Portanto, aqueles trabalhadores que iam parar na Salpêtrière vítimas da queda de um andaime, de um acidente ferroviário, etc, e apresentassem paralisias ou fraquezas nos membros eram tratados como portadores de paralisia histerica ou similares, o que revela, e isto é o essencial, uma noção de sofrimento psíquico como resultante de um conflito de idéias no interior de um aparelho mental doente, não tendo função determinante os acontecimentos reais, materiais e históricos. O fundamental para Charcot, portanto, é aquilo que aconteceria no mundo interior do espírito onde habitariam idéias e forças ocultas que entrariam em conflito e causariam

certos traumas, deixando de lado, à *margem do fenômeno*, as ocorrências objetivas e concretas da realidade histórica e material.

É neste sentido que o trabalho de Charcot como médico dos nervos, com o seu apelo ao hip-

notismo, encontra-se mais como uma continuidade da magia e curandeirismo do magnetismo animal de Mesmer (EY, 1978 e BERTOLINO, 2001) do que contribuindo para o avanço da medicina experimental, como o fizeram, por exemplo, Harvey com a circulação do sangue (FRIEDMAN E FRIEDLAND, 2001), Claude Bernard com a patologia experimental (CANGUILHEN, 1982), e o próprio Charcot quando trabalhou efetivamente como neurologista.



WEBSTER, RICHARD. *POUR QUE FREUD ERROU: PECADO, CIÊNCIA E PSICANÁLISE*. RIO DE JANEIRO, RECORD, 1999.

EY, HENRI. *MANUAL DE PSIQUIATRIA*. SÃO PAULO, MASSON, 1978.

FRIEDMAN, MEYER E FRIEDLAND, GERALD W. *AS DEZ MAIORES DESCOBERTAS DA MEDICINA*. SÃO PAULO, COMPANHIA DAS LETRAS, 2001.

CANGUILHEN, GEORGES. *O NORMAL E O PATOLÓGICO*. RIO DE JANEIRO: FORENSE-UNIVERSITÁRIA, 1982.





É claro que Le-Log ficou sem dúvida com medo de sair e entregar flores após todos esses acontecimentos (algo mais do que esperado!), assim como o pequeno Hans, com seus cinco anos de idade, relatado por Freud (1969: v. X), ficou com medo de cavalos após presenciar um acidente com o mesmo animal, ou ainda, como a paciente Katharina (FREUD, 1969: v. II), tinha medo de sair de casa e ser molestada por seu pai por este já ter tentado abusar dela e agredi-la. Mas todos esses acontecimentos objetivos vão ser descartados ao se compreender a dinâmica subjetiva, estando, portanto, nas especulações mitológicas de Charcot, a raiz da limitação teórica assinalada anteriormente, qual seja, a de como compreender a relação trabalho-psiquismo, ou mais amplamente, a relação entre a objetividade material e histórica e os acontecimentos psicológicos.

Todo esse trabalho do mestre da Salpêtrière teria se tornado águas passadas se não tivesse influenciado sobremaneira a Freud, e consequentemente, a toda a mentalidade psiquiátrica e psicológica do século XX. Nesse sentido, o caso de uma paciente chamada Emma Eckstein parece bem ilustrativo da continuidade histórica existente entre ambos. Sem entrarmos nos pormenores do episódio já bem descritos e esclarecidos em Masson (1984) e Bertolino (2003), para nossos objetivos importa considerar que Emma Eckstein era paciente de Freud, que por sua vez a tratava em função de suas menstruações dolorosas e do hábito da masturbação. Sem resultados decisivos, o médico de Viena acaba por se colocar em acordo com seu parceiro, Dr. Fliess, que afirmava serem aqueles sintomas expressões de uma doença chamada "neurose de reflexo [nasal]" (BERTOLINO, 2003). O tratamento necessário seria cirúrgico, qual seja: "a remoção do osso da concha nasal médio esquerdo, no seu terço frontal" (MASSON, 1984: 74). Os dois médicos puseram-se então a operar a paciente, mas os resultados não foram dos melhores: Freud começou a se preocupar quando a paciente, após alguns dias, "expeliu uma lasca de osso" e teve "uma hemorragia que encheu duas tigelas" (BERTOLINO, 2003). E na sequência, além da inchaço e das hemorragias permanecerem, surgiu um mau cheiro muito forte, até ser retirado da cavidade nasal da paciente meio metro de gaze que havia sido esquecido pelos dois médicos durante a cirurgia. A vida da paciente continuou em risco por alguns meses, com Freud chegando a considerá-la desenganada (MASSON, 1984). A reação do parceiro de Freud, o Dr. Fliess, ao invés de assumir a responsabilidade do erro e explicar as hemorragias de Emma Eckstein

como consequência do que haviam feito, foi a de forjar uma explicação numerológica, baseada na astrologia, defendendo a idéia de que a morte da paciente era resultante dos desígnios traçados pela natureza e pelos astros (BERTOLINO, 2003 e MASSON, 1984). Freud, por sua vez, comunga com a posição de seu parceiro, fato que evidencia como o médico de Viena levou mesmo à frente os princípios de mestre Charcot. Numa carta a Fliess, Freud escreve, a respeito da paciente: "Serei capaz de provar que você tinha razão, que seus episódios de sangramento eram histéricos, eram ocasionados pelo desejo, e provavelmente ocorriam nos momentos sexualmente pertinentes (a mulher, ainda muito debilitada, não me ofereceu as datas)" (MASSON, 1984: 94). Portanto, da mesma forma que Charcot, Freud descarta as ocorrências objetivas para apegar-se à noção de trauma psíquico, resultado de desejos inconscientes reprimidos, descartando a materialidade sócio-histórica:

*Aquele meio metro de fio de gaze, aquele pedaço de osso do tamanho de uma moedinha, aquelas duas tigelas, aquelas hemorragias quase fatais tantas vezes, aquele cheiro do nariz; todas essas ocorrências objetivas, enfim, seriam convertidas em símbolos, mensagens por interpretar, manifestações de forças estranhas, que se moviam noutros lugares, - os tran-*

FREUD, SIGMUND. ANÁLISE DE UMA FOBIA DE UM MENINO DE CINCO ANOS. RIO DE JANEIRO, IMAGO, 1969. V. X: DUAS HISTÓRIAS CLÍNICAS: O 'PEQUENO HANS' E O 'HOMEM DOS RATOS'. EDIÇÃO STANDARD.

FREUD, SIGMUND. CASOS CLÍNICOS. (4) KATHARINA. RIO DE JANEIRO, IMAGO, 1969. V. II: PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES PSICANALÍTICAS. EDIÇÃO STANDARD.

MASSON, JEFFREY MOUSSAIEFF. ATENTADO À VERDADE: A SUPRESSÃO DA TEORIA DA SEDUÇÃO POR FREUD. RIO DE JANEIRO, JOSÉ OLYMPIO, 1984.

Variação sobre a pintura O Poeta Max Hermann-Meisse - de George Groz, Museu de Arte Moderna, New York (XX)





BERTOLINO, PEDRO. FREUD E FLIESS: OS PARCEIROS. IN: WWW.NUCA.ORG.BR, 2003.

*ses cruciais de Ecks-  
tein iriam compor  
um caso de conver-  
são histérica, por su-  
gestão de Fliess.  
(BERTOLINO,  
2003: 17)*

Importante ressaltar que este não foi um caso isolado, um tropeço no caminho do criador da psicanálise, que se tornará o fundamento da psiquiatria dinâmica no século vinte. Mas, pelo contrário, indica o rumo, a direção vortorial de Freud, na sua tentativa de compreensão do sofrimento psíquico. Nesse sentido, é importante se

ter presente como o mesmo Freud, no ano de 1896, realiza uma comunicação científica intitulada "A Etiologia da Histeria" (FREUD, 1969: v. III), lida perante a Sociedade de Psiquiatria e Neurologia de Viena, na qual defende a tese, baseada em 18 casos clínicos por ele tratados, de que os sintomas histéricos das pacientes adultas teriam como determinantes abusos sexuais efetivos ocorridos na infância e feitos por parentes próximos, empregados que delas cuidavam ou estranhos. Os episódios reais foram todos empiricamente verificados na história das mesmas pacientes, inclusive com algumas confirmações de familiares das vítimas. Portanto, todos os pacientes que formavam a base empírica para tal comunicação, acrescidos do conhecimento de Freud a respeito da medicina legal francesa, que fornecia estatísticas assustadoras sobre violência sexual cometida contra crianças (MASSON, 1984), davam ao médico vienense uma hipótese cientificamente sustentável a respeito da etiologia do sofrimento psíquico em questão (os ataques histéricos) como sendo de ordem sócio-histórica e não biológica. Parecia um bom começo!

Mas, para orgulho dos psicanalistas do século vinte, e para vergonha diante de qualquer razão científica consistente, Freud procede da mesma maneira que no caso de Emma Ecksstein, qual seja, descarta as ocorrências objetivas, materiais e verificáveis para levar adiante as posições de Charcot e Fliess, comungando da idéia de que havia sido enganado pelas pacientes, passando a tratar os epi-



Tatlin em sua casa - de Raoul Hausmann, coleção particular (XX)

sódios sócio-históricos de sedução e abuso como ocorrências irreais, ou seja, fantasias de mulheres histéricas (MASSON, 1984).

A partir de então, a nova Etiologia das psicose vai ser a da possessão inconsciente: a histeria passou a ter como determinantes as pulsões sexuais inconscientes reprimidas em função da proibição do incesto, que por sua vez provocariam fantasias inconscientes em que a criança, entre seus 3 a 5 anos de idade, desejaria o progenitor do sexo oposto, odiaria o do mesmo sexo e temeria a castração. Freud deixa claro em sua "História do Movimento Psicanalítico" que:

Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas e traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na fantasia. Essa reflexão foi logo seguida pela descoberta de que essas fantasias destinavam-se a encobrir a atividade auto-erótica dos primeiros anos de infância [...] Com a atividade sexual dos primeiros anos de infância também foi reconhecida a constituição herdada do indivíduo [...] calculada precisamente para provocar as experiências sexuais de uma natureza particular - ou seja, traumas. (FREUD, 1978: 46-47)

Freud, dessa forma, trocou as determinantes antropológicas e sócio-históricas do sofrimento psíquico por um determinismo biológico e hereditário, bem como substituiu suas verificações empíricas e experimentais por especulações mitológicas e metafísicas. Disso resultam as conclusões das pesquisas de Masson, psicanalista e Diretor dos Arquivos Freud, quando afirma que:

Ao desviar a atenção do mundo real de tristeza, infelicidade e crueldade para o palco interno no qual atores

*Freud substituiu avaliações empíricas por especulações metafísicas*

FREUD, SIGMUND. A HISTÓRIA DO MOVIMENTO PSICANALÍTICO. SÃO PAULO, ABRIL CULTURAL, 1978. COLEÇÃO OS PENSADORES.

FREUD, SIGMUND. A ETIOLOGIA DA HISTÉRIA. RIO DE JANEIRO, IMAGO, 1969. V. III: PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES PSICANALÍTICAS. EDIÇÃO STANDARD.





representam dramas inventados para um público invisível que eles mesmos haviam criado, Freud começou a seguir um rumo que levava para longe do mundo real e que, assim me parece, está na raiz da esterilidade atual da psicanálise e da psiquiatria no mundo inteiro. (MASSON, 1984: 135)

É por verificar o mesmo problema que psiquiatras como Laing (1982: 20) e Van Den Berg (1973:33) mostram como a fantasia inconsciente não possui "nenhum *status* científico e experimental", estando, portanto, mais na ordem do mitológico, como constata Politzer (1979), e da magia medieval, como expressa claramente Ey:

Com P. Janet e sobretudo com S. Freud, a possessão do neurótico foi encarada como uma possessão pelo automatismo inconsciente e pelas pulsões inconscientes e reprimidas. Após a idéia medieval de possessão pelo Diabo (o Outro com O maiúsculo) até a idéia da possessão pelo inconsciente (o outro com o minúsculo), há na verdade uma espécie de continuidade

'antipsiquiátrica'. (EY, 1978:59)

Como, desse modo, compreender o fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho à luz de todo esse racionalismo metafísico? Como dar respostas positivas ao questionamento de Seligmann-Silva a respeito de como compreender a conexão trabalho-psiquismo, se nos baseamos numa definição de psíquico caudatária da magia medieval e da mitologia espiritualista de Mesmer e do hipnotismo? Como compreender a relação entre uma situação material e histórica de trabalho e sua função no psiquismo justamente a partir de uma noção de fenômeno psicológico que não conseguiu equacionar cientificamente a relação entre os fatos objetivos com as ocorrências subjetivas, ou melhor, os descartou expressamente? É em razão de toda essa mitologia freudiana que a ansiedade de um executivo, por exemplo, diante da ameaça de perder seu cargo, vai ser esclarecida em termos de uma fixação na fase fálica quando supostamente teve a fantasia inconsciente da castração. E é isso que faz expressamente Dejours, no seu estudo a respeito dos pilotos de caça, ao explicar as razões da coragem característica daquela categoria profissional, como já assinalamos anteriormente.

LAING, RONALD. O EU E OS OUTROS. PETRÓPOLIS, VOZES, 1982.

VAN DEN BERG, J.H. O PACIENTE PSIQUIÁTRICO: ESBOÇO DE PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA. SÃO PAULO, MESTRE JOU, 1973.

POLITZER, GEORGES. CRITICA DE LOS FUNDAMENTOS DE LA PSICOLOGIA, BARCELONA, MARTINES ROCA, 1979.

Metrópole - de George Groz, coleção Thyssen-Bornemisza, Lugano, Suíça (XX)







## AS LIMITAÇÕES TEÓRICAS DA PERSPECTIVA DIALETICA DE W. CODO E SEUS COLABORADORES

CASTRO, FERNANDO DE. A PROBLEMÁTICA DA DEFINIÇÃO DE PSÍQUICO NOS ESTUDOS DE WANDERLEY CODO E COLABORADORES SOBRE O SOFRIMENTO PSÍQUICO E TRABALHO. PSICOLOGIA: ORGANIZAÇÕES E TRABALHO, FLORIANÓPOLIS, V.3, N.1, P.111-134, JAN/JUN. 2003.

VÁSQUES-MENEZES, IÔNE. SAÚDE MENTAL E TRABALHO: APLICAÇÕES À PRÁTICA CLÍNICA. IN: JACQUES, MARIA DA GRAÇA E CODO, WANDERLEY. SAÚDE MENTAL E TRABALHO: LEITURAS. GAZZOTTI, ANDREA E CODO, WANDERLEY. HISTÉRIA: DOENÇA PROFISSIONAL. IN: JACQUES, MARIA DA GRAÇA E CODO, WANDERLEY. SAÚDE MENTAL E TRABALHO: LEITURAS. PETRÓPOLIS, VOZES, 2002. PETRÓPOLIS, VOZES, 2002.

Infelizmente, os autores brasileiros que pesquisamos (CASTRO, 2001 e CASTRO, 2003), apesar de buscarem no materialismo histórico as bases para uma nova concepção de psíquico, tentando reestabelecer no homem a unidade objetividade-subjetividade, e dessa forma fazer avançar a ciência na compreensão do sofrimento psíquico no trabalho, não nos brindaram com uma noção de psíquico que ultrapassasse as debilidades freudianas. A definição de psíquico de que autores como Codo e os pesquisadores a ele associados se utilizam mantém-se dentro da noção de inconsciente, de fantasia, de mecanismos de defesa inconscientes, fazendo com que suas pesquisas a respeito do fenômeno caiam numa série de especulações e acúmulos de dados isolados. É o que mostra, por exemplo, a pesquisa a respeito do fenômeno Bournout nos professores de escolas públicas no Brasil. Verifica-se uma série de dados relativamente à situação de vida e trabalho dessa população, tais como o conflito trabalho e família, a falta de relações sociais e afetivas fora e dentro do traba-

lho, os altos índices de violência e vandalismo nas escolas, uma sobrecarga e fragmentação das tarefas de ensinar, entre outras. Mas, ao buscarem compreender como é possível os professores encontrarem-se exaustos emocionalmente, com baixo envolvimento no trabalho e despersonalizados nas tarefas que realizam, Codo e seus colaboradores não fazem a relação entre o conjunto das ocorrências empíricas e sócio-históricas verificadas e o sofrimento psíquico correspondente. Afirmam que "tudo pode causar Bournout", debatendo-se com um fenômeno que eles não conseguem compreender (CODO, 1999:247) e interpretam, bebendo da fonte freudiana e analítica, a despersonalização no trabalho como sendo uma "defesa do mecanismo psíquico que opta por manter represada a energia psíquica, criando inconscientemente uma carapaça protetora, para que não seja perturbada a paz interior de um professor frustrado" (CASTRO, 2001:142). E concluem, por fim, de uma maneira especulativa e genérica, que o sofrimento psíquico dos professores resulta da racionalidade capitalista de impessoalizar o trabalho.

Buscam, nesse sentido, reivindicar a categoria trabalho como essencial na constituição do psiquismo e de suas formas de sofrimento, mas ao fazê-lo, além de não saírem do arcabouço especulativo freudiano, acabam por fatiar o ser humano somente na relação com o "trabalho". É nessa perspectiva que Vásques-Menezes (2002) busca mostrar, a partir do caso clínico de uma paciente que sofria com ataques de pânico, que tal perturbação emocional seria explicada única e exclusivamente em função da relação da pessoa com o trabalho e da alienação provocada por este. Ou seja, a sua história anterior, ao se tornar uma trabalhadora assalariada, não mais importa, tampouco o conjunto de sua vida de relações como mãe, esposa, filha, irmã tem alguma importância na constituição do fenômeno.

É na mesma direção ainda que vão os demais estudos que tivemos a oportunidade de analisar (CASTRO, 2001), ou seja, preservam-se as especulações freudianas sobre o inconsciente, a fantasia, etc, ao mesmo tempo em que se busca incorporar a categoria trabalho, querendo com isso validar a histeria, por exemplo, como doença profissional (GAZZOTTI e CODO, 2002), ao invés de uma doença resultante da fantasia sexual. Estudos como o de Tamayo e Tróccoli (2002) também mostram tal característica, ao falar que o fenômeno Bournout deve ser tratado como um problema do indivíduo com a organização de trabalho. Ao fim das contas, a mitologia do Édipo foi substituída pela mitologia da "falsa consciência", provocada pelas forças produtivas que alienam os indivíduos, conforme afirma Lukács em *História e Cons-*

Corte com Faca do Doce - de Hannah Höch, Museus Nacionais, Berlim (XX)







*ciência de Classe* (2003).

Lima (2002), ao fazer a crítica da especulação e do caráter mitológico da perspectiva psicanalítica de Dejours, afirma que só é possível compreender adequadamente a articulação entre objetividade e subjetividade "através do resgate da centralidade do trabalho" (LIMA, 2002: 76). Temos, dessa forma, apesar de correta, ao nosso ver, a crítica da autora à especulação psicanalítica, um recorte do homem na sua relação com o trabalho, que acaba por se mostrar mutilador para a compreensão do movimento totalizador da práxis humana. O homem *se faz* tal homem pelo trabalho que *faz*, e isso sem dúvida é correto. Mas não podemos esquecer que o mesmo homem não se faz somente tal trabalhador pelo trabalho que realiza, e muito menos que seu *fazer* reduz-se ao trabalho. Também se faz pai, na medida em que viabiliza um futuro para seus filhos, se faz tal marido de sua mulher, na medida em que realiza mais ou menos seus pro-

jetos de família, ou ainda, se faz tal filho, na medida em que corresponde, de alguma maneira, às expectativas dos pais a seu respeito. E, além disso, é importante considerar que um homem não começa seu processo de hominização ao receber seu primeiro salário, pois ao se tornar trabalhador este mesmo homem já vem se fazendo tal sujeito no interior do seu sociológico familiar, que implica, além do trabalho dos pais, também as relações de alteridade e reciprocidade características de um dado grupo familiar, que são a base antropológica, como bem já mostraram Laing e Esterson (1982), de qualquer processo de esquizofrenização e enlouquecimento.

Precisamos então, para dar um esclarecimento cientificamente maduro para o fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho, de uma definição de psíquico que ultrapasse a mitologia e a especulação psicanalítica, e de uma antropologia que esclareça o nexos concreto entre objetividade e subjetividade, mas sem mutilações que recortem o ser humano unicamente no "perfil trabalho", ou seja, que considere a práxis como movimento totalizador da vida de relações de alguém como funcionária, mãe, filha, irmã, esposa, hetero ou homossexual, sendo o psíquico uma unidade psicofísica resultante desse movimento. Um caixa de banco, por exemplo, que sofre no trabalho com alguma perturbação psicológica é, portanto, um sujeito que, ao sentar-se para trabalhar, não deixa de ser o marido de

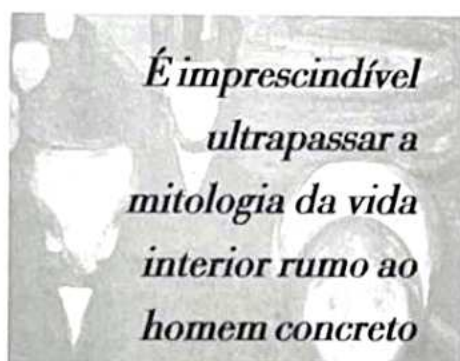
tal esposa que o traiu, pai de tal filho que ele não consegue educar, filho de tal pai a cujas expectativas ele não consegue corresponder à altura, ou seja, um sujeito que não pode ser recortado unicamente na sua relação com o trabalho e com a organização, pois dessa forma o fenômeno psicológico fica mutilado e torna-se incompreensível.

## PARA UM AVANÇO CIENTÍFICO DAS LIMITAÇÕES TEÓRICAS IDENTIFICADAS

Faz-se imprescindível ultrapassar a mitologia da vida interior em direção ao homem concreto, se quisermos ir além das limitações que apontamos anteriormente, como já mostraram suficientemente autores como Van den Berg (1973), Politzer (1965), Laing (1982), entre outros, bem como nos foi possível mostrar em nossa pesquisa (CASTRO, 2001).

Nesse sentido, a constatação e os esclarecimentos técnico-científicos a respeito da intencionalidade da consciência realizados por Sartre em *O Ser e o Nada* (1984) não deixam mais

lugar para a velha mitologia da vida interior, que sempre fez da consciência uma substância que assimilava as coisas do mundo exterior para dentro de si própria, assim como "o Espírito-Aranha atraía as coisas para a teia, cobria-as com uma baba branca e as deglutia lentamente e reduzia-as à sua própria substância" (SARTRE, 1968: 28). A verificação da consciência como intencionalidade deixa claro que as coisas, os objetos, o mundo em geral não podem "entrar na consciência", não há como se "dissolve[re]m nela", pois sua forma de existir é sempre como "*consciência de alguma coisa*" (SARTRE, 1984:16). Isso significa que não existe um mundo dentro da consciência, mas sim que existe *um mundo para a consciência*, sendo, portanto, a objetividade transcendente do mundo com suas propriedades e funções características que formam a estrutura constitutiva de qualquer ato de consciência. Sou consciência *de* meu chefe que fiscaliza todos meus movimentos e de meus



J.P. Sartre

Para Sartre, existe um mundo para a consciência

LUKÁCS, GEORGES. *HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE*. SÃO PAULO, MARTINS FONTES, 2003.

LIMA, MARIA E. ANTUNES. *ESBOÇO DE UMA CRÍTICA À ESPECULAÇÃO NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL E TRABALHO*. IN: JACQUES MARIA DA GRAÇA E CODO, WANDERLEY, *SAÚDE MENTAL E TRABALHO: LEITURAS*. PETRÓPOLIS, VOZES, 2002.

SARTRE, JEAN-PAUL. *EL SER E LA NADA*, BUENOS AIRES, LOSADA, 1984.

SARTRE, JEAN-PAUL. *UMA IDÉIA FUNDAMENTAL NA FENOMENOLOGIA DE HUSSERL: A INTENCIONALIDADE*, IN: *SITUAÇÕES I*, LISBOA, EUROPA-AMÉRICA, 1968.





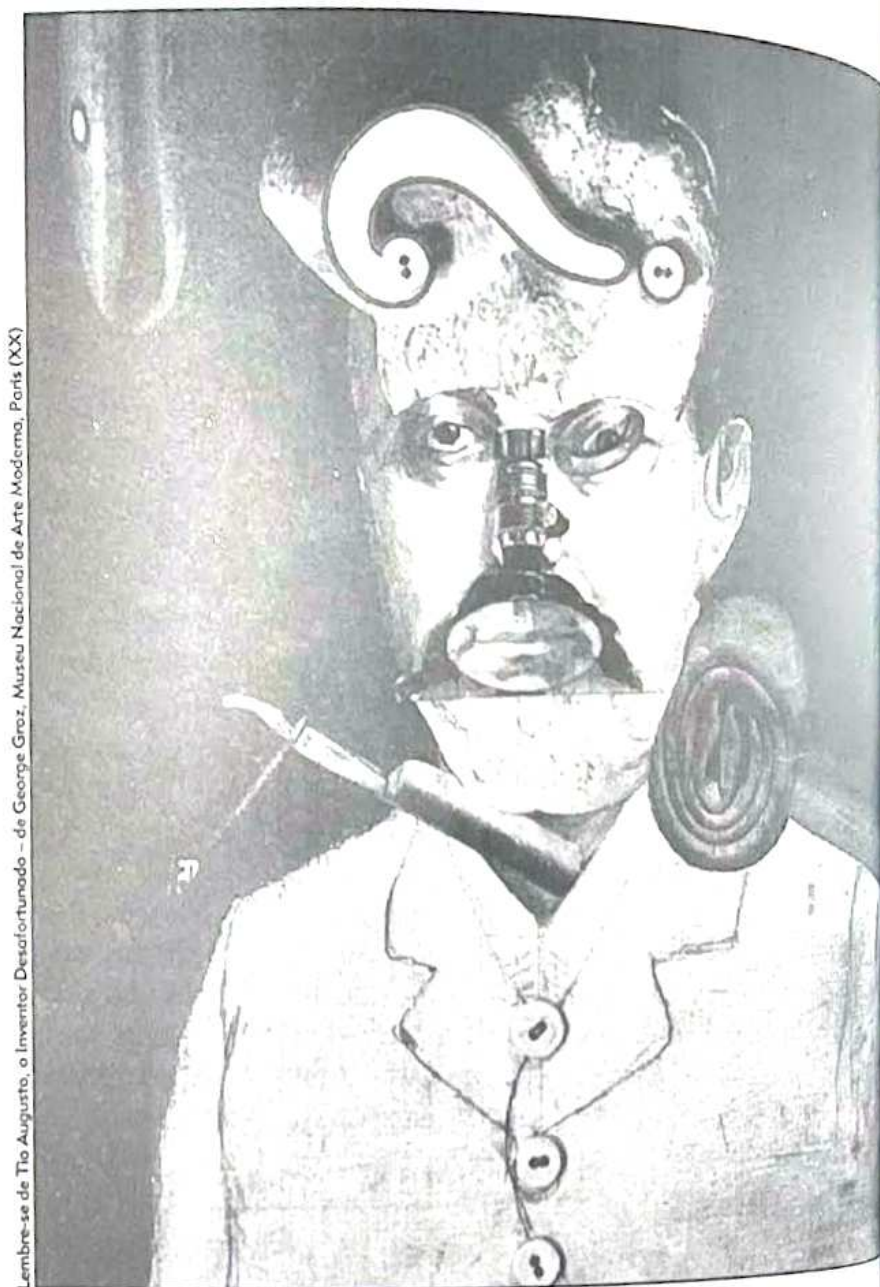
colegas; o caixa de banco é consciência *do* dinheiro que precisa ser contado corretamente, é consciência *do* cliente mal humorado no balcão, ou consciência *do* final do expediente que se aproxima, etc, etc. Não é possível, assim, encontrar um "interior" para esses atos, ou muito menos algo oculto que estaria *por detrás deles*, do qual eles seriam somente manifestações imperfeitas do estilo metafísico platônico. Existir é ser corpo e consciência de algo no mundo objetivo, num movimento concreto e num continuado transcender em direção à materialidade mundana e suas possibilidades:

Se por milagre entrássemos "em" uma consciência, seríamos arrastados por um turbilhão e lançados para fora, perto da árvore, em plena poeira, pois a consciência não tem "interior"; é simplesmente o exterior dela própria, e é essa fuga absoluta, e essa recusa a ser substância que a constituem como consciência. (SARTRE, 1968: 290)

Temos assim que a realidade humana em sua raiz ontológica, tal como esclarecida com todo rigor técnico e científico em *O Ser e o Nada*, constitui-se como um par indissolúvel homem-mundo, ou consciência-objeto, se se quiser. E, portanto, verificar o movimento concreto de um trabalhador, funcionário, ou sujeito humano qualquer, é justamente apreender a objetividade das condições materiais existentes e o transcender constante e singular de cada ato em direção a essa mesma objetividade.

Sendo a intencionalidade a característica essencial da consciência, isso implica que, na raiz ontológica do ser humano, encontra-se um *transcender em direção a seus possíveis* (SARTRE, 1984:129). O mundo não está na consciência, mas *é algo para ela*, como já assinalamos, e isso significa que as *condições materiais e humanas dadas objetivam-se sempre com suas possibilidades*: é o novo gerente que se objetiva para o funcionário como exigindo uma peça que tem que ser produzida sem o defeito da anterior,

colocando o risco (*possível*) de ter o salário descontado; é a reorganização da empresa que se objetiva para todos, como *descartando em breve* os funcionários excedentes; é o novo sistema no computador que mostra seus defeitos e se objetiva para o caixa de banco como algo que impossibilita que tal operação *venha a ser feita*, e assim sucessivamente: "em uma palavra, a captação do possível como tal supõe um transcender original. Todo esforço por estabelecer o possível a partir de uma subjetividade



Lembre-se de Tio Augusto, o Inventor Desafortunado - de George Grosz, Museu Nacional de Arte Moderna, Paris (XX)

que fora o que ela é, que estivesse fechada em si mesma, está por princípio destinado ao fracasso" (SARTRE, 1984:132).

Encontramos, também em *O Ser e o Nada* (1984), a elucidação de como o movimento concreto de um sujeito humano tem como característica essencial uma negação e um ultrapassamento da objetividade dada e presente em direção a uma objetividade por-*vir* e futura, que constitui do início ao fim todo e qualquer fazer humano: "a conduta mais rudimentar deve ser determinada ao mesmo tempo em relação aos fatores reais e presentes que a condicionam e em relação a certo objeto a vir que ela tenta fazer nascer. É o que denominamos *Projeto*"





(SARTRE, 1979: 77).

Dessa forma, temos em Sartre uma descoberta antropológica essencial dos *projetos existenciais* (BERTOLINO, 1995) que alcança a objetividade do movimento concreto da realidade humana num ultrapassamento sempre constante das condições materiais presentes, das atitudes dos outros e de nosso próprio passado, em direção a determinada finalidade (futuro) que buscamos objetivar no *mundo por vir*. Importante assinalar, neste aspecto, que as condições materiais não são representações minhas, existem com suas próprias características, funções e valores dados pelo próprio contexto sócio-histórico do qual faço parte e em direção ao qual me movimento. Da mesma forma, as atitudes dos outros não são puras interpretações pessoais de espíritos que habitariam corpos estranhos ao meu, ou ainda, o meu passado que ultrapasso constantemente não se reduz à idéia que faço dele. Um funcionário que abusa do álcool busca ultrapassar as tarefas que precisa executar na direção de realizar um trabalho bem feito *para se tornar alguém capaz de*, tende ainda a ultrapassar as expectativas de seu chefe ou de sua esposa que o colocam como bêbado e incompetente, *na direção de objetivar-se competente para tal*, e, ainda, tende a ultrapassar seu passado de ser um filho fraco para seu pai, *na direção de um futuro em que se faria forte* para vencer os desafios profissionais:

Qualquer que seja a disciplina considerada, suas mais elementares noções seriam incompreensíveis sem a imediata compreensão do projeto, da transcendência como existência fora-de-si, em relação com o Outro-que-si-mesmo e o Outro-que-o-homem, da superação como mediação entre o dado recebido e a significação prática, da carência enfim, como ser-fora-de-si-no-mundo de um organismo prático. (SARTRE, 1987:187)

É pelo fato de a consciência ser pura intencionalidade que se torna totalmente absurdo conceber que possam existir conteúdos psíquicos (emoções, estados psicológicos) que “habitari-

am seu interior”. Dessa forma, o psíquico ou Eu-humano, tal como definido em “La Transcendence de L'Ego” (SARTRE, 1992) e em *O Ser e o Nada* (SARTRE, 1984) e aplicado nos estudos biográficos de Genet (SARTRE, 2002) e Flaubert (SARTRE, 1975), objetiva-se sempre *como objeto para a consciência* e, ao mesmo tempo, como sendo *resultante* do constante movimento concreto característico da realidade humana como sendo um *projeto*.

Nesse sentido, o psíquico ou Eu-humano é sempre resultante de nossa realidade antropológica, como mostra Sartre em *Crítica da Razão Dialética* (1979), ou seja, de nosso movimento concreto entre os outros e as coisas e implicado num Tecido Sociológico dado (BERTOLINO, 2004) na direção dos fins para os quais transcendemos constantemente. E, sendo um resultado desse nosso movimento no mundo, o “ser psíquico” sempre se dá *para nós* e nunca *dentro de nós*, ou seja, sempre como objeto para uma consciência intencional e nunca como algo inconsciente a que não temos acesso. Portanto, encontra-se sempre fora, no mundo, tal como o psíquico dos outros homens, participando, sem nenhum tipo de privilégio, dos azares e prazeres da realidade do mundo, e não escondido nos confins de um mundo interior ou mental:

Eis-nos libertos de Proust! Libertos ao mesmo tempo da “vida interior”: em vão procuraríamos como Amiel, como uma criança a quem se beija o ombro, as carícias, os carinhos de nossa intimidade, por que, no fim das contas, tudo está fora, tudo até nós próprios: fora, no mundo, entre os outros. Não é em nenhum refúgio que nos descobriremos: é na rua, na cidade, no meio da multidão, coisa entre as coisas, homem entre os homens. (SARTRE, 1968:31)

Nesse sentido, o psíquico objetiva-se no mundo como uma totalidade de estados psicofísicos de ser quem odeia o patrão, de ser quem ama a esposa, de ser inseguro no trabalho, etc., que não podem ser fatiados ou recortados como se deseje, sob a condição de se perder o conjunto do fenômeno psicológico. Totalidade psicofísica, portanto, implicada com o mundo, na medida em que se totaliza como tal de acordo

O psíquico objetiva-se como uma totalidade de estados psicofísicos

SARTRE, JEAN-PAUL. CRÍTICA DE LA RAZÓN DIALÉCTICA (PRECEDIDA DE CUESTIONES DE MÉTODO). BUENOS AIRES, LOSADA, 1979.

SARTRE, JEAN-PAUL. LA TRANSCENDANCE DE L'EGO. PARIS, VRIN, 1992.

SARTRE, JEAN-PAUL. SAINT GENET: ATOR E MÁRTIR. PETRÓPOLIS, VOZES, 2002.

SARTRE, JEAN-PAUL. EL IDIOTA DE LA FAMILIA: GUSTAVE FLAUBERT DE 1821 A 1857. BUENOS AIRES, EDITORIAL TIEMPO CONTEMPORANEO, 1975. 2V.

BERTOLINO, PEDRO. PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PARADIGMA. IN: PSICOLOGIA NO BRASIL: DIREÇÕES EPISTEMOLÓGICAS. BRASÍLIA, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1995. P. 13-40

SARTRE, JEAN-PAUL. QUESTÃO DE MÉTODO. SÃO PAULO, ABRIL CULTURAL, 1987. IN: OS PENSADORES.





com as possibilidades de ultrapassamento das condições materiais dadas, das atitudes dos outros e de meu passado em direção à viabilização de um projeto de ser. E é justamente essa implicação ontológica Eu-Mundo que torna compreensível a relação trabalho-psiquismo e, portanto, as diversas formas de sofrimento psíquico no trabalho: "a relação de interdependência que se estabelece entre o Eu (Moi) e o Mundo é suficiente para que o Eu (Moi) apareça como em 'perigo' diante do Mundo, para que o Eu (Moi) (indiretamente e por intermédio dos estados) extraia do mundo todo seu conteúdo" (SARTRE, 1992:87).

## TOTALIZANDO

Buscamos, ao longo deste artigo, mostrar que, em primeiro lugar, estamos diante de um fenômeno – o sofrimento psíquico no trabalho – de amplitude global, que tem sido objeto cada vez mais de preocupação e trabalho, tanto no plano técnico e científico quanto no plano da prática política. Os diversos tipos de estresse e neuroses profissionais descritos por Aubert (2001), as situações de desistência, esgotamento e despersonalização no trabalho analisadas por Codo (1999), Tamayo e Trócoli (2002), o sofrimento psíquico do desemprego prolongado, estudado por Seligmann Silva (1997), entre tantos outros, são exemplos da severidade do problema concernente à relação homem-trabalho com o qual estamos aqui preocupados.

Em segundo lugar, nossas constatações nos permitem afirmar que os devidos esclarecimentos técnicos e teóricos que deveriam ser proporcionados por uma Psicologia perdem a objetividade científica e caem na pura especulação, como bem observa Lima (2002), na medida em que, principalmente por intermédio de Dejours, utilizam-se da noção freudiana de psíquico. Ou seja, utilizam-se de uma definição de psíquico que desvinculou as ocorrências psicológicas da materialidade sócio-histórica, fazendo do sofrimento psíquico o resultado de traumas oriundos de fantasias inconscientes. E fazemos questão de reafirmar que, nesse ponto capital, Freud e todos aqueles que seguiram na mesma direção desviaram da ciência para a mitologia, instaurando, por consequência, um abismo entre o fenômeno *psicológico* e a realidade *sociológica* com sua dialética material e histórica característica.

Por sua vez, autores brasileiros de referência na área de Saúde Mental e Trabalho, ao se depararem com essas mesmas debilidades técnicas e teóricas próprias da psicanálise, não foram capazes de ultrapassar a noção de aparelho mental forjada por Freud, e estabelecer uma outra definição de psíquico que respeitasse, por um lado, a objetividade científica e, por outro, a implicação do fenômeno psicológico com o sociológico. Acabaram não só caindo em puras especulações que perderam a objetividade dos fenômenos estudados (CASTRO, 2001), como também mutilando o psiquismo humano ao recortá-lo unicamente em seu perfil profissional.

Em terceiro e último lugar, tratamos de mostrar como o trabalho de Jean-Paul Sartre, em suas obras técnico-científicas, fornece uma *definição de psíquico* e uma elucidação *antropológica* dos nexos entre objetividade e subjetividade que não prestam contas à mitologia freudiana e permitem, por sua vez, compreender com todo

rigor o fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho. Ou seja, ao verificar a intencionalidade da consciência, ao esclarecer o homem como sendo um projeto-de-ser, ao definir o psíquico como transcendente à consciência, e, portanto, como objeto

*É a implicação  
ontológica Eu-Mundo  
que pode explicar  
a relação  
trabalho-psiquismo*

implicado com o mundo, Sartre põe à disposição toda uma psicologia e uma antropologia que permitem elucidar a relação trabalho-psiquismo e ultrapassar as lacunas teóricas na direção de uma compreensão objetiva da complexidade do fenômeno em questão.

De sorte que as reivindicações de uma teoria da personalidade que respeite a materialidade e a historicidade da práxis humana, exigidas por Sève (1979), tanto quanto a demarcação do fenômeno psicológico a partir do homem concreto, como exige Politzer (1975), encontram em Sartre sua expressa viabilização. E, a partir disso, temos que um conhecimento científico a respeito de um Eu-humano em sofrimento no trabalho tem muito a dizer e esclarecer sobre a realidade material e histórica em que todos nós nos encontramos, bem como pode fornecer instrumentos indispensáveis para uma prática política que intervenha nessa mesma realidade sócio-histórica, na direção de alterar as possibilidades de ser de grupos e categorias profissionais como um todo.

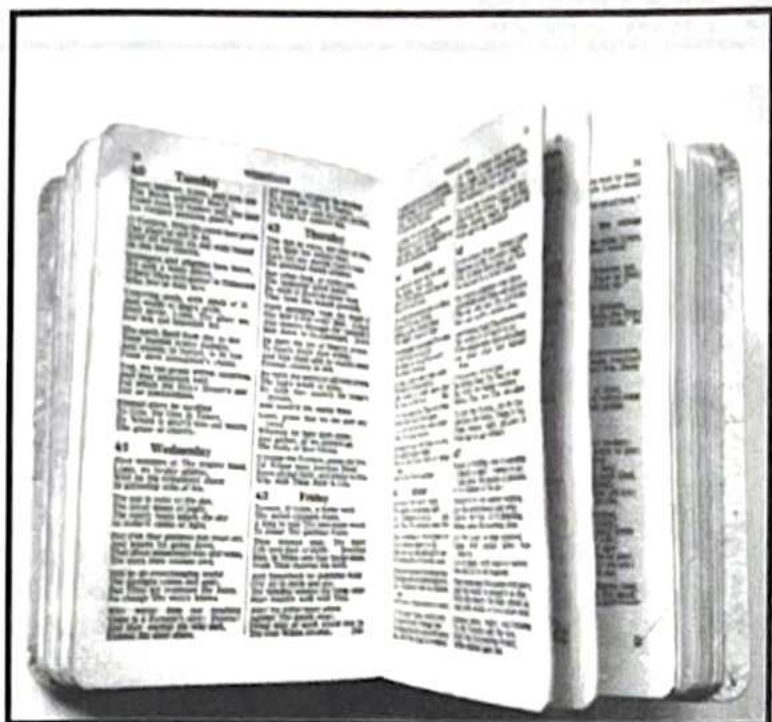
AUBERT, NICOLE. A NEUROSE PROFISSIONAL. IN: CHANLAT, JEAN-FRANÇOIS (COORD). O INDIVÍDUO NA ORGANIZAÇÃO. SÃO PAULO, ATLAS, 2001. P.163-193.

TAMAYO MAURÍCIO ROBAYO E TRÓCOLI, BARTHOLOMEU. BURNOUT NO TRABALHO. IN: MENDES, ANA MAGNÓLIA, BORGES, LÍVIA DE OLIVEIRA E FERREIRA, MÁRIO CÉZAR, TRABALHO EM TRANSIÇÃO, SAÚDE EM RISCO. BRASÍLIA, UNB, 2002.

SELIGMANN SILVA, EDITH. A INTERFACE DESEMPREGO PROLONGADO E SAÚDE PSICOSSOCIAL. IN: SILVA FILHO, JOÃO FERREIRA E JARDIM, SILVIA, A DANAÇÃO DO TRABALHO. RIO DE JANEIRO: TE CORÁ, 1997. P.19-64.

SÈVE, LUCIEN. MARXISMO E TEORIA DA PERSONALIDADE, LISBOA, HORIZONTE UNIVERSITÁRIO, 1979. 3 VOL.





**Com  
URP**

*Diga com todas as letras*

**URP JÁ**

***Eu ganho  
26% a menos***



**Sem  
URP**





# Dependentes químicos



Fotos:  
Leonardo  
Miranda

## A atuação do Sanps dentro da UFSC

**A**tualmente, em função de fatores ambientais, políticos e sócio-econômicos, o uso de substâncias psicoativas assume uma proporção que o transforma em um dos fenômenos sociais que mais preocupam pais, educadores, órgãos públicos e entidades não governamentais. Danos à saúde dos consumidores, consequências para o bem estar dos que fazem parte do seu convívio e a influência no nível de violência e criminalidade são assuntos permanentes na mídia e, não raras vezes, acompanham a indisposição para uma mobilização maior de um conjunto de indivíduos nos processos de mudança social.

Nos últimos anos, o aumento no

consumo de substâncias psicoativas<sup>1</sup> cresceu em todas as partes do globo. Segundo pesquisa da ONU publicada em 1999, o comércio mundial de drogas movimentou 400 bilhões de dólares por ano. No Brasil, estima-se para o mesmo período, depois do controle doméstico de uma fatia do tráfico de cocaína, a movimentação de 10 bilhões de dólares. Estando o país já incluído na rota internacional do tráfico de drogas, sua difusão nas grandes cidades está relacionada ao avanço de um poder paralelo ao Estado, ligado à corrupção e à violência e instalado, em especial, nos locais em que se encontram as populações de mais baixa renda, mas com conexões em todos os espaços e extratos sociais.

À medida que o Estado se privatiza e se encolhe na assistência e na referência para um conjunto cada vez maior da população, mais se estende a potencialidade do tráfico de drogas, ligado ao crime organizado, se qualificar enquanto instituição reguladora de uma "outra cidadania". O desafio apresentado ao Estado tem sido tratado mais no âmbito da repressão do que no de políticas públicas que busquem mudanças estruturais envolvendo educação, cultura e saúde.

A OMS atesta que Florianópolis é a segunda capital brasileira em casos de alcoolismo juvenil e a terceira em uso de drogas ilegais. Características do estado de Santa Catarina são arrolados pelo Conselho Estadual de Entorpecentes

<sup>1</sup>OS PROFESSORES HAMILTON ABREU, MARIA ODETE SANTOS, TANIRA PIACENTINI E O JORNALISTA NEY PACHECO PARTICIPARAM COMO ENTREVISTADORES. A ENTREVISTA PROGRAMADA PARA SER UMA MESA REDONDA, POR DIFICULDADE DE REUNIR TODOS OS ENTREVISTADOS FOI REALIZADA COM CADA UM NA MEDIDA EM QUE SE AGREGAVAM AO GRUPO.





(Conen) para a compreensão dessa performance. Segundo Jairo Brincas, conselheiro do Conen/SC, “pela origem Européia, Santa Catarina tem muitas comemorações alusivas ao álcool, como festa do vinho, do chope.” O turismo pode, ainda segundo Brincas, contribuir para o consumo e difusão de drogas: “as pessoas querem relaxar e acabam relaxando os limites”<sup>2</sup>. Na UFSC, o problema também não é de pouca monta. Só em 2004 foram registrados 21 assassinatos em suas imediações, e nada tem sido feito para atender a população que vem se deslocando para morar nesse entorno (*Diário Catarinense*, 3 de janeiro de 2005, pg. 32). O consumo de maconha e de álcool faz parte da realidade do campus a despeito do ilícito de sua comercialização e uso. No debate sobre a permissão do policiamento militar no interior do Campus, o consumo sem grandes constrangimentos, em especial da maconha, é um argumento que polemiza, muitas vezes, com o da autonomia universitária e o da necessidade de tratamento pedagógico de seus problemas em detrimento da repressão.

Do ponto de vista do usuário o fenômeno é bastante complexo, e para o qual não existem respostas simples: “O que leva milhões de pessoas, no mundo todo, a consumir as mais variadas substâncias, a suportar os mais variados tipos de danos e, ainda assim, continuar a utilizá-las?”<sup>3</sup> A literatura alusiva à questão é bastante consensual no que diz respeito à complexidade dos fatores que levam ao uso, ao abuso e à dependência de substâncias psicoativas. Idade, sexo, classe social e nível de instrução, na maioria das vezes, não explicam o perfil do usuário e/ou dependente. A análise compreensiva é imperativa quando se trata de buscar uma aproximação dos condicionantes que levam o indivíduo de usuário eventual a dependente e, então, à constatação da instalação da doença. No mesmo sentido, qualquer “tipologia de dependentes”, de “famílias de dependentes” etc, deve ser evitada, para que tais recortes não atrapalhem a busca das múltiplas particularidades nas situações de vida que podem ser compartilhadas pelo universo multifacetado dos dependentes de substâncias psicoativas. “Segundo M. Zafropoulos, ‘o dependente não existe’ como protótipo: ele só pode existir como sujeito, e, portanto, está além do sintoma; [...] no entanto, como ressalta M. Elkaim: ‘se não se reve-

lam nada além de particularidades, não é possível nenhum discurso geral sobre um problema específico; e sendo sensível apenas aos elementos comuns a diferentes sistemas, corre-se o risco de se fazer um discurso não apenas ‘totalizante’, mas totalitário”.<sup>4</sup> A polêmica assume a parte do próprio problema.

Da mesma forma, nenhuma terapia isolada ou tida como de amplitude universal pode ser considerada como adequada a indivíduos singulares. A análise do entorno, *lôcus* onde o acesso a drogas é facilitado, e do histórico familiar em que o problema se desenvolve, é parte de uma abordagem que busca desmistificar determinadas simplificações, assim como contribuir para a sistematização do conhecimento que as atuais experiências de trabalho vêm gerando.

As consequências da dependência para o indivíduo vão além das dificuldades para o alcance da abstinência “definitiva”. Muitas das terapias violentam a subjetividade do paciente, substituindo o problema das “drogas” por outros que dizem respeito a alguma forma de punição como alternativa ao “gozo” da substância da qual se abstém.

Por tudo isso, destacamos a importância do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Enfermagem da UFSC, com a colaboração de algumas parcerias. Os professores, muitas vezes, desconhecem esse trabalho, e também, muitas vezes, mantêm uma idéia romântica do uso de algumas drogas, como a maconha. Não estamos tratando

da maconha das décadas de 60 e 70, quando invariavelmente seu consumo estava ligado a toda uma cultura de protesto e de transgressão a uma certa hipocrisia de alguns padrões morais. Hoje, além do princípio ativo da droga (THC) ser muito mais elevado, seu consumo é muito individual, levando à introspecção e ao isolamento. Na verdade, todas as características da sociedade de consumo que condicionam o mal estar da nossa época estão relacionadas à forma que nossos jovens (e não só eles) fazem uso de substâncias psicoativas. Com o objetivo de contribuir para o debate e, também, trazer a público um trabalho de extrema relevância, a Plural entrevistou os profissionais envolvidos com o programa na UFSC de atenção ao usuário de drogas. Vale a pena conferir a abordagem dessa equipe e seu trabalho.



A Jemalista Sylvia von Harden, Otto Dix, Museu Nacional de Arte Moderna, Paris (XX)

## NOTAS

<sup>1</sup> O uso de substâncias psicoativas diz respeito àquelas que, pelo próprio relato dos consumidores, trazem transtornos à qualidade de suas vidas. No mesmo sentido tratamos aqui de substâncias ilícitas, como são as drogas passíveis de criminalização e as CONSIDERADAS LÍCITAS, como álcool, barbitúricos e ansiolíticos que, inúmeras vezes, são provocadoras de abuso e de dependência, tanto quanto as ilícitas.

<sup>2</sup> Jornal Diário Catarinense, p. 36. 8/08/2001

<sup>3</sup> Laranjeira, R. Prefácio. IN: Pinsky, I. e Bessa, M. A. Adolescência e Drogas. São Paulo, Contexto. 2004. p.9.

<sup>4</sup> Geberowicz, B. Terapia Familiar Sistêmica. IN: Pinsky, I. e Bessa, M. A. (orgs.) Adolescência e drogas. São Paulo, Contexto. 2004. p. 185.





**Plural** – Você poderia apresentar o programa e explicar como ele funciona?

**Jonas Sprícigo** – Desde os anos 80 nós temos um programa de extensão vinculado ao departamento de Enfermagem, mais diretamente vinculado e tocado pelos professores da disciplina de Enfermagem Psiquiátrica, que é o Serviço de Atenção às Necessidades Psicossociais (Sanps). A partir de 1990 ou 1991 nós começamos a desenvolver um outro programa que é o de Atenção aos Usuários de Drogas. Como é que isso surgiu? Por meio de discussões dentro da própria universidade sobre as dificuldades com algumas situações envolvendo alunos, funcionários ou professores. Não vem ao caso qual segmento, mas o fato é que a administração central da UFSC não sabia como conduzir o problema. Começou-se a conversar e assim foi que o professor Wilson Kraemer de Paula, na época coordenador do curso e professor da disciplina de Enfermagem Psiquiátrica, participou dessas discussões iniciais e se interessou em tentar achar uma saída. Começou a atender inicialmente uma pessoa da comunidade universitária e a partir daí outros se incorporaram ao programa. Inicialmente estava restrito ou direcionado às questões internas da universidade, mas aí tem aqueles casos de amigos com o mesmo problema e começou a vir um público de fora da universidade e, nem tomamos a decisão, fomos atendendo quem nos procurava. Depois de um certo tempo, foi aberto a todos que nos procuram. Vale ressaltar que não é um serviço de atendimento a dependentes químicos, porque nós não fazemos uma triagem para definir quem é dependente e quem não é; há várias classificações para esses casos. Aceitamos aquele que nos procura relatando problemas com o uso de drogas. Isso para nós é suficiente. E a lógica é tentar ajudar a pessoa a conseguir um jeito de tocar a vida. Muitas vezes implica em deixar de usar droga, outros conseguem administrar, o que não é muito comum no estado em que eles chegam aqui. Nossa lógica é tentar oferecer um auxílio, não é um tratamento, porque aí é uma questão médica; quando precisamos, em certos casos, buscamos auxílio de outros profissionais: psicólogo, médico, advogado, pessoal dos desportos. Nós usamos a comunidade universitária naquilo que necessitamos e na medida em que há uma colaboração.

**Plural** – Você pode explicar melhor como funciona, como o usuário de alguma droga ou alguém que tem uma compulsão qualquer, chega aqui? Que tipo de abordagem é feita e que tipo de encaminhamento é dado?

**Sprícigo** – Primeiro a pessoa chega e nos procura, relatando que está com problemas por causa do consumo de drogas. A gente faz uma conversa, sem ser uma entrevista ou uma consulta, num primeiro momento. Explica o que é; quais são os dias das reuniões, o tipo de atividades que há em cada dia, e convida a pessoa para participar de uma dessas atividades.

**Plural** – Quais são essas atividades?

**Sprícigo** – São reuniões. Depois tem um atendimento individual, mas primeiro tem as reuniões para ele ver quais são as

pessoas que participam, o que é abordado, como a reunião é conduzida, quem coordena. Porque tem as preferências, cada reunião tem uma pessoa que coordena. Propomos para a pessoa que assista a essas reuniões, se manifestando ou não, que é uma premissa desses encontros – se manifesta quem quer e, a partir disso, ela volta para um dos componentes da equipe para fazer uma consulta. Nessa consulta se faz uma anamnese: tempo de uso, qual a substância, um histórico, mas não focando somente no uso e sim um pouco no histórico, na biografia do indivíduo, na história dele. Quais as situações, como é hoje, que tipo de problemas e, então, começamos a ajudar a levantar os “nós” que existem na vida dessa pessoa. A partir disso, algumas coisas a gente orienta que ele apresente, discuta nas reuniões, porque as reuniões têm um caráter de grupos de ajuda mútua. Até porque várias pessoas reunidas vivenciando uma situação semelhante, isso dá um certo conforto. E sabemos de nossas experiências de vida ou de experiências de pessoas que nós conhecemos, que à medida que você compartilha isso, diminui o peso, a gente descobre que outras pessoas também têm e de certa forma facilita, conforta e serve como apoio. Algumas coisas orientamos para que ele não discuta em grupo, quando são questões mais íntimas, mais pessoais. Além disso, a equipe sempre reforça: “fale em grupo o que você desejar, mas recomendamos que não fale de certas questões que apareceram na entrevista individual”. Então nós não focamos na questão da droga e sim na existência do indivíduo, quais são as dificuldades. É meio um planejamento estratégico, que estou para produzir em termos teóricos, uma junção de Paulo Freire com planejamento estratégico, em que você visualiza para o próprio indivíduo dificuldades que ele tem na vida e que muitas vezes ele próprio não consegue perceber.

*Aceitamos quem nos procura relatando problemas com drogas. Nossa lógica é tentar oferecer um auxílio e não um tratamento*

**Plural** – É um trabalho psicoterapêutico, então?

**Sprícigo** – Sim, também. Acho que era o Hélio Pellegrino que dizia que o próprio conhecimento é terapêutico. Ao mesmo tempo tentamos dar um parâmetro de organização porque normalmente a vida dessas pessoas já está bastante bagunçada, uma vez que elas não definem uma estratégia e as táticas para irem enfrentando os problemas. Tentamos, mais ou menos, ajudar a dar uma organização nessas vidas e, volta e meia, deixamos a questão “droga” de lado e

começamos a trabalhar esses outros “nós”. Partimos da seguinte tese: quanto menos problemas eu tiver, minha vida se torna melhor. Pode ser que o grande problema ainda não resolvi, mas os pequenos já não estão causando tanta ansiedade. Essa é a lógica; dependendo da situação, você tem que centrar na questão da droga, muitas vezes você tem que intermar porque o uso não pára e muitas vezes fazer esse tipo de trabalho com o cara sob o efeito da droga não é produtivo. Aliás, é insuportável. Uma das premissas é que não esteja sob efeito. Não é preconceito, mas porque é impossível trabalhar assim.

**Plural** – Essas reuniões são diárias, todos os turnos?

**Sprícigo** – Podemos dizer que aqui funciona em todo o período



*O enfermeiro Edson Miranda, ao fundo, coordena reunião com dependentes químicos e familiares*

do diurno, sendo que na quarta-feira tem uma reunião às 18h30 e que se estende até as 20h30, 21 horas. Essa reunião de quarta-feira, no período noturno, coordenado por Edson Miranda – que vocês também vão entrevistar – tem um caráter diferente porque são abertas a familiares e amigos das pessoas que sofrem com o uso de drogas. Às vezes os estudantes de Enfermagem, Psicologia e Farmácia também participam. Quanto às reuniões durante o dia, depende muito do que emerge do grupo. Não se tem uma pauta, são reuniões exclusivamente com os dependentes e acontecem em vários turnos para atender a disponibilidade dos mesmos. Trabalha-se muito em função das ansiedades, do que a pessoa quer botar para fora. É um espaço para fazer isso, quando a pessoa chega recomendamos que ela fique o dia todo conosco. Ela já almoça no RU. A UFSC nos fornece o passe. É nossa recomendação, mas não é obrigatório. Nós trabalhamos com a realidade do indivíduo. “Não, eu sou autônomo e se fizer isso não consigo ganhar meu dinheiro”. Então perguntamos: “O que tu consegues fazer? Tem essa de quarta-feira, começa por essa então”. Nossa lógica não é afastar o indivíduo de sua vida normal, só naqueles casos mais graves (alguns, têm mesmo que internar). É ele tocando a vida e tentando resolver. A gente tenta encaixá-lo. Consideramos, também, os momentos em que acontece o maior consumo. Em função de tudo isso, você vai montando as estratégias, não tem um roteiro prévio porque você não sabe a realidade de quem chega.

**Plural – É focado mais no indivíduo?**

**Sprícigo –** Sim, isso.

**Plural –** Você falou que a universidade fornece os passes do RU e sabemos que isso é uma estratégia terapêutica para reforçar o vínculo, já que às vezes a pessoa está com a vida tão desestruturada que nem dinheiro para o almoço ela tem. Além disso, qual outra estrutura a universidade fornece?

**Sprícigo –** A universidade banca 90%. Nós temos um convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis que dá um aporte de dois mil reais por mês, que gastamos com uma casa aqui no Pantanal, onde ficam pessoas que precisam; quem, por exemplo, mora num lugar onde todo mundo usa droga. Funciona como uma “fuga geográfica”, que é uma expressão que a gente usa. O resto é bancado pela universidade. As minhas horas, o espaço, o almoço, o HU. Nós usamos a estrutura da universidade. A questão do passe, na realidade, a gente diz que é terapêutico. Não sei se é. Matar a fome é terapêutico, claro. Mas eu não gosto de dizer que tudo é terapêutico. Na verdade é um recurso interessante. É mais um atrativo. A questão do espaço dentro da universidade. Uma vez surgiu a ideia de fazer com que esse grupo funcionasse em outro espaço, mas entendemos que formar guetos não é bom. A ideia é tornar visível, até chamar a atenção; é mesmo uma forma de inclusão, meio atravessada, mas é um espaço de

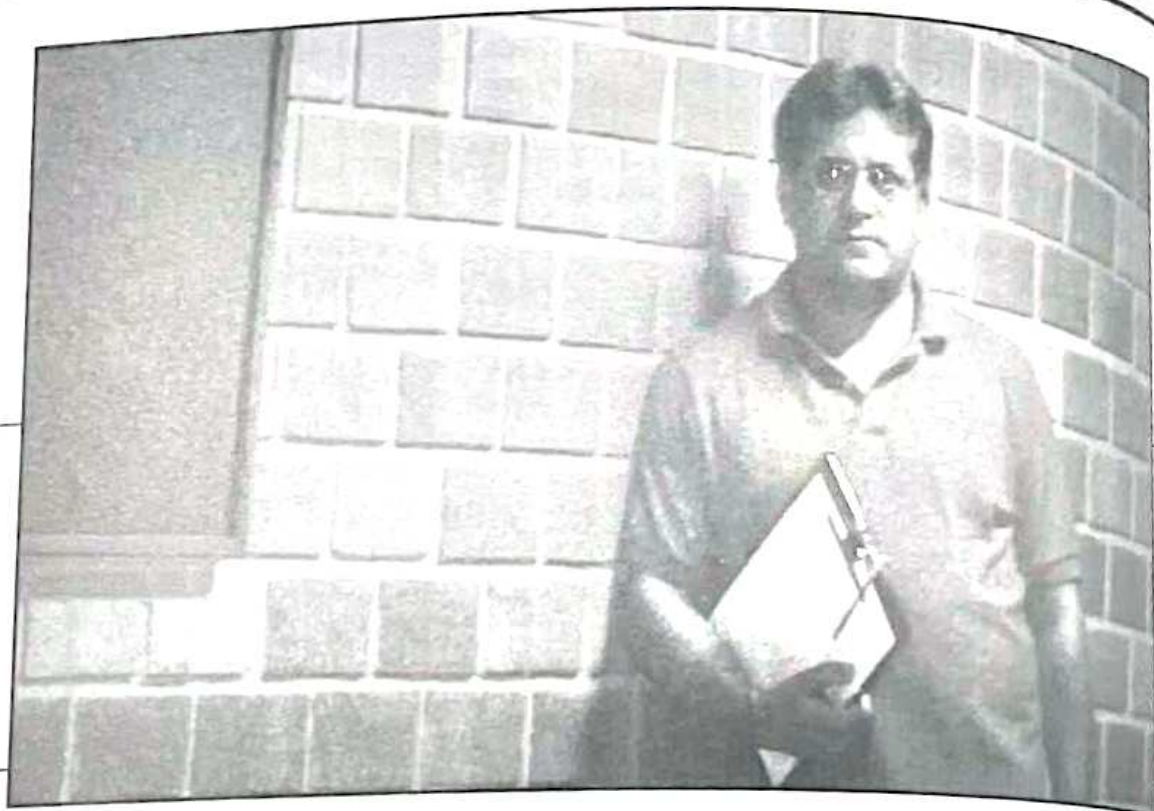
convivência dentro da universidade, que, em que pesem algumas coisas, é um espaço relativamente sadio. Não quer dizer que não tenha droga. Mas tem um ritual, um lugar onde as pessoas estão atrás de um projeto de vida, de sofrimento, de vitória, de todas essas coisas da existência. E a gente sempre aborda isso, citando esses exemplos. “Ah, aquele fulano ali eu já usei com ele”. “Pois é, mas ele está aí, tocando o barco.” E a universidade tem uma certa mística, um *élan*, para quem não está aqui dentro é estimulante. Tem uma repercussão. Depois de ficar muito tempo aqui dentro perde isso, claro.

**Plural –** Isso chamou a atenção: as pessoas vêm aqui espontaneamente. E como um professor que percebe que o aluno está com problema pode fazer, conversar sobre o programa; porque é uma decisão da pessoa e há o temor de invadir a privacidade ...

**Sprícigo –** Aí entrando já nos dilemas do uso de drogas, o dependente, mesmo sabendo que o uso está lhe causando problemas, ele não deixa de usar. Se olharmos para isso, nós todos temos coisas que fazemos e que nos fazem mal, precisa ser corrigido e não corrigimos. Pessoas com problemas no coração, por exemplo, e não buscam o tratamento. Então se fala do dependente químico coisas que, com uma análise um pouco mais sensata, vemos que não se sustentam. O que dizer do cardíaco que sabe que não pode usar sal, mas “esse churrasquinho eu vou experimentar e não quero nem saber”. E







*O enfermeiro Edson Miranda que, voluntariamente, sem vínculo com a universidade, trabalha no Sanps*

bate na emergência. Como ele é atendido e o cara que fez uso de droga? Este é vadio, o outro não. Todos os dois se descuidaram e tiveram que recorrer à emergência. Então devemos começar por essas características. Como é que você faz? Foi um dos elementos que discutimos lá no início, quando estava começando a discutir a questão na universidade, porque, na realidade, a gente faz um trabalho bem dizer junto com o setor de serviço social da universidade, não o curso de Serviço Social, mas as assistentes sociais. Questões como essa: como é que não vou dar falta para a pessoa? Como é que vou me conduzir? É a mesma coisa da pessoa que tem outra doença crônica e que agudiza. A não ser que você entenda que deve tratá-los de forma diferente. Tem malandragem nesse tipo de coisa? Tem, claro. Tem pessoa que quando está vencendo a licença, tem uma recaída. Mas também tem os outros, não dependentes, que fazem malandragem.

**Plural** – Claro, qualquer pessoa pode ir ao médico e dizer que está sentindo coisas e o médico dá um atestado, mas no caso de droga, não é mais difícil por causa do preconceito, o indivíduo estar tornando público um problema que as pessoas gostam de esconder?

**Sprícigo** – Isso dificulta muito, sim.

**Plural** – Mas muitas vezes a pessoa vem pressionada, pela família principalmente. Funciona bem nesses casos?

**Sprícigo** – Em tese, todos vêm forçados. Atualmente a gente até vai ao médico no sentido de prevenção, mas há um tempo a gente ia forçado. Depende muito de como cada um percebe sua situação. E que tipo de relação tem com esse que a está forçando. Muitas vezes a pessoa vem empurrada mesmo e acaba tendo sucesso, mas porque o vínculo com essa pessoa que a forçou é de confiança, de respeito. Quando é mero uso de poder, não funciona. Vem mais para “dar um tempo”. Por quê? Porque o bicho está pegando. Sempre por uma questão de poder, seja da polícia, seja de quem for.

**Plural** – Em caso de internação, o Edson costuma dizer que não tem muita diferença em termos de sucesso quando ela é compulsória e quando é voluntária, mas como aqui é bem mais solto, é diferente então?

**Sprícigo** – Sim, porque aqui a gente não tem controle e não quer ter controle. A porta está aberta, as pessoas saem e voltam, a reunião é a tal hora. A gente tem algumas recomendações. Se vais sair daqui, avisa, telefona, ou convida outro para ir junto para te ajudar a te segurar. A gente percebe que quando vem por ordem judicial não funciona, por exemplo, porque o cara tá enroscado com a justiça porque foi pego com droga e a pena dele é fazer um tratamento. Esquisito, não? É o que chamam de justiça terapêutica.

**Plural** – No caso aqui funcionaria muito pouco, até pelo tipo de abordagem que vocês fazem, não é?

**Sprícigo** – É que se o indivíduo não percebe o problema, ele não vai mudar. Ele não vai permitir se ajudar, não vai admitir outra perspectiva. Se ele não vê problema, por que mudar? Fica muito difícil fazê-lo aceitar que tem que mudar de vida. “Para que mudar, se não tem problema com isso?” Alguns até vêm, se encantam, começam a ver outras possibilidades. Às vezes, nem é pelo que a gente apresenta, mas por algo dentro da universidade.

**Plural** – Existe algum padrão de recorrência em termos de circunstâncias que fizeram a instalação da dependência? Porque tem o cara que fuma maconha, foi um momento, passou. Em segundo lugar, em que circunstâncias ocorre o estalo de “eu quero parar”? Essas duas questões estão abertas ainda? E como vocês fazem o acompanhamento, vocês fazem algum tipo de registro? E existe algum tipo de limite para o tempo de permanência no programa?

**Sprícigo** – Como é que a gente trabalha? Nossos registros são muito fracos. Até um momento bem recente se fazia mui-





to pouco porque se tinha uma idéia de que isso não precisava. Não era a proposta naquele momento que também fosse um laboratório de ensino e aprendizagem e ao mesmo tempo de assistência, porque é o instrumento. Mais recentemente a gente acrescentou essa lógica de assistência como forma de aprendizado para a própria equipe, de pesquisa, um laboratório afinal. Então os registros ainda são precários. Muita coisa se perdia porque ficava só na memória, com pequenos rabiscos. A lógica que a gente imprime é a do desempenho e da satisfação com a própria vida. "Como que está? Foste trabalhar na segunda-feira? Vai relatando. Teve dificuldades ou não teve?" A gente não fica em cima da questão "usou ou não usou". Porque é complicado. Onde está enroscando? Está usando? Pode estar enroscando pelo próprio uso ou, além disso, pela aquisição, gastou o dinheiro do pão para comprar droga. Então a gente centra mais no desempenho. Faltou ao serviço? Não? Tá chegando e saindo no horário? Almoça? Quando almoça, usa ou não usa? Como está em casa? A vida do indivíduo, enfim. A forma de acompanhamento é essa. Já o tempo, o período em que ele vem, os horários, se vem todos os dias, quantos dias vem, aqui a gente vai regulando assim. Está com dificuldades, com vontade, continua vindo, então, vamos continuar trabalhando. Não conseguiu resolver? "Mas como é que fez?" A gente sugere algumas alternativas, algumas condutas, algumas coisas que precisam ser feitas. "Ah, não, não conseguiu fazer? Por quê?" Então é em cima da realização do que precisa fazer. Um exemplo: tem que ver o que tu vais fazer da tua vida, porque não tens emprego, não tens fonte de renda e como vais tocar a vida? Então, procurar emprego. Foi? Fui. E daí? Não consegui emprego. Depois descobre-se que ele não conseguia chegar nos possíveis empregadores, tinha dificuldade. Então, vamos lá, por quê? Vai com um de nós. Usa uma estratégia, não usa, a gente tenta ver o que consegue fazer. Então trabalha em função desse desempenho. Você, por exemplo, pega uma pessoa aqui da comunidade que já veio. Na primeira semana ela ficou integralmente conosco. Na segunda, a gente pergunta como foi. "Então faz o seguinte: você volta para o trabalho na terça e na quarta-feira e vem para cá na segunda, na quinta e na sexta. E daí? O que aconteceu?" Você vai fazendo essa regulação, voltando para a vida normal dele. Muitas vezes a gente estica um pouco mais, um mês ou 15 dias. Tipo assim: "você vem na sexta-feira por causa do fim de semana, você trabalha um pouco na sexta e se você tiver alguma dificuldade, volta na segunda." E a gente faz via serviço social, o serviço social é nosso mediador nessas questões. "Você volta aqui, então, na segunda." Isto com aqueles a quem temos esse tipo de acesso. Na Comcap, a gente tem isso, tem a assistente social que é encarregada disso, aí a gente tem esse canal. Na Comcap é institucional.

**Plural** – Então o parâmetro de sucesso é o desempenho e a satisfação pessoal. Vocês têm controle sobre esse parâmetro, qual é o grau de sucesso, de êxito?

**Sprício** – As pessoas que mantiveram o vínculo empregatí-

cio, alguma estrutura de rede social, tipo a família, um núcleo, no sentido que se coloca o termo família atualmente, um núcleo de interação diária face-a-face. As que mantiverem isso, é um bom sucesso. Bom sucesso que eu digo é acima de 60%. Essas, via de regra, conseguiram preservar o emprego, retornaram, muitas tocam bem o seu trabalho. Agora os que não têm emprego, não têm uma profissão, não se profissionalizaram, ou porque começaram a usar muito cedo ou porque não conseguiram e que dependem de buscar emprego no mercado de trabalho, esses são complicados. Os moradores de rua que já passaram por aqui, o sucesso é zero. As estratégias que a gente usa são muito pobres, muito poucas para tentar uma qualificação. E tem uma coisa que perpassa essa questão, que é o estilo de vida. Você tirar alguém da rua é muito complicado, pelo menos essa é a nossa experiência. Porque a rua tem o seu encanto. Uma coisa que a gente esquece. Tem um encanto enorme. É o dono. Tem que olhar pela ótica deles. Como é a vida lá e o que a gente oferece aqui. Aí o grande dilema, você recebe o cara aqui que usa, mas também comercializa, vende. Um nós conseguimos que parasse. Aí lá pelas tantas ele percebeu: "E agora? Não tenho dinheiro nem para comprar uma balinha. Minha vida está melhor do que antes?" ele perguntava para a gente. "Olha bem, tá melhor?" O que a gente tem a oferecer? Tem um livro, uma reportagem sobre adolescentes, de um pessoal do Rio, e tem um relato que é emblemático. "Sim e daí? Não tens medo de morrer? Tenho, mas sabe como

é, hoje quando eu desço lá embaixo, em Copacabana, eles me recebem na porta, antes me tiravam a tapa, porque hoje eu tenho dinheiro. Compro meu tênis, meu boné, que são os fetiches. E daí tu vais oferecer o que para ele? Um salário? Ele ganha 500 reais por semana. Você quer oferecer 280 por mês. Ele vai para o baile, ganha as menininhas. Então você quer o quê?"

**Plural** – Ele tem *status*, passa a ser o projeto de vida para muita gente ...

**Sprício** – Mas aí vem o contraditório: comércio e uso. Sim, mas o garoto

da Beira Mar usa por quê? Tem muito a idéia de olhar para o morro quando fala de droga. Não, não precisa ir no morro. Vai na universidade, na Beira Mar, vai em qualquer canto. E por que esse pessoal usa?

**Plural** – Tem entrega a domicílio...

**Sprício** – Sim, tem. É um comércio que se organiza e usa as mesmas estratégias do comércio legal. Tem a mesma lógica.

**Plural** – Vamos falar do perfil de quem chega aqui, do ponto vista econômico, social, de escolaridade.

**Sprício** – É primeiro grau, a maioria. Não significa que não tenha o de classe média, o estudante universitário, o micro e pequeno empresário ou o empregado de faixa de 700 reais para cima. A predominância é com menos qualificação.

**Plural** – O programa atende mais gente de fora da comunidade universitária?





Sprícigo – Sim. Hoje sim.

Plural – Em termos de faixa etária?

Sprícigo – A partir dos 18 anos, mas fica mais na faixa dos 30, 35, 40.

Plural – Quando chega aqui, muitas vezes já tem 5 ou 10 anos de uso?

Sprícigo – Às vezes até mais, dependendo do tipo de droga e da forma de uso. Porque você pode estar usando álcool desde os 14, 15, mas a partir de determinado momento intensificou e, por consequência...

Plural – Até a pessoa se convencer que tem um problema e procurar ajuda ...

Jonas – Sim, até se convencer ou começarem a surgir problemas por causa do uso. Pode ser de saúde ou vários ou-

tros. Em função disso precisa de tempo. Ninguém fica viciado da noite para o dia ou tem problema da noite para o dia. Precisa de um certo “esforço” para conseguir chegar ao status de dependente. Claro que varia em função do uso, do tipo de droga, tem muitas vezes situações em que a droga funciona como remédio, ela elimina sofrimentos, no sentido amplo, desde uma dor até uma sensação de mal estar, de ansiedade, de perda, de insegurança. Muitas vezes ela entra como solução e em função do tipo de uso, ou como qualquer coisa que você use por muito tempo e rotineiramente, te causa problema. As medicações estão aí, tem que ter cuidado. Quase todas elas, se você usar por um tempo muito grande em uma determinada concentração, dosagem, você vai ter problema. Depende de todos esses fatores. Tem pessoas que parecem ter mais sensibilidade, como todos nós temos diferentes sensibilidades

para coisas diferentes. Nós somos diferentes.

Plural – Quantas pessoas vocês estão atendendo?

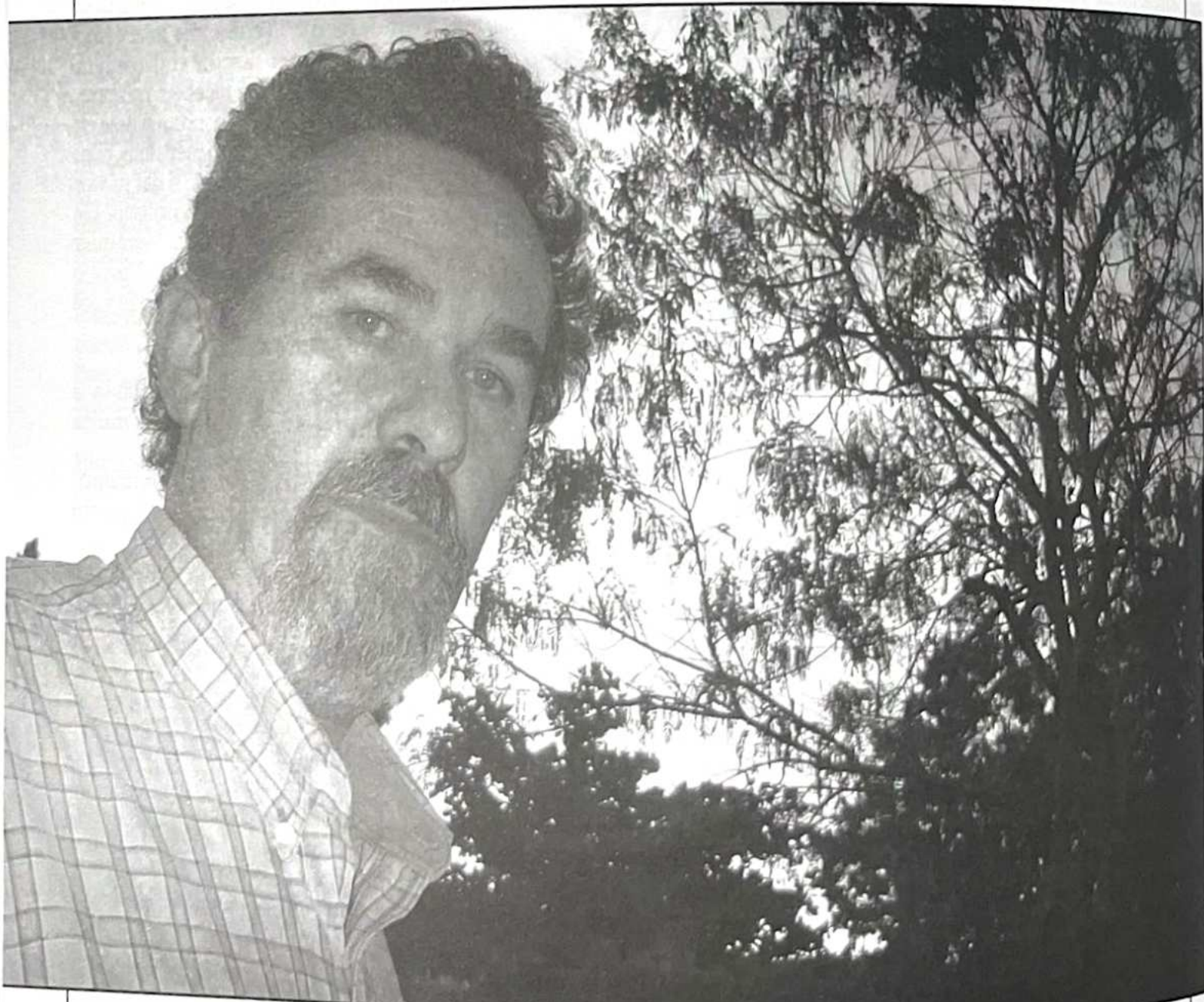
Sprícigo – É cíclico, sobe e desce. Agora quantas já atendemos, é outra coisa. A reunião de quarta-feira é a que vêm os familiares. Essa é de 20, 25 pessoas. A média no mês é 20. Agora, usuário engajado no programa, é mais oscilante.

Plural: E tem um limite?

Sprícigo – Tem. No máximo, trabalhamos com 15 pessoas. Já teve mais gente, mas descobrimos que não se estava conseguindo fazer nada, era um tumulto geral.

Plural – E vocês são procurados por professores com problemas com drogas?

Sprícigo – Não. Com ele tendo o pro-



Jonas Sprícigo, professor do Departamento de Enfermagem da UFSC e coordenador do Sanps





blema não, praticamente nunca. No início, a gente começou a trabalhar achando que tinha de reunir todos os segmentos que apresentassem o mesmo problema. Mas não é o mesmo problema. Porque cada um tem uma repercussão diferente em sua vida. Embora sejam usuários da mesma droga, as repercussões e as implicações na vida de cada um são diferentes. E se o professor não quer sentar com aluno, você tem que aceitar. Não é preconceito. Você tem que achar um outro espaço e via de regra os professores não aceitariam participar de algo dentro da universidade. Não é se proteger, é pensar no que é melhor para si por todos os ângulos. Justíssimo.

**Plural** – E como o professor, enfrentando uma situação que está dando problema, o aluno está se complicando, poderia procurar o serviço social da universidade para dar uma atenção? Seria o espaço adequado?

**Sprícigo** – Esse é o canal que faz a mediação. Como já tem o serviço de atendimento ao servidor, ao estudante, então não tem porque passar direto. Até porque nós conseguimos trabalhar, o serviço social faz a mediação com as chefias, explica qual a lógica, o entendimento que se tem hoje sobre isso. Faz o meio-de-campo. E faz o acompanhamento. Depois que a pessoa vem para cá, a gente informa: “Olha, a pessoa não apareceu hoje”. Aí eles ligam para a pessoa e perguntam qual o problema. Pode parecer que está pegando no pé? Pode ter esse sentido também, mas a intenção não é essa. É não deixar o quadro se agravar.

**Plural** – Com relação a um aluno, um professor em geral tem condições de perceber um problema, perceber a queda de desempenho, mas nem todos os professores têm condições de perceber isso ou não se sentem à vontade nesse papel, acham que não tem nada a ver com a vida do aluno. Como o professor pode fazer? Recorrer ao coordenador de curso, se aproximar do aluno e avisar que há espaço de diálogo dentro da universidade? Qual seria a melhor forma para o professor agir nesse caso?

**Sprícigo** – Não podemos esquecer o direito do outro, inclusive o de fazer uso do ilícito, nem por isso podemos fazer o

papel de julgá-lo e condená-lo. Então quando você trabalha a lógica do desempenho, como era esse aluno? Como é que foi contigo? Foi bem? Pergunta para um professor da outra fase, a outro da mesma fase. Vê em volta se alterou o desempenho, alterou para menos. Bom, esse aluno está precisando de professor. Eu acho que nós abandonamos os alunos que precisam de nós. Tem aluno que não precisa da gente e muitas vezes é a esses que a gente se dedica. É mais fácil, é melhor. Então você tem que se aproximar do aluno que tem dificuldade, no sentido de entender. Cuidado com essa aproximação, para não parecer cobrança ou julgamento. E sempre em cima de fato concreto. Usar a lógica do desempenho. Não vai ser no primeiro contato que vai conseguir, pode conseguir, mas não é a regra. Cuidado para não enforçar. Muitas vezes, como pais, nós enforcamos os filhos, quando ele está querendo ser um pouco transgressor. Mas tem que acompanhar, mostrar que você está disponível, está aberto. Muitas vezes a procura vem quando estamos ocupados. Aí dá uma paradinha. “Espera cinco minutos, que já vou atender”. Todo professor teria que ter a habilidade para trabalhar com essa questão da droga? Não, estaríamos exigindo demais dos professores, têm que ensinar, têm que educar, têm que pesquisar, têm que substituir os pais. É muita coisa. Deve pensar em quem pode ajudar. E isso não significa se desincumbir dele, passar a bola, tem que manter o vínculo. Pergunta como está indo, se está gostando, se quer conversar a respeito. Você deve manter o vínculo que você iniciou, se não fica meio trapaça, eu te convenço e depois te jogo para o Edson, lá no Sanps. Não, agora é com o Edson. Esse vínculo, esse elo deve ser mantido. Nem todos vão ter essa possibilidade de se aproximar da pessoa que está tendo dificuldades. E não dá para exigir isso. Há pessoas que não querem saber desse assunto, porque tem medo, é preciso respeitar isso.

**Plural** – E o grau de reincidência?

**Sprícigo** – É comum usar a expressão que a recaída faz parte do tratamento. Eu digo que a possibilidade de recaída há. Como em qualquer outra situação, outro tratamento, outra moléstia. Sempre há a possibilidade do quadro agudizar. Isso é freqüente, sim. Muitas vezes

o indivíduo recai, alguns voltam mais rápido, outros demoram mais. O que a gente observa é que ao longo do tempo as recaídas, para alguns deles, se espaçam e são de menor duração. Há aqueles que recaem sempre, pelo estilo de vida: as pessoas de rua, os desocupados, sem nenhum sentido pejorativo, que fazem o circuito das instituições. Passam pelo Edson no Cecred, ficam uns tempos. Vêm para cá, ficam uns tempos. Vão rodando. A reincidência é um fato comum e que varia muito de situação, do tipo de pessoa. Tem quem use no fim de semana e depois não usa. Tem os que programam para usar no fim do ano, no carnaval.

**Plural** – Vamos apresentar o Edson então. Qual sua função aqui e como é o fato de trabalhar também com internação?

**Edson** – Meu nome é Edson Miranda, sou enfermeiro, graduado na UFSC em 1980 e trabalho desde então com dependência química, mas sempre com assistência, na internação, direto na ponta, e também atendo o grupo aqui nas quartas-feiras, no trabalho com o dependente e a família.

**Plural** – Como você definiria o público que recorre ao programa na UFSC?

**Edson** – É bem diversificado. Tem gente nova, gente mais velha, tem homem, mulher, os pais procuram muito. O pessoal que vem aqui está num padrão de vida um pouco melhor, mas é muito misturado. Tem gente com razoável poder aquisitivo e gente muito pobre.

**Plural** – O consumo então é generalizado?

**Edson** – Não há uma tendência para uma determinada categoria social, religiosa, nada. É bem distribuído mesmo. Atravessa todas as classes, credos, etnias. No hospital onde trabalho, tem desde o empresário internado até o desempregado morador de rua. Pega essa faixa toda.

**Plural** – Como a geração de 70 e 80, que fez uso de droga como um instrumento de liberação, de contestação, lida com isso agora como pais, ao ver seus filhos consumindo maconha, por exemplo?

**Edson** – Com relação à maconha há





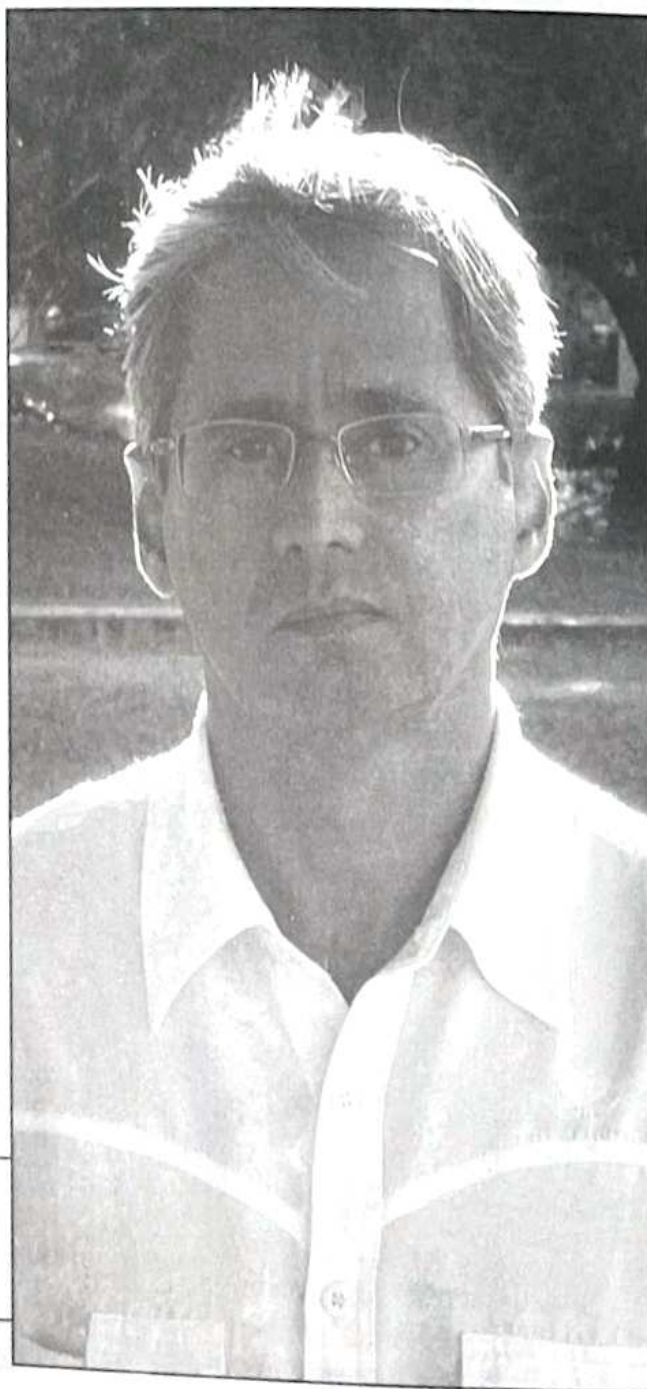
uma informação muito distorcida, sobre o que era um tempo atrás e o que é hoje. Falta muita informação. O pessoal usava sem muita consequência. Hoje o que se tem é uma maconha com um nível sete vezes mais potente de THC do que nos anos 70 e 80. A droga está muito mais forte. A outra é a coisa cultural. Como os pais acreditavam que era uma droga inofensiva, ela passou a ser inofensiva para os filhos. Não há uma preocupação em ir a fundo, buscar essas informações. E o que acontece à medida que o tempo passa? Hoje os fatores que levam a usar qualquer substância como tipo uma fuga da realidade são muito maiores, com crise econômica, ideológica e tal. Era muito mais fácil ser adolescente em 1970. As opções eram muito menores. A noção de futuro era mais positiva. Hoje a incerteza é muito maior. Por outro lado, tem muita informação hoje que faltava até muito pouco tempo atrás. Uma frase que eu escuto muito é: "se eu soubesse disso tudo há quatro ou cinco anos eu não tinha deixado acontecer isso." Ou seja, a desinformação ainda é geral, muita gente não sabe o que de prático detectar, que sinais identificar para dizer se o filho está usando ou não, se pode ter problema, se vai usar. Além disso, vulgarizou muito o uso. Hoje a pessoa desce a escada e lá fora tem uma outra usando. Tem, ainda, uma penneira no que se informa. Só chega para as pessoas o que interessa. É comum a mãe perceber que o filho de 15 ou 16 anos está usando. "O que eu vou fazer? Vou internar". Começa a querer encontrar lugar para internar o filho. Não, traz o filho aqui primeiro. Vamos conversar. Aí o filho é um advogado do uso da maconha, tem 300 mil argumentos para continuar usando. O que a gente faz? Tentar botar ele para pensar. Usar a própria inteligência dele para que ele passe a pensar o assunto também em outra perspectiva. É uma tendência do jovem usuário em ver só os prós e deixar de lado os argumentos negativos. Por outro lado, uma atitude drástica da família pode levar ao isolamento do adolescente e, consequentemente, sua ligação maior com a droga ou com o grupo que usa e com o qual ele busca se identificar. Então, fazemos um trabalho também com os familiares. As reuniões de quarta-feira à noite têm, também, essa função. Ao mesmo tempo em que socializa as experiências e serve de apoio para quem vive o problema, ajuda a diferenciar as situações.

Na minha prática, eu trabalho centrado no indivíduo. Eu quero que ele diga para mim como eu devo tratar dele. Eu tenho o conhecimen-

to, a bagagem, a experiência, mas nada disso serve se eu não entrar em sintonia com ele. Nós temos que trabalhar partindo do sujeito e, infelizmente, a maioria dos modelos que existem, tanto de tratamento como de prevenção, diz para o indivíduo como é que ele deve fazer, não pergunta como ele quer fazer. Diz para ele: faz desse jeito que vai dar certo. E a gente sabe que não é assim. Não acredito muito nisso nem com a minha idade, o que dizer quem tem 16 anos ...

**Sprícigo** – Eu sei mais por onde não ir do que por onde ir. E as informações, as pesquisas com essas substâncias, são muito interessantes. Tem um livro "A história das drogas", que é muito interessante. Desde o mascar folha de coca, quando invadiram os Andes, para o pessoal não sentir fome e trabalhar mais. Desde usar as drogas nas guerras para os caras não sentirem medo. Só que essas pesquisas ficaram fechadas. Não se botou para discutir. Desde o tempo dos gregos, que se diz que o que transforma uma substância de remédio em veneno é a dosagem. Três miligramas de aspirina matam. A velha e boa aspirina. O que a droga faz na minha vida? Qual o significado dela? Por que você virou professor? Por que a gente faz determinadas escolhas? Podemos nos arrepiar por causa delas. A maioria dos nossos atos não é consciente, a gente constrói a explicação lógica depois. A gente trabalha na possibilidade de sermos os eleitos, de não acontecer nada de ruim conosco. Hoje há muitas transformações. A droga sempre foi usada. A Inglaterra guerreou com a China duas vezes por causa do ópio, enquanto produto, mercadoria. O que a gente observa, na década de 60 ou 70, é que tinha uma justificativa, um movimento de contestação no qual o consumo se encaixava. Usar a droga como um meio para um fim, deixou de existir. Hoje o consumo é um fim em si. Não é o meio. Está no bojo do consumismo, é no limite, no máximo, como é a lógica da nossa sociedade hoje. A disponibilidade também aumentou. O custo antes era muito mais caro. Essas questões facilitam o acesso. Uma certa tolerância até porque eu não sei o que fazer. Nós, de certa forma, estamos perdidos. São várias transformações violentíssimas, que nem sei como estamos de pé. A gente ficou meio perdido nessa relação pai e filho. Os filhos estão jogados, a escola tem que cuidar de tudo. O pai e a mãe têm que trabalhar. É sempre com os outros, na creche, no maternal. Nós somos os estranhos na vida deles. Os professores vão passando, os pais chegam para dormir, o filho não forma vínculo com ninguém.

**Edson** – Acaba criando vínculo com a gente, pela dor, porque na hora dramática é pela dor.



*Professor Tadeu Lemos,  
supervisor do ambulatório de  
dependência química do HU*





**Sprício** – O vínculo que se forma com a gente é impressionante. Jogam limpo, são honestos com a gente. O que precisar deles é só pedir que eles fazem. Formam o vínculo pela dor. É incrível.

**Plural** – Vamos apresentar agora o Tadeu. Qual a sua ligação com o programa?

**Tadeu Lemos** – Sou professor, atualmente lotado no Departamento de Psicofarmacologia. Não tenho ligação direta com o Sanps. Temos uma parceria. A minha ligação institucional é como coordenador da Comissão de Prevenção às Drogas da universidade e supervisor do Ambulatório de Dependência Química do HU. O ambulatório que eu comecei fazendo, como atividade de extensão, como médico e que hoje está sendo tocado pelos residentes e eu dou supervisão. Eu comecei o ambulatório como atividade de extensão, por interesse próprio e como espaço para os estudantes de medicina poderem ter uma aula prática a mais de psiquiatria, que eram muito poucas. O ambulatório tem uns três anos. Contou com o Marcos Zalesc, professor que antes era voluntário e deu uma força para o ambulatório. Com a residência, nós temos um convênio com a Secretaria de Estado da Saúde em parceria com a UFSC.

Toda a parte ambulatorial da residência é desenvolvida aqui na universidade e a parte hospitalar é no Instituto de Psiquiatria, que é o IPQ, conhecido como Colônia Santana. E como coordenador e membro da comissão de prevenção, nossa preocupação é identificar os setores que prestam algum tipo de atendimento ao usuário de droga. Através disso, veio essa ação direta junto ao Sanps, assim como outros setores, como a Psicologia, que também tem um ambulatório. Na verdade o que nós estamos é tentando estruturar uma rede. O Edson trabalha no CECRED, que é do estado, e a gente já vem informalmente trabalhando de forma articulada. Com o Edson no Ceced, com o UDQ (Unidade de Dependência Química do IPQ), o IPQ, o ambulatório do HU, o Sanps. O pessoal saía da UDQ e precisava de um atendimento ambulatorial e não havia. Com o HU, agora há.

**Plural** – E o ambulatório do HU atende a demanda?

**Tadeu** – Não, precisaria muito mais, de um número maior de atendentes, de profissionais. A residência começou em 2004. Em 2005 já temos mais residentes. Precisaríamos ter uma emergência em psiquiatria no HU, que hoje não tem.

**Plural** – O ambulatório é aberto?

**Tadeu** – É pelo sistema de marcação de consulta.

**Plural** – Existe um espaço para atender a comunidade universitária?

**Tadeu** – Não. Eles nos chegam através do serviço social ou do próprio Sanps.

**Plural** – E o que é o Ceced?

**Edson** – É o Centro de Convivência e Atenção à Saúde do

Dependente Químico. Uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde dentro do hospital de hanseníase. Era uma unidade de hanseníase que estava sendo desativada e o espaço foi destinado à criação do Ceced. É diferente do IPQ, porque o IPQ trabalha a desintoxicação e o Ceced realiza um tratamento. São 45 dias de internação, o tempo de permanência. Já foi de 90 dias. É um regime aberto, o paciente só fica se quiser. Nós adotamos o procedimento do paciente assinar a alta já quando chega e ele não é obrigado a participar de nenhuma das atividades, participa se quiser. No entanto, realizamos um trabalho de sensibilização para o engajamento no tratamento, tanto quanto a necessidade de cumprir o período de tratamento quanto à necessidade de participar das atividades.

**Plural** – Qual a capacidade de atendimento?

**Edson** – Temos vagas para 45 pacientes e hoje está lotado e tem uma lista de espera de 30 ou 40 pessoas aguardando vaga para internação.

**Plural** – Quais as atividades?

**Edson** – Tem grupo terapêutico, administrativo. Agora tem um psiquiatra, antes só tinha um médico. O Ceced foi um projeto meu e do Ari Sell que botamos embaixo do braço desde 1998

e o Ari saiu por uma mudança política na instituição.

**Plural** – Essas iniciativas são pessoais e voluntárias. Não são fruto de uma política de saúde oficial?

**Edson** – É tudo informal. Existe uma ONG que recolhe o pessoal na rua e liga para mim, a gente tenta encaixar. Aí sai, eu devolvo para eles, que tem uma casa para abrigar. Mas nós só conseguimos fazer um segmento que é o tratamento, porque depois tem que devolver para a rua. Estamos tentando montar essa rede de parceria com a universidade e com outras ONGs, que têm casa protegida para abrigar o dependente. Para se ter uma idéia, o Ceced existe desde 1998 e até hoje eu nunca consegui matricular um paciente no Naps, que é o Núcleo de Atenção Psicossocial da Prefeitura de Florianópolis. E atendemos no Ceced exclusivamente a população de Florianópolis, Palhoça e São José e não conseguimos encaixar um no Naps para ser atendido pós-tratamento, para fazer um acompanhamento ambulatorial. Não existe essa rede.

**Plural** – Teu trabalho aqui com o grupo às quartas-feiras é voluntário?

**Edson** – É voluntário. Já faço, vindo direto, há dois anos, mas já venho há uns seis anos. Não sou funcionário da universidade, sou funcionário do estado. Mas por amizade ao Jonas, ao Vilson, a gente vai vindo, vai ficando. E a gente fica até doente quando não pode vir, porque sabe que tem uma carência. Agora a reunião está quase ficando inviável porque já têm 30, 35 pessoas. Quando tem 15 ou 20, é ótimo. Mas com 30 ou 35 é complicado. Nossa perspectiva no momento é atender a demanda por outro coordenador para que possamos dividir o grupo e realizar o trabalho com qualidade.





# Estratégias de mercantilização da educação brasileira

UMA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO LULA, OMC E ALCA

Kátia Regina de Souza Lima

O presente artigo analisa alguns elementos políticos do debate sobre a reforma da educação superior do Governo Lula e a utilização da educação à distância como estratégia de "democratização" do acesso às instituições públicas de ensino superior. O artigo aborda o papel das inovações tecnológicas no cenário da mundialização financeira e os eixos principais do projeto nacional de desenvolvimento elaborado pelo Governo, nos quais se inserem as políticas de educação e de ciência e tecnologia.

Apresenta como hipótese de trabalho que a lógica que atravessa e constitui a proposta de ampliação do acesso à educação via educação à distância, presente na proposta de reforma da educação superior do Governo Lula, omite uma estratégia de aprofundamento do processo de privatização da educação pública brasileira, aspecto diretamente relacionado com as diretrizes da Organização Mundial do Comércio - OMC para a periferia do capitalismo e a implantação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA: a educação como serviço.



## MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E O PAPEL DOS ESTADOS NACIONAIS

O debate sobre a utilização das novas tecnologias educacionais se dá num cenário político e econômico bastante definido: o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). As inovações tecnológicas se dão no quadro da sociedade capitalista e estão mergulhadas nas contradições inerentes à própria sociedade de classes. Essas inovações têm constituído exatamente o arcabouço midiático, a base material fundamental que permite o funcionamento e intensificação da mundialização financeira.

Apesar da imposição de uma “lógica do instrumento” que identifica as inovações tecnológicas como as grandes vias de “democratização” das informações e do conhecimento em tempo real, as redes informacionais não alcançam todos em todos os lugares, mas algumas regiões que representam interesses estratégicos para o capital. Portanto, não existe homogeneização do espaço. Quando o discurso dominante se refere à superação dos espaços, está se referindo às redes e não aos espaços, pois as redes não alcançam tudo e todos, fazendo com que os espaços continuem diferenciados e hierarquizados. “Aliás, nem tudo é rede. Se olharmos a representação da superfície da Terra, verificaremos que numerosas e vastas áreas escapam a esse desenho reticular presente na quase totalidade dos países desenvolvidos” (SANTOS, 1999: 213).

Os pólos centrais, a tríade – Estados Unidos, Japão e Europa – são, justamente, os que controlam as inovações tecnológicas, e os países satélites ou periféricos e semi-periféricos são aqueles que buscam se adequar a este “determinismo tecnológico sofisticado” e às bases do “pensamento globalitário”.

Portanto, para a legitimação política, econômica e ideológica do mito da “superação das fronteiras” e da “homogeneização do planeta”, o papel dos Estados nacionais é fundamental. Apesar da ideologia do mercado, dos acordos de livre comércio liderados pela OMC, entre outros sujeitos políticos do capital, vivemos numa era de profundas intervenções estatais que objetivam dar sustentação ao projeto societário burguês. A privatização de setores estratégicos dos vários países da periferia do capitalismo deve ser considerada, portanto, como uma política de Estado, fundamental para garantir o movimento do capital internacional em busca de novos campos de exploração.

É nesse contexto, marcado pelo processo de mundialização financeira, do papel central exercido pelos Estados nacionais e pelas inovações tecnológicas, que se apresenta no

Brasil o discurso sobre a utilização das novas tecnologias como via de “democratização” da educação, discurso que atravessou o Governo neoliberal de FHC e não somente permanece, mas se aprofunda no Governo “neoliberal re-quentado” de Lula da Silva.

## PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO LULA E APROFUNDAMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

“Uma análise aprofundada das condições de vida da imensa maioria da população, em âmbito mundial, evidencia que o neoliberalismo, como projeto societário construído pela burguesia internacional em resposta à crise estrutural do capital, não consegue garantir alterações no cenário de empobrecimento e de estagnação econômica que marca a atualidade. Neste cenário, intelectuais orgânicos da burguesia constroem como estratégia para legitimação do poder de classe burguês um processo de ideologização maciça sobre a existência de um ‘capitalismo humanizado’. Nem neoliberalismo, nem socialismo, nem social democracia européia, mas um ‘novo’ projeto societário, ora identificado como Ter-

ceira Via, ora como Nova Social Democracia, Nova Esquerda, ou ainda, Governança Progressista, que tem como um dos principais mentores políticos Anthony Giddens, diretor da London School of Economics e professor da Universidade de Cambridge” (LIMA, 2004: 60)

É nesse cenário político mais amplo que devemos compreender a guinada à direita do Partido dos Trabalhadores durante a década de 1990, marcada pelos seguintes eixos políticos: 1) a eliminação das referências ao socialismo e às lutas anti-imperialistas como princípios e objetivos do Partido, substituídas pela tentativa de conciliação dos inconciliáveis interesses de classes; 2) a burocratização do Partido através da ação de funcionários contratados que substituíram a militância de base; 3) a redução das lutas dos trabalhadores à legalidade burguesa, fazendo com que o objetivo do Partido se restrinja à ocupação de cargos no Governo através de alianças oportunistas com setores da burguesia brasileira. Estes três eixos,

mergulhados no discurso da “humanização do capitalismo”, atravessam a campanha eleitoral – “Coligação Lula Presidente” –, apresentando um projeto nacional de desenvolvimento caracterizado pelo aprofundamento, e não apenas a continuidade, da agenda neoliberal para o Brasil<sup>1</sup>, especialmente no que se refere ao pagamento da dívida externa e aos acordos com os organismos internacionais do capital.

O aprofundamento da agenda neoliberal e a subordinação aos organismos internacionais estão presentes na “Carta ao



*O ministro da Educação Tarso Genro e o governo Lula aprofundam o discurso sobre a utilização de novas tecnologias como forma de “democratizar” a educação*



Povo Brasileiro" divulgada em junho de 2002 (SILVA, 2002); no Programa de Governo (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002) e nas Cartas do Governo Brasileiro ao FMI elaboradas por Palocci-Meirelles (2003), que apresentam a seguinte pauta de ação: superávit primário de 4,25% do PIB para pagamento da dívida externa; aprovação de reformas estruturais (previdência, fiscal, tributária, trabalhista, sindical); autonomia do Banco Central e implementação de políticas sociais focalizadas no "alívio à pobreza".

O projeto "neoliberal requeitado" do governo Lula efetivou, durante seu primeiro ano, uma redução das verbas públicas alocadas para áreas sociais, com valores menores do que aqueles alocados no governo neoliberal de FHC. Segundo quadro elaborado pelo Jubileu Brasil, no período de janeiro a outubro de 2003 o governo Lula destinou mais de R\$86 bilhões ao pagamento da dívida externa e apenas R\$ 46 bilhões para as seguintes áreas: segurança, assistência social, saúde, educação, cultura, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, energia, transporte<sup>2</sup>..

No que se refere à área de educação, o governo Lula vem implementando a mesma política apresentada pelo BM e pelo FMI ao longo da década de 1990: a) investimento mínimo no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; b) diversificação das fontes de financiamento da educação superior e, c) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, através da educação superior à distância.

É nesse cenário que se apresenta a proposta de reforma da educação superior do governo Lula. Essa proposta, maquiada pelo discurso da "democratização" da educação, encobre a estratégia de privatização das instituições públicas de ensino superior através: da retomada "envernizada" do conceito de público não-estatal presente na Reforma do Estado Brasileiro, elaborada por FHC-Bresser Pereira, via parcerias público-privado; da regulamentação das fundações de direito privado; da proposta de autonomia universitária como autofinanciamento das Instituições de Ensino Superior; da Lei de Inovação Tecnológica que viabiliza a transfe-

rência de tecnologia das universidades e centros de pesquisa para as empresas, entre outros.

Um elemento fundamental deste debate e que demonstra como a reforma da educação superior se constitui numa política mais ampla do que o MEC de Cristovam Buarque ou de Tarso Genro, é o documento elaborado pelo GT interministerial<sup>3</sup> intitulado Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira. O centro do documento é a defesa da diversificação das fontes de financiamento da educação superior pública (cobrança de mensalidades, captação de recursos privados) e a alocação de verbas públicas para as universidades privadas - Pacto de Educação pelo Desenvolvimento Inclusivo e o Programa Universidade Para Todos - Prouni (MEC, 2004).

Nesse cenário, a educação a distância tem sido apresentada pelo governo "neoliberal requeitado" de Lula como uma estratégia de "democratização" do acesso à educação superior, no cenário da "sociedade do conhe-

cimento".

A primeira questão que se coloca para o debate é o deslocamento político que é realizado a partir do processo de "ideologização maciça" sobre a existência de uma "sociedade do conhecimento". A partir do aumento quantitativo da utilização das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC), criou-se o mito de uma "nova sociedade", de uma "sociedade da informação", como se houvesse a conversão do capitalismo em outra forma de produção e reprodução social. Contudo, a utilização das NTIC está vinculada à centralidade de sua produção e à hierarquização de sua circulação e consumo pelos países centrais, periféricos e semi-periféricos.

Katz (1996) analisa o processo de produção das novas tecnologias da informação e comunicação nesse cenário do mito sobre a "sociedade da informação", desde o seu papel nas indústrias, na utilização doméstica/entretenimento e na informatização da educação. Neste último, o discurso que naturaliza a necessidade dessa informatização omite um duplo interesse da burguesia internacional: ampliar o mercado consumidor dessas novas tecnologias e circular informa-

## O governo Lula destinou mais de R\$ 86 bilhões para pagar a dívida externa em 2003

*O governo Lula está implementando a mesma política apresentada pelo Banco Mundial e pelo FMI ao longo da década de 90 e é nesse cenário que surge a proposta de reforma do ensino superior. Maquiada pelo discurso da democratização da educação, a proposta encobre a estratégia de privatizar as instituições públicas federais*





ções que interessem ao processo de reprodução do capital.

Dessa forma, um aspecto central deste debate se refere à estratégia de privatização da educação através do estabelecimento de parcerias entre as instituições públicas de ensino superior e o setor privado<sup>4</sup>, como se evidencia nos documentos oficiais, desde o governo FHC ao governo Lula.

Uma análise aprofundada dos documentos da Secretaria de Educação a Distância-SEED/MEC<sup>5</sup> demonstra a estratégia de privatização das universidades públicas viabilizada através dessas parcerias com os setores privados nacionais e internacionais.

Esta mesma lógica – parceria público-privado para implementação das políticas de educação e ciência e tecnologia – está presente no governo “neoliberal requeitado” de Lula. No documento intitulado *A inovação no centro da política industrial*, Luiz Fernando Furlan, Eduardo Campos, José Dirceu de Oliveira e Silva e Antônio Palocci Filho afirmam que:

Padecemos, ainda hoje, do diagnóstico feito há 40 anos por um texto do Conselho Nacional de Pesquisa que apontava um conjunto de providências para aumentar a competitividade, por meio da pesquisa industrial. Entre as razões que impedem o desenvolvimento agressivo da pesquisa industrial no Brasil, figura o mal-entendido de que a pesquisa industrial deve ser realizada principalmente, ou mesmo exclusivamente, em instituições tecnológicas e laboratórios universitários, ao invés de constituir atividade das próprias empresas industriais. (FURLAN, 2004)

Portanto, integrar empresas e universidades consiste no maior desafio do governo Lula, como afirma o mesmo documento:

concentrar os limitados recursos financeiros públicos e canalizá-los para áreas prioritárias; atrair o interesse dos industriais para as vantagens da pesquisa industrial; sincro-



*A concepção das parcerias público-privadas propostas pelo governo de Lula guia também as propostas do governo para as áreas de educação e ciência e tecnologia*

nizar as atividades da Universidade, dos institutos de pesquisa e da indústria; aumentar o número e melhorar a qualidade do capital humano envolvido; facilitar e reduzir o ônus da utilização de produtos e processos patenteados, entre outras medidas. (FURLAN, 2004)

Na mesma direção se inserem a Lei de Inovação Tecnológica apresentada por FHC e retomada pelo governo Lula e a Lei que trata das Parcerias Público-Privadas que, em seu artigo 2º, assim define:

Art.2º Para os fins desta Lei, o contrato de Parceria Público-Privada é instrumento firmado entre o Poder Público e entes Privados, destinado a estabelecer vínculo obrigacional entre as partes para implantação ou gestão de serviços e atividades de interesse público, em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao ente privado. (BRASIL, Ministé-

rio do Planejamento, 2004)

Em relação à Lei de Inovação (Tecnológica), dois destaques devem ser feitos: a abertura para que professores-pesquisadores das instituições públicas de ensino superior atuem em parceria com o setor privado e o próprio conceito de inovação como adequação das tecnologias produzidas nos países centrais.

Portanto, pensar nos projetos de educação a distância pressupõe contextualizar o debate: as instituições públicas de ensino superior sem concurso público; os servidores públicos sem reajuste salarial; o corte de verbas para pesquisa; a pressão para que seja facilitada a entrada de verbas privadas nas instituições públicas de ensino; a compra e adaptação de tecnologia produzida nos países centrais...é este o cenário de modernidade (ou pós-modernidade?!) que atravessa o debate sobre as inovações tecnológicas e a educação? Haverá financiamento com verbas públicas para projetos de educação a distância que exigem infra-estrutura tecnológica sofisticada para seu funcionamento? Ou esses projetos de educação a distância estão diretamente vinculados ao processo de privatização da educação e sua subordinação às demandas do capital?





*Por teleconferência, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, discursa em seminário internacional sobre radiodifusão*

## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, OMC E ALCA: ESTRATÉGIAS DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nos últimos anos, novas expressões vêm à tona no que tange ao processo de abertura do setor educacional como opção de investimentos de grupos privados. A novidade desse processo é o crescente empresariamento da educação, reforçado pela entrada, no debate educacional, da OMC, em parceria com o BM e o FMI, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América (LIMA, 2002). Articulada ao FMI e ao BM, a OMC atua, desde sua criação em 1995, como fórum de negociações sobre temas ligados ao comércio. Seu objetivo principal é liberalizar e reduzir as barreiras ao comércio mundial, tanto as tarifárias como as não tarifárias, que procuram limitar as importações através da imposição de cotas e salvaguardas dos mercados locais.<sup>6</sup>

Nos marcos da atuação da OMC, a educação está inserida no setor de serviços e adquire esta feição, mais especificamente, no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS), que en-

trou em vigor em janeiro de 1995. A prestação de serviços sociais públicos é reconhecida no AGCS como uma atividade do Estado; entretanto, se o governo de determinado país oferecer cursos pagos ou oferecer cursos que instituições privadas também ofereçam, estará atuando, segundo a concepção da OMC, em bases comerciais, portanto, sujeito ao controle de sua regulamentação. Nesse mesmo sentido, a OMC estabelece que deve ser dado às empresas estrangeiras o mesmo tratamento oferecido às empresas nacionais, garantindo a livre concorrência e o acesso de grupos norte-americanos e europeus ao "mercado educacional" da periferia do capitalismo.

Essa política de mercantilização, caracterizada pela relação entre "empresas educacionais" e os "consumidores destes serviços", não pode ser apreendida como um elemento isolado. Pelo contrário, se insere num movimento mais amplo do capital em busca de novos mercados de exploração lucrativa que se expressa em acordos comerciais como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a Área de Livre Comércio das Américas

(ALCA). O primeiro é um acordo de liberalização do comércio envolvendo Estados Unidos, México e Canadá, que entrou em vigor em 1994 e se constitui no modelo de desenvolvimento norte-americano para a região, permitindo o movimento de empresas multinacionais em várias áreas e setores (vestuário, energia, educação, telecomunicações, agricultura, têxtil, transporte e serviços financeiros)<sup>7</sup>.

Já a ALCA tem como objetivo a formação de uma área de livre comércio continental, se constituindo numa prioridade para a política externa dos EUA. Com início previsto para janeiro de 2005, a ALCA representa, de fato, uma das vias de materialização da nova ordem do comércio mundial, na qual todas as atividades humanas são consideradas como serviços e os acordos comerciais garantem a ampliação dos direitos dos investidores e das empresas multinacionais que vendem serviços. Nesse cenário, dois elementos políticos devem ser analisados: a) a pressão dos países centrais para que os países periféricos abram suas fronteiras ao livre comércio, ao mesmo tempo em que os primeiros mantêm suas políticas prote-



cionistas; b) a ênfase na redução das barreiras no setor de serviços, no qual se inclui a educação. Esses dois elementos se evidenciam nos documentos conclusivos da reunião de Cúpula das Américas realizada em 1994, em Miami – EUA, que aprovou a criação da ALCA: a Declaração de Princípios<sup>8</sup> e o Plano de Ação, ambos apresentando como tarefas principais a promoção da democracia representativa, o crescimento econômico e a integração econômica da região. O Plano de Ação é constituído de quatro capítulos elaborados a partir dos princípios aprovados pela reunião da Cúpula das Américas: a) preservação e fortalecimento da democracia representativa nas Américas; b) promoção da prosperidade por meio da integração econômica e do livre comércio<sup>9</sup>; c) erradicação da pobreza e da discriminação do hemisfério; e, d) garantia do desenvolvimento sustentável e conservação do meio natural para as gerações futuras<sup>10</sup>.

No capítulo que trata da erradicação da pobreza, o Plano de Ação defende como prioridade o acesso à educação, apresentando como tarefa dos Governos a atuação

com os setores público e privado e com atores não-governamentais e com o apoio de instituições multinacionais, para garantir o acesso universal a uma educação primária de qualidade. Em particular os governos procurarão alcançar até o ano de 2010 um índice de 100% de conclusão do curso primário e uma matrícula mínima de 75% no nível secundário e preparar programas de erradicação do analfabetismo, prevenção da evasão escolar e melhoria do treinamento de recursos humanos. (ALCA, Reunião da Cúpula das Américas, 1994)

O projeto político regido por esses organismos internacionais através dos acordos comerciais é caracterizado, desta forma, pelo aprofundamento do processo de privatização de setores estratégicos dos países periféricos, desnacionalizando a educação e a ciência e tecnologia. O aprofundamento da desnacionalização-privatização da educação, especialmente da educação superior, tem sido fundamental para o capital internacional e se expressa através de três estratégias políticas principais. Em primeiro lugar, pela formação de parcerias entre empresas educacionais e universidades com sede nos Estados Unidos e universidades latino-americanas. Essas parcerias viabilizam a venda de modelos pedagógicos, a comercialização de programas de ensino e de livros didáticos, especialmente para a formação e treinamento de professores, objetivando a consolidação de um caldo ideológico e político que legitime e reproduza a lógica dominante. Nesse movimento, a educação como serviço forma uma cultura empresarial, permitindo o aprofundamento do processo de empresariamento do setor, ao mesmo tempo em que se torna fundamental para padronizar conhecimentos, uniformizando conteúdos através de currículos flexibilizados.

Uma segunda forma de evidência desse movimento encontra-se na expansão das universidades corporativas criadas pelas empresas para formação e (re) qualificação dos

trabalhadores em seus locais de trabalho e com um conhecimento dirigido para os interesses imediatos das empresas.

A terceira evidencia-se na articulação de um mercado educativo, especialmente através das universidades na América Latina. Uma das principais estratégias para viabilizar esse processo é a utilização da educação a distância, através da venda de pacotes tecnológicos e/ou implantação de universidades virtuais parceiras de universidades norte-americanas e européias. Nesse projeto se articulam as empresas dos países centrais, principalmente IBM, Microsoft, as empresas da mídia, como Time-Warner, e os organismos internacionais, num mercado que envolve quatro milhões de professores, oitenta milhões de alunos e trezentos e vinte mil estabelecimentos escolares (COGGIOLA, 1998).

## CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE

A proposta de implantação da ALCA e as políticas dos organismos internacionais expressam o movimento do capital em busca de novos mercados e também o peso hegemônico da política externa norte-americana. Apesar das críticas dos vários movimentos sociais à participação do Brasil na ALCA, o governo Lula mantém sua posição política nos marcos das tentativas de “conciliação dos inconciliáveis interesses” entre países com economias desiguais.

Vários movimentos sociais<sup>11</sup> organizaram, em setembro de 2002, um Plebiscito Nacional Sobre a ALCA, quando mais de 10 milhões votaram contra a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas, pela saída imediata do governo brasileiro das negociações e indicando a necessidade de convocação de um Plebiscito Oficial sobre a ALCA, a fim de garantir ao povo brasileiro o direito de decidir os destinos do país. Até o momento, o governo Lula não assumiu qualquer posição em relação à reivindicação desse

Plebiscito Oficial e mantém sua política de constituição de um “novo pacto pela ALCA”, que se expressa na denominação “ALCA light”, ou seja, a negociação da ALCA a partir de dois pisos, conforme discussão realizada na reunião ministerial de Miami em 2003 e em Puebla, em 2004.

## A educação como serviço forma uma cultura empresarial que legitima a lógica dominante

1) Um piso mínimo, ou seja, uma base comum aos 34 países, onde deverão ser incluídas obrigações em todos os temas que sempre existiram nas negociações da ALCA (acesso a mercados, agricultura, ser-

viços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, política de concorrência, subsídios, anti-dumping e direitos compensatórios, e solução de controvérsias). A reunião de Miami, no entanto, não definiu o grau de compromisso a ser assumido pelos 34 países em cada um destes temas, e adiou estas decisões substantivas para a reunião do CNC (Comitê de Negociações Comerciais), realizada em Puebla entre os dias 2 e 6 de fevereiro de 2004, onde os vice-ministros tinham a missão de tentar dar substância ao acordo político de Miami. Puebla deveria definir, por exemplo, se o chamado piso mínimo seria de fato mínimo ou se ficaria mais



próximo da proposta de ALCA cheia dos EUA (com amplos compromissos em cada tema, na maioria dos casos transcendendo em muito as regras da OMC);

2) Um segundo piso, onde os países podem assumir níveis distintos de compromissos adicionais no âmbito da ALCA, por meio de acordos bilaterais (acordos entre dois países ou blocos de países) e/ou plurilaterais (acordos entre mais de dois países ou blocos, mas sem incluir a totalidade dos países membros). As regras e procedimentos para as negociações de tais acordos seriam definidas em Puebla. É bom lembrar que os EUA, na semana anterior à reunião ministerial de Miami, anunciaram acordos bilaterais com Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Panamá e República Dominicana, em uma clara tentativa de isolar o Mercosul.<sup>12</sup>

Fica evidente, portanto, que a direção política da reforma da educação superior proposta pelo governo Lula e a utilização da educação a distância como estratégia de "democratização" da educação são re-lançamentos "requeentados" das propostas privatizantes que o BM, o FMI, a OMC e o governo neoliberal de FHC apresentaram ao longo da década de 1990.

Reforma da educação superior e educação a distância são importantes estratégias para a abertura do "mercado educacional" brasileiro aos empresários norte-americanos e europeus,

objetivando adequar o ensino superior à lógica do capital e criando as bases para a implantação da ALCA.

A educação a distância pode ser uma estratégia de democratização da educação brasileira, na medida em que esteja inserida nos marcos de uma política educacional que tenha como princípio e objetivo a superação do capitalismo dependente. Não se pode analisar a educação a distância descolada do debate mais amplo sobre a política educacional, sobre a política de ciência e tecnologia, enfim, descolada de um projeto nacional de desenvolvimento que objetive construir uma outra hegemonia sob a direção do trabalho e não do capital.

Portanto, está colocada para todos

nós a tarefa política de desmontar criticamente esta estratégia de destruição da educação brasileira que vem sendo implementada pelo governo Lula, reafirmando a defesa intransigente da educação pública e gratuita, autônoma e democrática, direito de todos e dever do Estado e fortalecendo a campanha contra a ALCA, pela soberania nacional e do continente latino-americano.

**Kátia Lima** é professora da Escola de Serviço Social, Doutoranda da Faculdade de Educação, pesquisadora do Coletivo de Estudos sobre Política Educacional e do Núcleo de Estudos sobre Educação Superior – UFF e membro do GTPE ADUFF/ Seção Sindical.



*O combate à estratégia de destruição da educação brasileira passa pela defesa intransigente do ensino público, gratuito, autônomo e democrático*



## REFERÊNCIAS

- ALCA. Reunião da Cúpula das Américas realizada em 1994. Disponível em [www.alca.hpg.com.br](http://www.alca.hpg.com.br) Acesso em 26 de fevereiro de 2002.
- BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a Reforma Universitária brasileira. Brasília: 15 de dezembro de 2003. (mimeo).
- BRASIL, Ministério do Planejamento. Projeto de Lei Parcerias Público-Privado. Março de 2004. Disponível em [www.planejamento.gov.br/arquivos.down/legislacao/pl\\_ppp.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos.down/legislacao/pl_ppp.pdf). Acesso em 02 de abril de 2004.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. SP: Xamã, 1996.
- COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. Programa de Governo 2002. Um Brasil para Todos. Novembro de 2002. Disponível em [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br). Acesso em novembro de 2002.
- COGGIOLA, O. A crise universitária no Brasil. In Revista da ADUSP. Associação dos Docentes da USP. SP: Setembro de 1998.
- DIAS, E. F. Que fazer? A conjuntura e as nossas tarefas. In Revista Universidade e Sociedade n. 30. Brasília: ANDES Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Junho de 2003, p. 137-157.
- FURLAN, L.F., CAMPOS, E., Oliveira e Silva, J.D. e PALOCCI FILHO, A. A inovação no centro da política industrial. In Jornal da Ciência – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – JC e-mail 2.495 de 31/03/2004. Disponível em [www.sbpnet.org.br](http://www.sbpnet.org.br). Acesso em 06 de abril de 2004.
- JAKOBSEN, K e MARTINS, R. ALCA. Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas. SP: Ed. Fundação Perseu Abramos, 2002. (Coleção Brasil Urgente).
- JUBILEU BRASIL. Boletim Auditoria Cidadã da Dívida Externa. n.08 de 23 de dezembro de 2003. Disponível em [www.jubileubrasil.org.br](http://www.jubileubrasil.org.br) Acesso em 30 de março de 2004.
- KATZ, C. Sete teses sobre as novas tecnologias da informação. In: COGGIOLA, O. e KATZ, C. Neoliberalismo ou crise do capital? SP: Xamã, 1996, p. 71-118.
- LIMA, K.R.S. Governo Lula – “neoliberalismo requentado e requintado”. Elementos políticos da reforma da educação superior brasileira. In Revista Universidade e Sociedade. n. 32. Brasília: ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Março de 2004, p. 59-68.
- LIMA, K.R.S. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990. SP: Xamã, 2002, p. 41-63.
- MEC. Programa Universidade para Todos. Proposta de democratização do acesso à educação superior. Março de 2004. Disponível em [www.mec.gov.br/acs/banner/superior\\_arquivos/frame.htm](http://www.mec.gov.br/acs/banner/superior_arquivos/frame.htm) Acesso em 30 de março de 2004.
- MEC/SEED. Relatórios de Gestão 2000 e 2001. Disponível em [www.mec.gov.br/seed/relat/gestao.shtm](http://www.mec.gov.br/seed/relat/gestao.shtm). Acesso em 02 de abril de 2004.
- PALOCCI FILHO, A. e MEIRELLES, H.C. Cartas do Governo Brasileiro ao FMI. Disponível em [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br). Acesso em agosto de 2003.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3ª. edição. SP: Editora HUCITEC, 1999.
- SILVA, Luis Inácio Lula. Carta ao Povo Brasileiro. Junho de 2002. disponível em [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br). Acesso em setembro de 2002.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Para aprofundar este debate, ver Dias, E.F. Que fazer? A conjuntura e as nossas tarefas. In Revista Universidade e Sociedade. N. 30 junho de 2003 Brasília: ANDES- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- <sup>2</sup> A campanha Jubileu Brasil é organizada por entidades sindicais, eclesiais, camponesas e organizações não governamentais. Esses dados estão disponíveis no Boletim Auditoria Cidadã da Dívida n.08 de 23/12/2003, p.4. [www.jubileubrasil.org.br](http://www.jubileubrasil.org.br) Acesso em 06 de fevereiro de 2004.
- <sup>3</sup> Esse GT foi composto por representação da Casa Civil, da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Ciência e Tecnologia (BRASIL, GT Interministerial, 2003)
- <sup>4</sup> Essa proposta se articula à lógica que constitui o Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado por Bresser Pereira, em novembro de 1995, onde educação, cultura e ciência se inserem no setor de atividades não exclusivas do Estado. Para aprofundar esse debate, [www.planalto.gov.br/publi\\_04/colecao/plandi.htm](http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm). Acesso em 30 de março de 2003.
- <sup>5</sup> Os Relatórios de Gestão de 2000 e de 2001 elaborados pela equipe da SEED e divulgados no sítio do MEC em fevereiro de 2001 e em janeiro de 2002, respectivamente, evidenciam os princípios que norteiam o trabalho da secretaria: tecnologia a serviço da educação, autonomia dos parceiros, integração entre tecnologias e linguagens e integração entre parceiros públicos e privados para otimização de recursos (MEC/SEED, 2001).
- <sup>6</sup> A OMC foi constituída em 1995, substituindo o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1948, que só assumiu uma estrutura permanente em 1960, já que se constituiu como um acordo e não como um organismo, nos moldes do FMI e do BM.
- <sup>7</sup> Para o aprofundamento do debate sobre o NAFTA e as consequências econômicas, políticas e sociais para o México no sentido de acirramento das desigualdades sociais, ver Jakobsen e Martins (2002).
- <sup>8</sup> A Declaração de princípios: Pacto para o desenvolvimento e a prosperidade: democracia, livre comércio e desenvolvimento sustentável na Américas consta de quatro itens que serão desenvolvidos no Plano de Ação para implantação da ALCA: preservação e fortalecimento da comunidade de democracia das Américas; promoção da prosperidade mediante a integração econômica e o livre comércio; erradicação da pobreza e da discriminação do hemisfério e garantia do desenvolvimento sustentável e conservação do meio natural para as gerações futuras. Disponível no sítio do Sistema de Informação sobre Comércio Exterior do Departamento de Tecnologia da Informação da Unidade de Comércio da Organização dos Estados Americanos - [www.sice.oas.org](http://www.sice.oas.org). Acesso em 30 de março de 2004.
- <sup>9</sup> O documento da ALCA reforça as negociações multilaterais sob o comando da OMC, sustentando que a liberalização dos mercados de capitais é essencial para financiar o investimento privado, considerado elemento vital para o desenvolvimento econômico. Esta análise está apresentada no Capítulo II do citado documento.
- <sup>10</sup> Este capítulo trata do uso da energia, promovido em parceria com os setores privados; do intercâmbio de informações sobre a biodiversidade e a formulação de leis ambientais com a participação do BID, FMI, BM e OEA no financiamento e implementação dos projetos considerados prioritários.
- <sup>11</sup> Para conhecer a direção política dos movimentos que lutam contra a implantação da ALCA, analisar documentos disponíveis em [www.jubileubrasil.org.br](http://www.jubileubrasil.org.br). Acesso em Março de 2004.
- <sup>12</sup> Uma análise detalhada sobre a proposta de consolidação da “ALCA light” e as resistências dos movimentos sociais no continente estão disponíveis em [www.jubileubrasil.org.br](http://www.jubileubrasil.org.br). Acesso em Março de 2004.



# Desenvolvimento econômico nacional e direitos humanos

Fotos: StockXchng.com

## POSSIBILIDADES OU RETÓRICA?

Juliana de Jesus Grigoli  
Wolney Roberto Carvalho

**A**s transformações políticas, econômicas, sociais e culturais presenciadas na atualidade têm mostrado a insuficiência de produção intelectual nas Ciências Sociais – insuficiência cuja origem repousa nos seus desenvolvimentos teóricos desde o século XIX, caracterizados pela

compartimentalização das ciências humanas em disciplinas – no que diz respeito à proposição efetiva de melhoria nas condições de vida da população.

Tais transformações conduzem cotidianamente a um conjunto de reflexões que pouco a pouco se materializam em agendas de pesquisa social, tanto por parte de estudiosos na América Latina

como de outras partes do mundo, em especial Europa e América do Norte.

Há um diálogo, em alguns casos explícitos, entre tais pesquisadores, em torno do curso dos acontecimentos mais recentes na economia e na geopolítica mundial; ainda nesses debates nota-se uma luta política e ideológica pela hegemonia da interpretação dominante nes-



ta área de conhecimento.

Pretende-se, nesse panorama, abordar uma discussão sobre a possibilidade do desenvolvimento econômico nacional bem como a efetivação dos direitos humanos, partindo-se para tanto de uma breve contextualização histórica desses dois ícones no moderno sistema mundial capitalista. Para tanto, utilizar-se-á do arcabouço teórico desenvolvido por Immanuel Wallerstein, através do qual se pretende demonstrar como em tal sistema isto não passa de retórica.

## **A ANÁLISE DOS SISTEMAS MUNDIAIS E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL**

De acordo com Wallerstein (1999), é praticamente impossível a América Latina se desenvolver, porque o que se desenvolve não são países isoladamente, mas sim a economia-mundo capitalista. Para a compreensão desta afirmação, faz-se relevante uma breve exposição da gênese da economia-mundo capitalista para este autor.

Conforme Wallerstein (1999), existiram três formas de sistemas históricos. O primeiro sistema histórico, denominado "minissistema", é altamente homogêneo do ponto de vista cultural e governamental, de curta duração, e tem como lógica básica a reciprocidade nas trocas. Esse sistema histórico compreende a época pré-agrícola. O segundo sistema histórico é o denominado de "impérios mundiais" e, com ampla estrutura e unidade política e diversidade cultural, tem, como lógica básica, a extração tributária dos produtores diretos. É o sistema histórico predominante entre 8000 a.C. e 1500 d.C. O terceiro sistema histórico é o "sistema mundial moderno", nascido da consolidação de uma economia mundial que consegue escapar da subordinação estrutural e política dos impérios mundiais.

Se no período entre 8000 a.C. até 1500 d.C. coexistiram as três formas de sistemas históricos com predomínio dos impérios mundiais, a partir de 1500 d.C. – ainda de acordo com Wallerstein – se expande a economia mundial capitalista, que "... por sua lógica interna, [...] expandiu-se então para cobrir o globo inteiro, absorvendo nesse processo todos os minissistemas e impérios mundiais existentes. Por isso, no final do século XIX, existia pela primeira vez apenas um sistema histórico sobre o globo. E ainda hoje nos encontramos em tal situação" (1999, 460).

Assim sendo, a consolidação da economia-mundo capitalista se dá no século XVI na Europa e em algumas partes da América, expandindo-se para todo o globo depois do século XIX. Isso quer dizer que qualquer análise, no que diz respeito ao desenvolvimento das economias nacionais, deverá necessariamente levar em conta as características do sistema histórico. Mas observar as características desse sistema implica compreender que tudo passa pela mercantilização, pela transformação da força-de-trabalho, do produto do trabalho e das relações sociais em mercadorias. Tudo é transformado em capital, valor que se valoriza, que se auto-expande. Esta passa a ser a lei do sistema histórico capitalista.

Tem-se agora o surgimento da força de trabalho, e é atra-

vés dela que o capital se valoriza e acumula. Os processos produtivos – para o mesmo Wallerstein – passam a ser organizados no formato de cadeias mercantis. Através dessas cadeias é que se estabelece o mundo das trocas, suplantando-se as trocas locais, regionais.

Note-se que a divisão social do trabalho já está inserida no espaço de atuação dessas cadeias mercantis e, com o desenvolvimento do sistema histórico capitalista, ela se estende geograficamente, conferindo uma hierarquização espacial dos processos produtivos, levando com isso a uma crescente polarização entre as áreas da economia-mundo. À medida que ocorre a transnacionalidade das cadeias mercantis, eis que se estabelece a transnacionalidade da divisão do trabalho e, com ela, a troca desigual.

Assim sendo, a divisão social do trabalho, ampliada geograficamente, confere o estabelecimento de espaços mais ou menos estruturados economicamente, o que implica que as trocas intermediárias trazem subjacente a troca desigual, que pouco a pouco se expande para toda a economia-mundo. Isso, para Wallerstein (2001), é que dá ao sistema histórico capitalista uma estrutura geográfica dos fluxos econômicos denominada de centro, semi-periferia e periferia.

Parte do lucro total (ou excedente) produzido numa área transfere-se então para outra. É a relação que se estabelece entre centro e periferia. Podemos chamar a área perdedora de "periferia" e a área ganhadora de "centro", nomes que na verdade refletem a estrutura geográfica dos fluxos econômicos (WALLERSTEIN, 2001, 30).

Será através dessa troca desigual que as regiões denominadas centrais encontram o principal mecanismo para se apropriarem de parcela maior do produto excedente total (lucro total), o que confere a elas a possibilidade de ampliar ainda mais a acumulação de capital, pois aumentam as quantidades de recursos disponíveis destinadas à busca de novas tecnologias, permitindo aos produtores centrais ganhos de produtividade e, con-

seqüentemente, vantagens competitivas maiores, reforçando com isso o mecanismo já estabelecido da troca desigual na economia-mundo. Além disso, a transferência de parte do produto excedente da periferia e semi-periferia para as regiões centrais permite o estabelecimento de estruturas estatais, política e militarmente fortes, sempre necessárias para a manutenção da estrutura orgânica e geográfica dos fluxos econômicos do sistema histórico capitalista.

Estabelece-se a necessidade de uma permanente coação dos estados centrais em relação aos semi-periféricos e periféricos, no que diz respeito à promoção e ao estabelecimento de tarefas inferiores dentro das diversas cadeias mercantis mundiais.

Uma vez estabelecida a estrutura centro, semi-periferia e periferia, no espaço da economia-mundo, apresentam-se os problemas de valorização do capital. Dentre eles, os mais importantes na análise de Wallerstein (2001) referem-se aos custos com a força-de-trabalho e aos custos de transação.

Nessa perspectiva, o que se observa é que nos países do centro da economia-mundo capitalista a grande maioria da força de trabalho é proletarizada, ou seja, a estrutura familiar

## **A troca desigual garante que os Estados centrais se apropriem do lucro total**



é composta quase que na sua totalidade de trabalhadores, que por sua vez vendem sua força-de-trabalho em troca de salários para poderem subsistir. Isso quer dizer que a margem para a diminuição do principal custo dos produtores intermediários nas regiões ou países centrais é extremamente reduzida, razão pela qual as estruturas estatais devem atuar no sentido de manter parte dos trabalhadores em estruturas semi-proletárias com o intuito de amenizar os problemas de maximização dos lucros. Portanto,

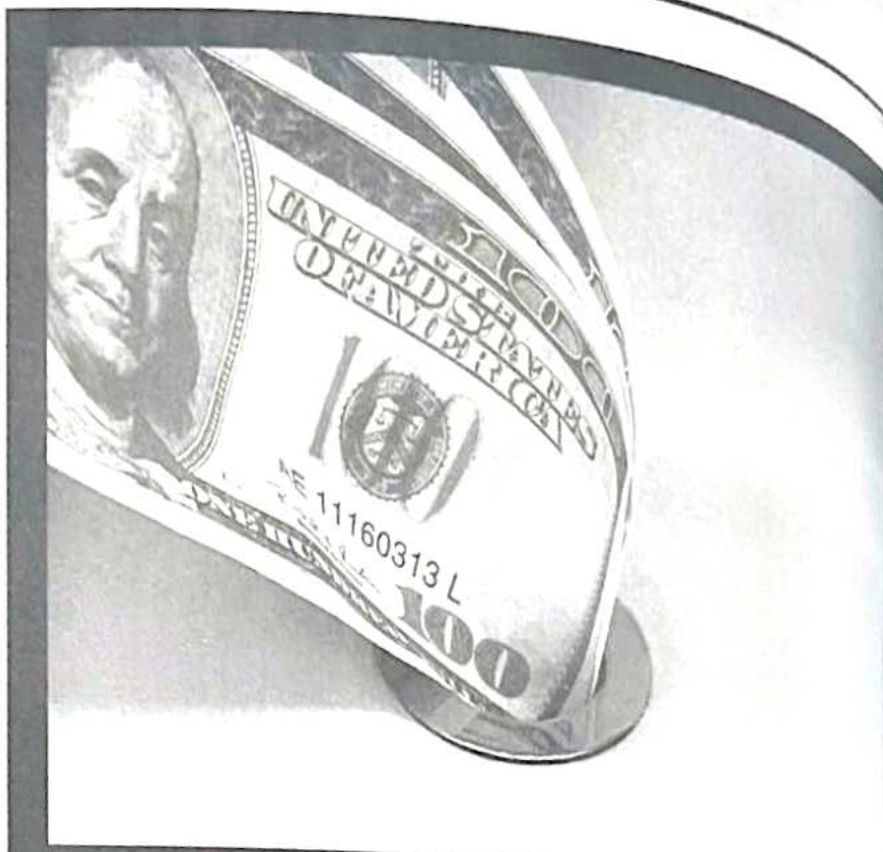
Os Estados controlaram as relações de produção. Primeiro legalizaram, depois proibiram formas particulares de trabalho forçado (escravidão, tarefas públicas obrigatórias, contratos de serviço em país colonial etc.) Criaram regras para as relações de trabalho assalariado, incluindo garantias contratuais e obrigações recíprocas, mínimas e máximas. Decretaram limites para a mobilidade geográfica da força de trabalho, não só através das fronteiras mas também dentro delas. Todas essas decisões estatais tiveram implicações econômicas para a acumulação de capital. (WALLERSTEIN, 2001, 45)

No entanto, dificuldades para a valorização do capital inevitavelmente surgem, e com elas se estabelece a necessidade de rearranjos nas cadeias produtivas, de diminuição de custos e de busca de espaços onde a força-de-trabalho ou os custos de transação se mostrem mais vantajosos aos capitalistas.

Segundo Wallerstein (1999), há 500 anos os capitalistas deslocam seus centros produtivos para as mais diversas regiões da economia-mundo capitalista como forma de reduzir os custos de transação ou da força de trabalho. Isto implica que ora estão preocupados com os custos de transação e concentram as principais atividades produtivas em regiões que aglomeram trabalhadores, grandes centros comerciais e financeiros, são de fácil escoamento das mercadorias e serviços – essa fase ou período é que compreende, segundo Wallerstein (1999), a fase A do ciclo de Kondratieff –, ora preocupando-se com o elevado custo da força de trabalho e buscando dispersar as atividades produtivas para regiões onde as unidades domiciliares são na sua maioria semi-proletárias ou até mesmo não proletárias – a fase B de Kondratieff.

O que se pode inferir dessa análise do sistema histórico capitalista proposto por Wallerstein? Em primeiro lugar pode-se fazer um questionamento: que tipo de desenvolvimento ocorre no sistema histórico capitalista, dado que sua lei máxima é a acumulação de capital?

O desenvolvimento em hipótese alguma poderá ser sustentável e contemplar os direitos humanos, pois como conciliar aumento da renda per capita, desconcentração de renda, melhoria nos indicadores sociais e ambientais, se a valorização do capital é o pressuposto fundante do sistema histórico



*Como o desenvolvimento pode ser sustentável e contemplar os direitos humanos se a valorização do capital é pressuposto básico do capitalismo?*

capitalista? Assim sendo, o desenvolvimento econômico nacional é possível, ou não passa de pura retórica?

Conforme Wallerstein (2002), em primeiro lugar é importante perceber que, durante o século XX, estabeleceu-se um debate sobre a autodeterminação dos povos, no qual tanto o governo estadunidense, através de Woodrow Wilson (que resgatou as teorias liberais do século XIX), e o governo bolchevique, através de Lênin, passam a realizar campanhas para uma participação efetiva dos povos no processo de independentização e maior participação política. A isso se alia – na campanha de ambos os expoentes da autodeterminação – o paradigma do desenvolvimento como um meio para aumentar a riqueza das nações. Pode-se evidenciar isso já nos anos 30 na URSS, quando se pretendia acelerar a industrialização.

Mas o apelo ao paradigma desenvolvimentista toma força a partir de 1945 quando, após a Segunda Grande Guerra, a Europa e o Japão são rapidamente reconstruídos, dando sinal de que o atraso poderia ser superado em qualquer espaço geográfico mundial. Na academia surgia, nos anos 50, o paradigma liberal do desenvolvimento, e nos anos 60 surgiu o paradigma do independentismo, o que, segundo Wallerstein (2002), se traduzia como um ressurgimento da autodeterminação wilsoniana-leninista. Assim, entre 1945 e 1970, o desenvolvimento econômico apresentava-se como o norteador dos agentes econômicos, e todos buscavam o aumento do Produto e da renda *per capita*.

Eis que surge maio de 68 que, segundo Wallerstein (2002) representou nada mais nada menos que um protesto contra a

## Há 500 anos, os capitalistas deslocam a produção para reduzir custos



velha esquerda no Ocidente, o comunismo no Leste e os movimentos populistas e de libertação nacional no Sul. Os esforços anti-sistêmicos, como os de Cuba e Coréia em 59, Vietnã em 68, a Revolução Cultural na China, representaram o auge da ideologia liberal, que a partir de então fracassara, juntamente com a velha esquerda. Se a partir de 1848, com a instituição da República Constitucional francesa, a ideologia liberal se mostrara viável e era a ideologia dominante, por sua vez, nos anos 1960, demonstrava que não poderia estender as benesses do sistema histórico capitalista para todos.

Os protestos mostravam que, mesmo com os governos ditos da (velha) esquerda, a igualdade entre os seres humanos não se estabeleceu, o que de fato se ratifica a partir dos anos 1970 e 1980, quando os países da América Latina, África e parte da Ásia passam por enormes dificuldades econômicas, sociais e políticas, evidenciando a ilusão do desenvolvimento. É o fim da proposta wilsoniana-leninista, e é o fim do modelo de libertação e democratização individual, bem como se apresenta a impossibilidade da instituição da soberania dos povos acompanhada pela proposta de desenvolvimento econômico nacional. O modelo desenvolvimentista é destruído definitivamente com os choques do petróleo nos anos 70 e com a crise do endividamento da periferia e semi-periferia nos anos 80.

Note-se que isso - de acordo com Wallerstein - é ratificado em 1989, com a queda do muro de Berlim. O que se apresenta no momento é apenas um tipo de ideologia, ou seja, nada mais do que aquela que ruína no final dos anos 60. Não há mais a crença na possibilidade do desenvolvimento nos moldes socialistas da URSS. E por que deveria haver nos moldes propostos pelos arautos do novo liberalismo?

## Se não há crença no modelo socialista, por que acreditar no novo liberalismo?

Basta perceber que a estrutura geográfica dos fluxos econômicos na economia-mundo capitalista funciona desde 1500, e que desde então poucos foram os países que ascenderam da condição de periferia ou semi-periferia à de centro no sistema histórico capitalista.

Tal afirmativa pode ser ratificada pela análise empírica de Arrighi e Drangel em 1986. Utilizando os dados populacionais e o log do PIB per capita de 93 países no período compreendido entre 1938 e 1983, que lhes permitiu a definição do grau de riqueza nacional, os autores constatarem que só excepcionalmente ocorre alguma mobilidade desses países entre as zonas da estrutura sistêmica capitalista apresentada por Wallerstein (1974). Apenas Itália e Japão ascenderam da condição de semi-periferia para centro; Coréia do Sul e Taiwan de periferia para semi-periferia; e, por último, Gana, que descendeu da condição de semi-periferia à de periferia (ARRIGHI, 1997, 224).

## OS DIREITOS HUMANOS NO MODERNO SISTEMA MUNDO

O tema sobre os direitos humanos mostra-se, na atualidade, como um dos principais motes de qualquer Estado nacional que se pretenda democrático. No entanto, observa-se que essa temática se apresenta em geral dissociada de uma análise da estrutura da economia mundo capitalista, ou seja, dissociada das formulações políticas, ideológicas e econômicas que norteiam o moderno sistema mundo.

Como se viu anteriormente, o desenvolvimento econômico nacional não poderá ser implementado a partir de uma racionalidade social liberal voltada para o ganho pecuniário. A partir disso, resta-nos saber se a efetivação dos direitos humanos, ou seja, da liberdade e da igualdade plena, se con-



A Liberdade conduzindo o povo as barricadas, Eugène Delacroix



figuram como uma possibilidade palpável.

Nesse sentido, abordar a questão dos direitos humanos é também discutir o projeto civilizatório da humanidade. Na atualidade, porém, percebe-se que esse processo civilizatório assenta-se numa racionalidade baseada em pressupostos da modernidade de relações sociais desiguais e hierárquicas. Assim sendo, o norte da crítica ao moderno sistema mundo pode ser constatado observando-se as diversas faces do liberalismo, bem como a importância do componente ideológico deste para a difusão de uma cultura<sup>1</sup> que tem como valores implícitos a desigualdade social, o individualismo, o consumismo, a competitividade e, acima de tudo, uma lógica racional no que diz respeito à produção do lucro.

Para Wallerstein (2002), os direitos humanos são parte constitutiva dessa construção cultural da modernidade, de uma geocultura do moderno sistema internacional e, portanto, concorrem em grande medida para a perpetuação de uma dinâmica social, política e econômica contraditória.

Na visão do autor, uma das mais evidentes contradições está na fusão de um projeto político que objetiva a liberdade e a igualdade entre os seres humanos e um projeto econômico fundamentado no antagonismo de classes.

Contudo, a temática sobre os direitos humanos ampara-se tanto no Estado moderno como no Direito moderno. Note-se que, de acordo com Wallerstein (2001), o Estado moderno no modo de produção capitalista personifica o próprio capitalismo, pois ora atua como agente político, criando os meios repressivos e apaziguadores necessários para o bom andamento da pax social, da ordem e do progresso, ora como agente econômico, criando para tanto a estrutura e infraestrutura necessárias para o bom funcionamento do moderno sistema produtor de mercadorias.

## O debate sobre direitos humanos evidencia os limites do sistema capitalista

O direito moderno, por sua vez, surge para regulamentar os contratos e as relações sociais mercantilizadas e, acima de tudo, para garantir o direito à propriedade.

Nesse sentido, a Declaração do Homem e do Cidadão, de 1789, significa para Wallerstein um marco para a instauração de uma geocultura fundamentada nos conceitos de liberdade e igualdade. Os homens passam a ser livres e detentores do poder de vender sua força de trabalho, vindo a constituir um cenário político favorável à instauração do modo de produção capitalista.

Constata-se assim que tanto o Estado moderno quanto o Direito moderno traduzem-se como condição e pressuposto do moderno sistema mundo. Nessa direção, o debate sobre os direitos humanos pode ser interpretado como uma categoria de análise contraditória, pois reflete e evidencia os limites do sistema mundo capitalista, no sentido de deixar clara a impossibilidade do estabelecimento de uma liberdade e de uma equalização social, impossibilidade decorrente da forma como se estabeleceram as relações de produção, as relações entre o Estado e a sociedade civil (os trabalhadores) e por fim as relações sociais no âmbito geral.

Dessa maneira, avaliar o cumprimento dos direitos humanos é evidenciar ainda mais a falácia do sistema mundo capitalista e do projeto civilizatório da modernidade, criados a partir de uma concepção de mundo racional e científica, baseada nos pressupostos do positivismo e do liberalismo.

## UM BALANÇO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Como se viu anteriormente através do arcabouço teórico wallersteiniano, os direitos humanos estão estritamente associados à estrutura da economia mundo capitalista. Ao analisar os dados sobre a efetivação dos direitos humanos no Brasil durante a década de 1990, isso poderá ser constatado na observação de alguns dados sobre os direitos sociais.

### O DIREITO À SAÚDE

De acordo com os dados extraídos da Revista *Derechos Económicos, Sociales y Culturales* (BRIGNARDELLO, 2000), o Brasil está longe de cumprir com as metas estabelecidas para a área da saúde.

Segundo a Constituição Federal brasileira de 1988, toda pessoa tem o direito de desfrutar do mais alto nível de saúde física e mental. Dado isso, o Brasil se comprometeu internacionalmente a:

- a) reduzir a mortalidade infantil e garantir o desenvolvimento sadio das crianças;
- b) melhorar em todos os aspectos a higiene no ambiente de trabalho e do meio ambiente;
- c) prevenir e tratar as enfermidades epidêmicas, endêmicas.

Tomando como parâmetro as metas estabelecidas acima, é possível realizar uma breve análise sobre a saúde no Brasil. Após 1995 o Brasil é considerado, comparativamente a ou-



*De acordo com relatório da Unicef de 1999, Brasil se iguala ao Vietnã no 105º lugar no ranking de mortes até os 5 anos de idade*



tros países latino-americanos, detentor de um Índice de Desenvolvimento Humano médio alto. Uma análise do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, entretanto, mostra limitações. Nos últimos treze anos, verifica-se uma redução constante no gasto em saúde. Em 1990, esse gasto chegou a 20 bilhões de reais. Em 1999, passou a 770 milhões de reais, e a previsão para o século XXI era de uma redução ainda maior.

Outros indicadores revelam a dificuldade que o setor da saúde pública vem enfrentando. Em 1997, observa-se que a taxa de mortalidade infantil em nível nacional foi de 37,4 óbitos por 1000 nascimentos. Os registros revelam que os maiores índices de mortalidade infantil concentram-se na Região Norte, com uma taxa de 36 óbitos por 1000, e na Região Nordeste, com uma taxa de 58,3 óbitos.

De acordo com o Relatório Anual da UNICEF, Situação Mundial da Infância, editado em 1999, o Brasil ocupa o 105º lugar e se iguala ao Vietnã no ranking de mortes até os 5 anos de idade. Segundo o Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2001), "42 crianças morrem antes de completar os 5 anos para cada 1000 nascidas vivas. Em 98, morriam 44 para 1000 nascidos no Brasil."

Um dos principais fatores que contribuíram para esse alto índice de mortalidade infantil é a precariedade do saneamento básico, que atinge diretamente a saúde da população, principalmente a de crianças e idosos. Na década de 1990, 76% da população brasileira possuíam abastecimento de água; entretanto, na Região Nordeste esse número era de 61%, e na Região Norte, de 41%.

## O DIREITO À ALIMENTAÇÃO

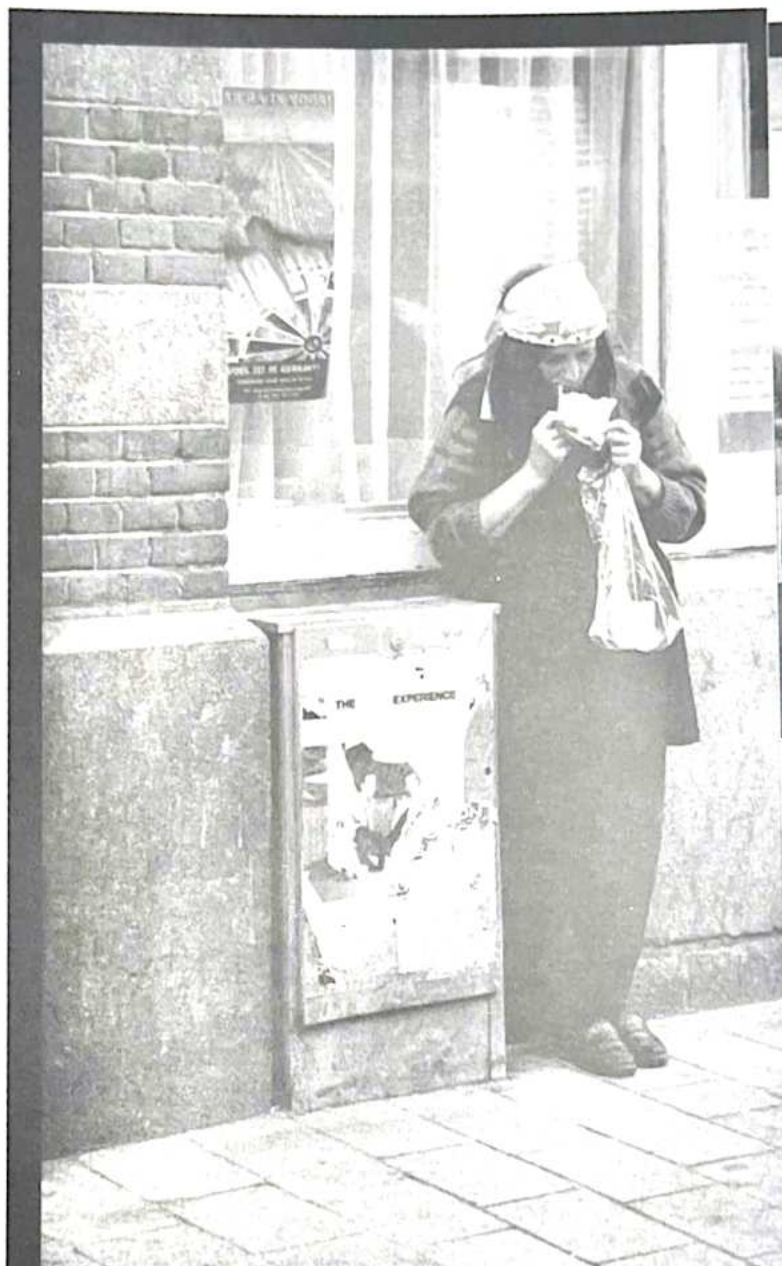
O Brasil reconhece o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si e sua família, incluindo alimentação e vestimenta, assim como uma melhora contínua das condições de existência.

No entanto, na observação dos dados da realidade brasileira - de acordo com a revista *Veja* (Jan/2002) -, o Brasil possuía já naquele período 54 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, sendo que, destas, 30 milhões viviam com uma renda mensal de aproximadamente R\$ 80,00 (ou seja, aproximadamente US\$ 1 por dia, cotado em dez/2001) e outras 24 milhões viviam em miséria extrema, ou seja, não tinham acesso às 2000 calorias cotidianamente necessárias.

Note-se que o direito à alimentação no Brasil envolve, entre outros assuntos e de maneira especial, o debate sobre a situação da agricultura e a questão da reforma agrária. Ao observar as ações do Estado brasileiro, percebe-se que o problema sobre a distribuição de terras e a reforma agrária continua pendente. O acesso à terra é, para muitas famílias rurais, um sonho a ser alcançado. De acordo com Safatle & Pardini (2004), o Brasil possui 3,6 milhões de famílias rurais vivendo com até US\$ 1 por dia, ou seja, em situação miserável.

Esse aumento da pobreza no campo afeta diretamente o quadro da desigualdade social e evidencia a insuficiência de políticas de reforma agrária e de políticas públicas direcionadas exclusivamente para o campo.

Nesse sentido, percebe-se que a política de financiamento para produtores agrícolas tem como objetivo financiar o cul-



*Em dezembro de 2001, 54 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza, sendo 30 milhões com uma renda mensal de cerca de R\$ 80,00*

tivo de alimentos que são comercializáveis no mercado internacional. As melhores terras destinam-se à monocultura de cultivos para a exportação, como cana, café, algodão, soja e laranja. Ao mesmo tempo, 32 milhões de pessoas passam fome no país e outras 65 milhões alimentam-se de forma precária.

Tal colocação se confirma mais uma vez através do estudo feito por Safatle e Pardini quando da entrevista com Bernardo Mançano (professor da USP) e John Wilkinson (Professor da UFRJ):

[...] a título de comparação, só os recursos liberados pelo Banco do Brasil a dez grandes empresas do setor - entre as quais Aracruz, Cargil, Bunge, ADM e Nestlé -, de R\$ 4,349 bilhões, quase atingiram o montante aplicado à agricultura camponesa no Plano





*A economia mundial capitalista está historicamente centrada no antagonismo de classes: de um lado o trabalhador, do outro o patrão*

Safra 2003/2004, de R\$ 4,5 bilhões. (*CartaCapital*, 2004, p.44)

Assim sendo, os incentivos ao pequeno produtor, que destina sua produção ao mercado interno, fica reduzido. Vale ressaltar que, para Safatle & Pardini (2004), citando dados da Secretaria de Agricultura Familiar, essas pequenas propriedades ofertam atualmente “67% do feijão consumido no País, 58% da carne suína, 54% do leite e 49% do milho. E ocupa cerca de 70% da mão-de-obra no campo” (*CartaCapital*, 2004, p.44). Além disso, a falta de subsídio e facilidades por parte do Estado fazem com que os preços dos alimentos aumentem, tornando-os inacessíveis para grande parte da população brasileira.

Portanto, é possível observar que o Estado brasileiro está muito distante de uma atuação satisfatória no que diz respeito à erradicação da fome.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu, uma análise sobre o desenvolvimento econômico deverá necessariamente estar amparada na história do moderno sistema mundo e, mais do que isso, só poderá ser bem sucedida se levar em conta a natureza estrutural da economia mundo capitalista. Dessa forma, pode-se constatar

que o desenvolvimento econômico não passa de retórica, pois os Estados nacionais estão inseridos numa estrutura orgânica e global definida como centro, semi-periferia e periferia. Neste sentido, e como se ressaltou anteriormente, apenas dois países ascenderam à condição de centro da economia mundo capitalista nos últimos 50 anos – Itália e Japão –, o que deixa clara a impossibilidade dos países semi-periféricos e periféricos adquirirem um padrão de riqueza e desenvolvimento humano semelhante aos países do centro do sistema.

É importante perceber, além disso, que a economia mundo capitalista está historicamente fundamentada no antagonismo de classes, ou seja, de um lado o trabalhador e de outro o capitalista. Essa relação de dominação na qual se funda esse sistema histórico demonstra a impossibilidade de efetivação dos princípios de liberdade e igualdade social tal como preconizam os direitos humanos.

Assim sendo, constata-se que, uma vez ratificada a impossibilidade do desenvolvimento econômico nacional, a efetivação dos direitos humanos se apresenta igualmente como retórica. Foi isso que se verificou no tratamento dos dados de alguns dos direitos sociais acima expostos, e que se confirma nas atuais políticas de desenvolvimento e inclusão social propostas pelo Governo Lula.

A política do governo atual segue no mesmo sentido da adotada pelo governo de FHC, reiterando e assumindo mais

# O governo Lula tende a efetivar uma prática social-liberal como FHC



acordos com instituições financeiras internacionais e estadunidenses. Os acordos mais evidentes são os feitos com o Fundo Monetário Internacional - FMI. Assim sendo, entende-se que o governo Lula busca efetivar uma prática que pode ser denominada como social-liberal, que consiste em algumas reformas do Estado nacional brasileiro através da implementação de políticas sociais destinadas a abafar o aumento da pobreza e da miséria. Isso se confirma na Carta de Intenções assinada pelo Governo Lula com o FMI em 28 de fevereiro de 2003.

Ao analisar o documento divulgado pelo governo Lula em abril de 2003, intitulado "Política Econômica e Reformas Estruturais" (GOVERNO, 2003), percebe-se que não é de interesse do governo realizar mudanças bruscas na economia. O que está sugerido é um crescimento e promoção da "inclusão social", de acordo com a linha do governo anterior. As prioridades para o atual governo são as reformas que vinham sendo elaboradas pelo governo FHC ou por intelectuais e instituições que sempre o apoiaram. Na introdução desse documento, na parte "A Política Macroeconômica", ficam evidentes os compromissos assumidos pelo governo Lula:

O governo tem como primeiro compromisso da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas. [...] O compromisso do nosso governo é diminuir o endividamento [público] em proporção ao PIB, nos próximos quatro anos. (GOVERNO, 2003)

Na carta de resultados enviada ao FMI pelo Ministro da Fazenda Antonio Palocci e pelo Presidente do Banco Central Henrique Meireles, em agosto de 2003, evidencia-se ainda

mais o que foi proposto no documento indicado acima:

A legislação para os fundos de previdência complementar do setor público foi incorporada na própria reforma da previdência. Prevemos que a reforma estará concluída no final do ano, quando caminharemos a legislação para a criação dos referidos fundos dos servidores civis, como estipulado no parâmetro estrutural acordado no começo deste ano. [...] Apesar de sua importância, a venda dos bancos federalizados avançou mais lentamente do que o previsto, em função, principalmente, de questões legais. Contudo, temos expectativa de um avanço significativo deste tema até o final do ano, com a conclusão de nova rodada de avaliações para a determinação do preço mínimo de venda e por isso propomos atualizar o parâmetro para o fim de setembro. (CARTA, 2003)

Finalmente, se a análise sobre a história do moderno sistema mundo capitalista evidencia a impossibilidade de efetivação dos projetos nacionais desenvolvimentistas, bem como dos direitos humanos elementares – alimentação, habitação, educação e saúde –, relegando para um plano secundário a produção da vida, fica cada vez mais visível a importância dos movimentos sociais organizados, e através deles, a construção de espaços que buscam debater seriamente caminhos alternativos para a efetivação dos direitos humanos. Essa é a primeira grande tarefa que nos é apresentada.

**Juliana Grigoli é graduada em Ciências Sociais e mestre em Sociologia Política pela UFSC.**

**Wolney Carvalho é economista, mestre em Economia e doutorando em Sociologia Política na UFSC.**

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. "A ilusão desenvolvimentista: uma reconceitualização da semiperiferia". In: ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. – 2a ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pp. 207-252.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 13a edição, Atlas Editora. São Paulo, 1988.
- BRIGNARDELLO, J. Hugo Rodríguez (org.). *Derechos Económicos, Sociales y Culturales: balance em siete países Latinoamericanos*. Lima, Peru: Editora: Squema, 2000.
- CARTA de Antonio Palocci (Ministro da Fazenda) e Henrique Meirelles (Presidente do Banco Central do Brasil) à Diretoria Executiva do FMI. Brasília, 2003. Disponível em: [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br). Acesso em: 30 set. 2003.
- RELATÓRIO Anual da UNICEF - 1999. Disponível em [www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br).
- RELATÓRIO Anual do Centro de Justiça Global - Direitos Humanos no Brasil 2000. Disponível em: [www.global.org.br](http://www.global.org.br). Acesso em julho de 2004.
- RELATÓRIO da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, elaborado em parceria com a Global Exchange. *Direitos Humanos no Brasil*, 2001.
- SAFATLE & PARDINI. *Grãos na Balança*. Carta Capital. setembro de 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "A reestruturação capitalista e o sistema-mundo". In: GENTILLI, Pablo (Org.). *Globalização excludente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "Análise dos sistemas mundiais". In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp. 447-470.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

## NOTAS

<sup>1</sup> Para Wallerstein, cultura é o conjunto de valores e regras básicas que, de forma consciente e inconsciente, regem a retribuição dentro do sistema e criam um conjunto de ilusões que tende a introduzir seus membros a aceitarem a sua legitimidade.



# Crônicas de uma democracia difícil

## DISPUTA POLÍTICA E ESCOLHA ELEITORAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Remy José Fontana

O labor crítico do historiador Waldir Rampinelli e seu arguto senso de oportunidade nos entregam, às vésperas da posse do novo reitor da UFSC, uma combativa coletânea de 9 ensaios, reunindo 14 autores.<sup>1</sup> Seu tema central é o processo eleitoral de novembro de

2003, que assegurou o continuísmo - segundo a visão crítica que adota-, ou a continuidade - segundo a versão "oficial"-, político-administrativa da mais importante e respeitada instituição universitária de Santa Catarina. Mas há também reflexões e análises sobre temas mais abrangentes relativos aos destinos da universidade pública brasilei-

ra, num momento particularmente preocupante, em que projetos de inspiração algo sinistra ameaçam transformá-la num apêndice de interesses particularistas, ferindo-a profundamente.

Os autores delineiam um painel amplo do entorno político, institucional e acadêmico de práticas recorrentes, melhor seria dizer entranhadas, que de-



Fotos:  
Giovani André



nunciam os limites da democracia interna na instituição universitária. Evidenciam-se deformações dos mecanismos representativos, ainda parasitados por vícios do clientelismo, da intimidação, da manipulação, da força de esquemas espúrios, do abuso de poder e da pressão econômica, tais como os encontráveis no processo político nacional, que nos fazem cidadãos de uma democracia rasteira.

Se é certo que, apesar da força do atraso, as lutas sociais e políticas do povo brasileiro já produziram algumas conquistas civilizatórias e democráticas, estruturas de opressão, exploração e manipulação continuam a se impor, desgraçando vidas de muitos e restringindo horizontes de quase todos.

*O Preço do Voto* é um título que antecipa ou sugere que os pressupostos de uma eleição - a de ser a expressão livre de uma escolha bem informada, que se manifesta num ambiente livre de coações, sejam de caráter funcional, financeiro, psicológico ou de qualquer outra natureza por parte de quem detém posições de poder sobre o corpo de eleitores - não teriam sido seguidos em graus adequados para conferir plena legitimidade ao resultado das urnas, *et pour cause* à própria gestão que se instaurou na UFSC em maio de 2004.

Estamos, pois, diante de um forte questionamento político, que é solicitado a apresentar suas evidências. Essas, com efeito, aparecem, com graus variáveis de consistência, nas contribuições dos vários autores. No entanto, suas demonstrações carecem de comprovações nos termos da processualística jurídica, situando-se antes no campo das constatações empíricas sobre práticas duvidosas, num empenhado monitoramento do processo eleitoral ou em inferências e deduções das quais resultam percucientes análises do seu desenrolar. Como eleições não são primordialmente um fato jurídico, mas um mecanismo político, as evidências produzidas da forma indicada adquirem uma certa validade e, se bem qualificadas, produzem importantes desdobramentos políticos. Este parece ser, em parte, o caso em tela.

A despeito de algumas contribuições desta coletânea poderem ser catalogadas como ensaios acadêmicos, a maioria poderia melhor inscrever-se sob a rubrica de crônicas, gênero literário (e algo jornalístico), em que se anotam fatos, registram-se impressões, apreciam-se eventos sob um ponto de vista pessoal. No caso deste livro, estamos especificamente diante de crônicas políticas, em que protagonistas diretos da recente eleição para reitor da UFSC descrevem o processo, contextualizam-no, avaliam-no e, finalmente, o denunciam. São textos engajados, indignados, um tanto desesperançados, não apenas com o evento diretamente comentado, as eleições na UFSC e seus desdobramentos imediatos, mas também com os prospectos do aperfeiçoamento democrático no interior da instituição, e mais além.

O que vincula os escritos, além da problemática comum, qual seja, o questionamento da plena legitimidade dos pleitos universitários sob as atuais regras do jogo e sob o domínio de práticas políticas pouco recomendáveis, é uma funda preocupação em planejar uma instituição universitária que



*O livro O Preço do Voto analisa a disputa eleitoral para a Reitoria da UFSC em 2004 sob a ótica da oposição*

não abdique de sua natureza pública, que seja autônoma quanto aos fundamentos de sua condição, democrática em seus arranjos internos, comprometida com parâmetros de mérito acadêmico e aberta a uma interação dinâmica e plural com a sociedade.

Os ensaios e crônicas expressam abertamente, como indicado acima, os alinhamentos políticos e compromissos universitários de seus autores, engajados nas hostes oposicionistas à administração anterior (1996-2004) e à atual administrações da UFSC. Obviamente que esta não só é uma opção legítima, como também não impugna a qualidade de seus escritos, apenas os situam numa zona difusa que combina uma crônica informada política e ideologicamente e uma análise mais comprometida com os rigores de uma investigação propriamente científica.

O posicionamento dos que escrevem este livro alinha-se com o movimento de base democrática que vem gestando, desde meados dos anos 1970, um projeto universitário que já conquistou importantes vitórias e contribuiu notavelmente para tornar a UFSC mais respeitada pela sociedade e mais reconhecida pela comunidade científica nacional. Esta coletânea, transcendendo seu tema imediato, insere-se, pois, num campo de luta em que seus autores engrossam as fileiras dos que resistem à destruição privatista da universidade pública, segundo os ditames das agências do capitalismo internacionalizado e financeirizado.

Escorados em falácias, manipulação de índices e numa concepção de responsabilidade social mistificadora, induzida pelo pensamento hegemônico neoliberal, os governos recentes, e o atual de Luiz Inácio Lula da Silva, pretendem moldar a universidade aos requerimentos do mercado, despojando-a de seu caráter universalístico, privando-a de sua independência científica, extirpando-lhe a dignidade intrín-

## Os autores engrossam as fileiras dos que resistem à fúria privatista



seca ao conhecimento, prostrando-a finalmente aos ditames dos "senhores da terra", isto é, ao implacável domínio do capital.

O prefácio, assinado por Roberto Romano, da UNICAMP, baliza o terreno ético-científico sob o qual se assenta a vida universitária e estabelece os atributos democrático-republicanos de seu entorno e de suas mútuas relações.

O ensaio de Waldir Rampinelli, "*Máscaras de uma eleição*", que abre a coletânea, dá o tom para os demais, ao fazer um relato por dentro da campanha eleitoral, a partir de sua condição de coordenador-geral da Chapa 1 Nildo/Alckmar – Saber Mudar.



*Comitê de Campanha da candidatura Nildo e Alckmar à Reitoria da UFSC, derrotada no segundo turno da eleição, em dezembro de 2003*

Posso imaginar os arautos de certo parâmetro de cientificidade escarnecendo desta condição de Rampinelli, impugando-lhe uma necessária isenção, o que comprometeria sua análise. Não preciso aqui me deter neste argumento, de fundo positivista, já suficientemente refutado. Toda elaboração de conhecimento ou qualquer ponto de vista do senso comum são produzidos ou enunciados a partir de uma posição socialmente determinada. A questão está em discernir aqueles, como Rampinelli, que assumem seus pressupostos e os tornam explícitos, movendo-se no terreno da integridade intelectual, daqueles que os mascaram sob a capa

rota de uma suposta isenção ou de uma impossível neutralidade. Assim, de dentro do processo como protagonista, Rampinelli nos traz um depoimento vivo, mas, como pesquisador experiente, disso produz uma análise *in fieri* rica em detalhes e referenciada por um contexto ameaçador à universidade pública, que o tem como um defensor qualificado e destemido.

Pedro Antônio Vieira é o autor da segunda contribuição "*A armadilha das urnas: 20 anos de eleições diretas e de continuísmo na UFSC*". Aqui se realiza uma retrospectiva das disputas sucessórias na UFSC e de sua própria história enquanto instituição, de alguns de seus personagens e de suas ações, muito útil ao estabelecimento de parâmetros para avaliar o quanto teria avançado sua democracia interna. O balanço delineado, quanto ao aperfeiçoamento das práticas políticas, dos modos de gestão e das formas de exercício do poder acadêmico, não é muito animador. Como o demonstra Vieira, o continuísmo de extração oligárquica vem predominando no comando da UFSC, tendo se acomodado por afinidade ideológica conservadora com o ciclo autoritário-militar, da mesma maneira que agora se transmuta em democrático no ciclo civil-liberal em curso. É sem dúvida um caso exitoso de *aggiornamento* de esquemas de poder e de grupos dominantes.

O perfil político-administrativo de Rodolfo Pinto da Luz, reitor em três distintos períodos, esboçado por Pedro Vieira, é suficientemente ilustrativo para corroborar sua análise. O autor fica nos dando igual tratamento ao reitor que o sucede. Lúcio Botelho, reitor eleito que tomou posse em maio de 2004, tendo sido vice-reitor nas duas gestões anteriores, tem uma trajetória bastante distinta, ao menos até o início dos anos 1990, dos grupos conservadores tradicionais criticados por Vieira. Seria bastante relevante para compreender os destinos de curto e médio prazo da UFSC se o autor investigasse como, e em torno de que projetos e compromissos, deu-se o encontro de Lúcio, originalmente identificado com valores, práticas e lutas sociais nitidamente progressistas, com os setores tradicionais da UFSC. Entender as inflexões políticas e ideológicas do novo reitor poderia projetar alguma luz sobre as perspectivas de sua gestão.

"*Uma imagem – Mil palavras*", de Gleicy de Cássia Borges Rampinelli e Giovani André da Silva, dá sequência à coletânea. Sua contribuição situa-se no âmbito do *marketing* eleitoral e da criação publicitária da campanha à reitoria da Chapa 1, Saber Mudar, na qual foram respectivamente coordenadora de *marketing* e responsável pela criação gráfica. Como escrevem, dado que as eleições na UFSC se resolvem em geral no primeiro turno, sua tarefa consistia em quebrar esse paradigma, numa contenda em que se percebiam enquadrados no modelo "Davi contra Goliás". Seu

## O continuísmo de extração oligárquica predomina no comando da UFSC





estudo é um detalhamento do êxito de suas estratégias, uma vez que sua candidatura passa ao segundo turno, para a surpresa de muitos.

No texto *"Quando a comunicação simula liberdade"*, Raquel Moysés, outra participante da coordenação da campanha da Chapa Saber Mudar, jornalista, educadora e responsável por alguns projetos inovadores de jornalismo popular e de "libertação da palavra", desvenda os meandros da normalidade que cadencia os enunciados e registros comunicativos no aprazível campus da UFSC, particularmente no período eleitoral e imediatamente após; normalidade que entretém suspeitíssimas relações com o conceito (e a prática) de simulacro. Raquel procura demonstrar a deterioração das práticas que fazem, e dos espaços em que ocorrem, a comunicação pública na UFSC que se torna, como no âmbito da sociedade, uma informação-mercadoria a serviço de um condicionamento sutil de mentalidades, em detrimento do esclarecimento e do enriquecimento do debate democrático, supostamente atribuição precípua da mídia.

*"O voto universal – conservadorismo ou radicalidade?"*, de Elaine Tavares, jornalista, educadora popular e igualmente participante da coordenação de campanha da Chapa Saber Mudar, dá sequência à análise da sucessão reitoral de 2003. Seu escrito se dá sob o signo do "martelo encantado do romantismo revolucionário", nos termos da bela epígrafe de Michel Lowy. No entanto, seus argumentos são polêmicos, suas teses discutíveis e algo frágeis, como a de que só a partir dos estudantes (seres ainda incontaminados, prenhos de rebeldia) poder-se-ia redimir a universidade de suas mazelas administrativas, de seu autoritarismo ou de sua insuficiência acadêmica. Sua crença nas maravilhas do voto universal, mesmo sob a rubrica crítica de ser apenas "um passo adiante", que lamenta não ver presidindo as eleições universitárias, é um tanto reducionista das complexidades da política moderna, do funcionamento das instituições ou do deslocamento dos eixos do poder burguês.

Ao problematizar o método de escolha eleitoral e posicionar-se a favor do voto direto universal no âmbito interno da instituição universitária (tese cara ao MAI – Movimento Alternativa Independente, expressão de uma tendência política dos servidores e subscrita pelo IV Congresso do Sintufsc, sua entidade sindical em 1999), a autora não leva em conta intrincados problemas da teoria política, nem as dificuldades de sua viabilização prática. O sufrágio universal, conquista das lutas sociais e imposta à dominação burguesa, não tem sido garantia de democratização real. Por outro lado, transpô-lo do âmbito geral da cidadania liberal para

âmbitos organizacionais ou institucionais mais restritos implica complicadores mais complexos do que se supõe usualmente. Mesmo se adotado neste âmbito menor, o sufrágio universal continua sendo apenas um mecanismo de escolha, o que não assegura nem uma gestão participativa, nem a instauração de um padrão de relações democratizadas e democratizadoras.

Um tanto paradoxalmente, Elaine Tavares, depois de uma apaixonada defesa do voto universal, num salto digno de um recorde olímpico, propõe "queimar essa etapa" da democracia *tout court*. Não precisamos discordar inteiramente desse revolucionário enunciado, mas realisticamente situá-lo muito além das lutas políticas nos campi, sejam elas as que ocorrem nas "salas bolorentas e carcomidas dos conselhos universitários", sejam as que confrontam candidaturas aos cargos dirigentes ou mesmo as que movem suas organizações sindicais.

Também ao caracterizar a sociedade brasileira como moldada nos padrões coloniais e escravistas, parece não reconhecer as transformações estruturais que modernizaram o país, uma modernização autoritária certamente, mas que produziu uma diferenciação social expressiva. Uma coisa é reconhecer os remanescentes do atraso; outra, diferente, é colocá-los no centro da sociabilidade contemporânea.

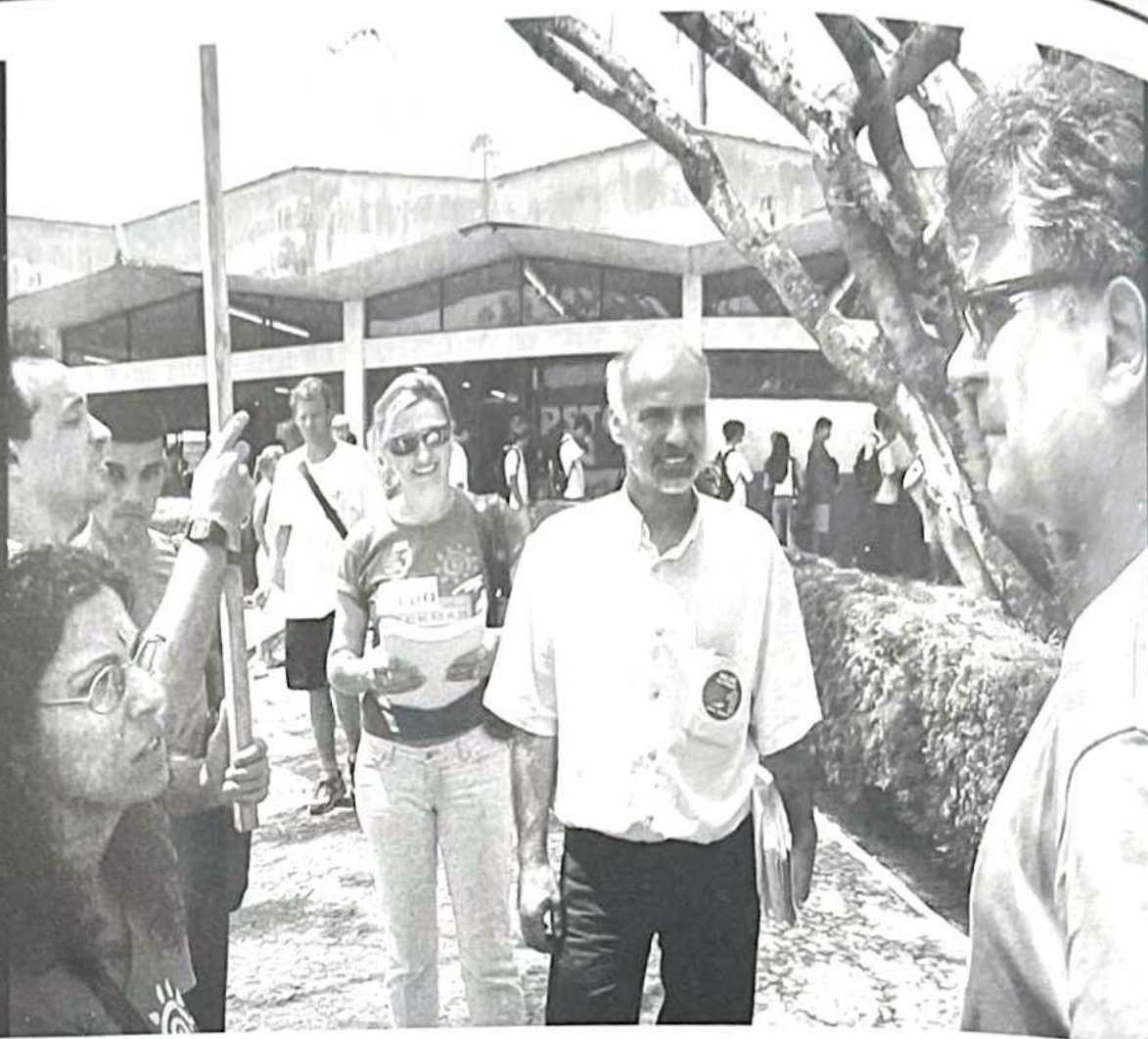
Parece-me igualmente excessiva sua qualificação do ambiente universitário como de "um extremo reacionarismo". Se assim podemos reconhecer algumas estruturas ou identificar a ação de certos dirigentes, não se pode deixar de constatar a presença de práticas e forças democráticas expressivas que cresceram significativamente na universidade brasileira nas duas últimas décadas. O fato de não serem predominantes não lhes retira o crédito de importantes avanços, nem de que destes possa resultar uma dinâmica de novas conquistas.

A enorme frustração que a autora revela, não só com a derrota de seu candidato, mas com todo o processo eleitoral, resulta em parte da desmedida, e talvez indevida, expectativa que atribuiu a esse mesmo processo que agora propõe destruir, qual seja, as instituições da democracia liberal e de suas projeções sobre a instituição universitária. Pode ser uma proposta interessante, mas sua viabilidade demanda outras energias coletivas, âmbitos de luta mais ampliados e um tempo histórico de maior curso. Enquanto isso, a vida miúda e o cotidiano prosaico de nossa inserção profissional nos cobram suas faturas, às quais devemos responder com responsabilidade, discernimento, competência e luta, sem perder de vista alguns horizontes tão caros à

## O voto universal não tem sido garantia de democratização real



*Ao centro, o candidato a reitor pela Chapa 1, Nildo Ouriques. Em primeiro plano, à esquerda, Elaine Tavares, autora de um dos artigos do livro, e à direita, Waldir Rampinelli, organizador da publicação*



autora.

O sempre instigante Armando de Melo Lisboa, professor no Depto. de Ciências Econômicas, faz-se presente com *"O modo de produção de poder dentro da universidade"*. Aqui se detalham as condições imperantes na UFSC que constroem os espaços da cidadania, convertendo os parâmetros do agir republicano numa caricatura, na qual imperam burocracias esclerosantes, lógicas clientelistas e o poder do dinheiro. Armando nos traz ainda uma oportuna reflexão sobre a forma, os termos e as condições do exercício de poder dentro da universidade, apontando para a necessidade de superação do modelo e das práticas vigentes, pela incorporação de institutos mais participativos e autogestionários, com a utilização inclusive das novas tecnologias de comunicação, constituindo uma "cidadania interativa".

Ao criticar a reprodução do poder na UFSC, que se afirma através de uma hegemonia que combina conservadorismo, tecnocratismo e oportunismo de mercado, Armando não é menos lúcido ao apontar as insuficiências das forças de oposição, seja a que se manifesta por meio de fabulações pseudo-revolucionárias, às referenciadas por

um utopismo cego às exigências do presente, ou a que se apresenta sob os auspícios de um pretenso realismo, despojado de princípios. Nesse sentido, esforça-se por delinear as bases de gestões alternativas para a universidade, ancoradas em estruturas cooperativas e remetidas a um horizonte que as viabilize, e que façam sentido não só para as abstrações universais do conhecimento e para a vida acadêmica, mas também para o entorno social em que se inserem.

O Comitê Estudantil de apoio à chapa Nildo/Alckmar, representado por André Ruas de Aguiar, aluno do curso de Economia, e Ginga Vasconcelos, aluna de Ciências Sociais, comparece com o artigo *"É nessa paz que eu não quero seguir admitindo (O Rapa)"*.

Sua contribuição não pretende assumir ares analíticos, mas expressar uma visão coletiva dos estudantes engajados na campanha, não apenas sobre a eleição, mas também sobre diversos temas e questões que perpassam a comunidade acadêmica.

Os estudantes ativistas da Chapa 1 tiveram grandes dificuldades em mobilizar para o voto este segmento acadêmico, num contexto de grande apatia, expressa pelo impressionante índi-

ce de abstenção estudantil de 62,53% no primeiro turno das eleições. Mas, segundo relatam, o dia a dia da campanha lhes trouxe uma oportunidade de tecer redes de solidariedade, avivar o interesse de muitos e projetar novas estratégias de combate, defesa e promoção da universidade pública.

Em *"O fetichismo das eleições"*, de Dalton Menezes Reis e Douglas Francisco Kovalski, a partir de uma perspectiva da teoria das lutas de classes, encontramos uma crítica do processo de escolha do reitor, particularmente sobre o que designam "os porões da Comissão Eleitoral". Trata-se de uma visão, em parte, de um *insider*, tendo um dos autores sido membro da mencionada comissão.

A promessa de desvendar "os porões" parece não se cumprir adequadamente, na medida em que os autores restringem seus comentários à qualidade política dos vários segmentos representados na comissão, argüindo sobre seus posicionamentos que, parece, ficaram aquém de suas expectativas políticas. Ou então, questionando a pertinência de algumas intervenções, no caso de membros da secretaria da comissão, que eventualmente teriam extrapolado suas funções adentrando no mérito de



alguns procedimentos e debates. Resta como apontamento crítico a observação de que a representação dos funcionários técnico-administrativos da UFSC na comissão, ausentes pelo boicote de seu órgão, o SINTUFSC, teriam sido substituídos por outros funcionários sem delegação da categoria. Essa é uma questão que passa pelo regimento que preside as eleições, a ser melhor verificada, e pelo debate político que se deu durante o processo. Sem negar aspectos eventualmente problemáticos de uma indevida representação *ad hoc*, será que isso configura, como querem os autores, uma "perversão" de todo o processo? Assim o diagnóstico realizado parece pouco consistente com o que pretendiam caracterizar como "os porões da Comissão Eleitoral", expressão que nos remete a artimanhas maquiavélicas, manobras escusas, expedientes corruptos, tráfico de influências, etc. Sua análise das atividades dessa comissão não demonstra a pertinência de sua crítica. Com isso não pretendo conferir uma certificação de boa conduta ou de excelência de procedimentos à citada comissão, o que de resto não me compete, mas apontar para os limites do questionamento que lhe é feito por Dalton e Douglas.

Além disso, como entender sua ressalva de que estaríamos diante de uma "institucionalidade e de um legalismo, elementos fundantes deste processo"? Mas, o que queriam? Uma institucionalidade aberta, sem formatação jurídica, em que da vontade instituinte de alunos, professores e funcionários, liberada por pulsões revolucionárias, resultasse não só um novo reitor, mas, quem sabe, uma nova universidade, e talvez *otras cosas más...* Um pouco mais de pé no chão seria aqui uma atitude bem vinda.

Um outro ponto que também padece de um maior desenvolvimento é a defesa que os autores fazem do sufrágio universal para a escolha do reitor. Dizer que não a fazem por razões de princípio, mas apenas porque ela beneficiaria a esquerda, além de discutível revela uma visão taticista, uma concepção instrumental da democracia, eventualmente útil aos "comprometidos com a luta anticapitalista". Novamente notamos aqui referências que extrapolam os âmbitos, as circunstâncias e os limites em que ocorrem os processos políticos numa dada conjuntura, projetando-os num campo de

indeterminações carentes de materialidade, mas preenche de expectativas em busca de suas possibilidades de realização.

Obviamente, ao apontar algumas inconsistências, não pretendo impugnar o posicionamento dos autores quanto aos destinos da universidade, particularmente os desta a que pertencemos. Ao concluir que das condições geradas pela ordem do capital, que degrada os meios de existência e torna problemática a intervenção para gerir suas instituições e contradições, os autores com propriedade demandam maior clareza.

A mesma clareza, no entanto, que não conseguiram fazer aflorar em seu escrito.

A última contribuição da coletânea é assinada por Sandro Ricardo Rosa e Susan Aparecida de Oliveira, ambos mestres em Literatura, sendo o primeiro professor de Filosofia e Sociologia do Colégio Agrícola de Camboriú, da UFSC. Em seu artigo "*Eleições no Colégio Agrícola de Camboriú: sobre as marcas do conservadorismo*", os autores refletem sobre aspectos de uma cultura política conservadora que, sustentam, não apenas se reproduz em diversos âmbitos, inclusive em supostamente respeitáveis instituições como a universidade, mas expandem seus tentáculos e disseminam suas práticas. Um poder assentado numa combinação de coerção, assédio, medo e tradição produz assim seus consensos, sancionados por muitos, sob os auspícios das comodidades do conformismo.

Bastante interessante a análise que fazem da organização interna do poder, de sua instituição e de suas disputas, que vem de um aprisionamento oligárquico que dura 20 anos, passa por uma interventoria e chega à presente configuração de dois campos em luta. De um lado, uma força vinculada à tradição comunitária colonial;

de outro, uma que se orienta pela modernidade, pela inovação e pelo mercado. Do confronto que estabelecem, no entanto, tem resultado não um arranjo democrático em que se reconhecem como parceiros legítimos, mas a esterilidade de uma rivalidade mediada pelo boicote permanente. Encontram-se, porém, na atitude comum de manter, em nome de uma suposta autonomia, o Colégio Agrícola apartado dos influxos mais dinâmicos da vida universitária da UFSC. Protegem-se assim do risco da emergência de uma real alternativa democrática, ao mesmo tempo em que reafirmam e compartilham





seu entranhado conservadorismo. Desse compromisso estabelecem, à época eleitoral, conexões de interesses com tradicionais esquemas de poder da UFSC para viabilizar a manutenção do *status quo* e a reprodução de uma cultura e prática políticas conservadoras.

Mesmo que a caracterização das eleições para reitor da UFSC em 2003 por vezes nos seja apresentada com invectivas exaltadas ou pintada com uma mão pesada, delineando os contornos de um quadro negro de corrupção, opressão, clientelismo ou de outros vícios que lhe retirariam plena legitimidade, os artigos desta coletânea avivam com propriedade e com alto senso de oportunidade um debate necessário e urgente sobre os destinos da universidade pública, uma questão estratégica para toda a sociedade brasileira.

Os ensaios e crônicas aqui resenhadas nos remetem, para além de suas contribuições pontuais ou singulares, a algumas das questões que mais têm intrigado os estudiosos da política; as mesmas, diga-se, que têm frustrado os cidadãos. Isto é: quais seriam e como operariam os mecanismos de escolha eleitoral que assegurassem a expressão autêntica da vontade de uma comunidade política? E, como e por que ocorrências de falhas e corrupções do/e no processo eleitoral não são usualmente confrontadas com êxito para impedir a entronização de seus beneficiários? Claro que um cínico realismo sempre poderá responder que ganha e leva quem tem mais recursos de poder, e menor escrúpulo em utilizá-los. Isso é certamente verdadeiro, na maioria dos casos. É por isso que o ânimo combativo destes escritos, procurando apontar os limites, a precariedade e a fragilidade dos mecanismos pelos quais somos chamados a fazer nossas escolhas, é não só bem vindo como necessário.

Por analogia a um conceito da economia política, poderíamos dizer que da luta pelo poder resulta algo próximo a uma divisão social dos conflitos políticos, que confere aos vencedores e vencidos tarefas distintas. A estes cabe debater contra a má sorte, atribuindo-a a uma variedade de circunstâncias, seja a sua própria fragilidade, às regras do jogo injustas ou sua corrupção, às artimanhas do adversário e sua falta de escrúpulos, aos tempos que não estavam maduros para viabilizar sua proposta, à inconseqüência daqueles que deveriam apoiá-los, etc. Se ultrapassarem o plano das lamúrias e se debruçarem sobre a realidade dos fatos com o auxílio dos recursos da análise e do discernimento políticos, poderão extrair de seu insucesso valiosos ensinamentos para se reposicionar em melhores condições em embates futuros. Não é por outra razão que os mais consequentes grupos e partidos políticos de perfil contestador, orientados por projetos de transformação social, são profícuos produtores de conhecimento sobre a realidade, sobre suas contradições e

como superá-las. É nesse diapasão que reverbera a maioria das crônicas aqui resenhadas: constata as condições e circunstâncias em que se deu a disputa pela reitoria da UFSC, questionam os termos de seu processamento e projetam novos horizontes de combate e enfrentamentos.

Do lado dos vencedores, a disposição imediata é de compreensível fruição e euforia. Quem ganha não está interessado em desvendar o percurso que o levou ao poder ou inquietar-se com uma realidade que afinal o favoreceu. Seu domínio é o do pragmatismo, seu exercício é o de mando, sua responsabilidade é o da ação administrativa. Um entendimento estrito desses campos próprios de uma gestão ou governo tem levado com frequência ao insulamento burocrático, à prepotência, à corrupção, à esterilidade. Por isso, uma gestão democrática, dotada de legitimidade incontestada e expansiva, requer, além de regras e mecanismos instituintes válidos, ampla transparência de ações, prestação de contas rotineiras, permeabilidade a demandas, interlocução contínua com os governados.

Se o grupo vitorioso, que assumiu a reitoria da UFSC em maio de 2004, sentir-se questionado em alguns desses itens, como pretendem alguns dos ensaios ou crônicas aqui resenhadas, tem então uma ótima oportunidade de apresentar sua versão da disputa eleitoral. Numa comunidade universitária em que a circulação de idéias, a investigação de distintos objetos, a elaboração diferenciada, a exposição e a argumentação de temas os mais variados, tratados com abordagens múltiplas, são seus elementos constitutivos, uma "fala do trono", isto é, uma ampla exposição dos apoiadores, ideólogos e ativistas da vitoriosa chapa 3, Lúcio/Ariovaldo, Universidade de Todos, seria muito bem vinda. Afinal não lhes faltaram escribas durante a campanha. Assim teríamos uma completa narrativa do que o resultado das eleições dispôs no campo do dizer, e daqueles outros contemplados com as responsabilidades do fazer.

Se já temos com este livro um excelente registro dos que reivindicam o "*jus esperiandi*", quem sabe poderemos também ser ilustrados com um relato dos premiados com o "*jus operandi*", no que diz respeito às condições geradoras e aos prospectos político-administrativos do grupo dirigente que presidiu os destinos da UFSC desde 2004.

Dada a recorrência da tese das eleições diretas para escolha de reitores das universidades públicas, permito-me alguns comentários adicionais. A questão de se é sustentável a tese da eleição direta e universal para instituir quadros dirigentes universitários - transpondo assim os mecanismos da democracia representativa do âmbito do Estado-Nação ao âmbito interno de uma instituição - tem sido pouco debatida e teorizada.

Para avaliarmos a pertinência desta

## A luta pelo poder resulta em algo perto de uma divisão social dos conflitos políticos







*Ato de lançamento do livro no hall da Reitoria da UFSC*

tese, precisamos antes elucidar algumas distintas concepções de universidade e sua relação com a sociedade. Trata-se de uma instituição social dotada de singularidade e de autonomia, que se move por uma lógica própria, responde a necessidades imanentes e então pode reivindicar a democracia como regra de auto-ordenação? Tal concepção, aparentemente progressista, não está isenta de dificuldades. Por um lado, implica considerar a chamada comunidade acadêmica como um segmento social auto-referente, o que problematiza sua vinculação com o conjunto da sociedade, com o ideal republicano e com os direitos da cidadania. Por outro, reivindica para a universidade uma condição irrealista, na medida em que a supõe desvinculada das contradições sociais, uma instituição despojada de historicidade, que se move nas esferas de um conhecimento que se auto-alimenta pelo exercício cerebrino de sábios, docentes e pesquisadores social e ideologicamente desencarnados. Esta concepção padece também de alguma ingenuidade política, como se fosse possível, nas condições do moderno Estado capitalista, imbricado com a correspondente voracidade de um processo de acumulação enlouquecida, reivindicar com êxito uma real autonomia acadêmica, uma universidade que não respondesse, em última instância, aos reclamos do capital ou que se auto-regulasse por um princípio interno, qualquer que seja.

Entende-se assim uma crítica comum, certamente desfocada e ideologicamente motivada, que vê nas universidades públicas brasileiras uma degradação institucional pelo excesso de corporativismo. Do que decorre que, sendo instituições públicas, estas deveriam escolher seus dirigentes não por um colégio eleitoral interno, mas pela incorporação de outros segmentos (leia-se, especialmente, agentes do mercado e outros grupos e elites dominantes). Têm-se aqui bem

demarcados os limites toleráveis de democratização das organizações e das instituições sob os parâmetros da legalidade liberal-burguesa.

Vejam agora uma outra concepção. Uma que se orienta pelo reconhecimento de que as universidades não são apenas veneráveis casas do saber, como queria o velho humanismo iluminista, nem modernas agências instrumentais da ciência e da tecnologia, como quer hoje o neoliberalismo globalitário. São antes instituições fundantes da produção e difusão do conhecimento de uma sociedade dilacerada por contradições antagônicas, diante das quais é preciso afirmar o compromisso de superá-las no interesse do resgate social e cultural das maiorias. Obviamente que isso implica manter tensionadas, no limite, as relações universidade-sociedade, não somente na questão de sua estrutura dirigente, mas quanto a sua própria natureza institucional, suas opções estratégicas e suas escolhas políticas. Uma tal concepção não tem ilusões de que a universidade pode conquistar sua autonomia e ampliar seus espaços democráticos por uma dinâmica própria, interna. Sabe antes que é de sua articulação com os atores coletivos fundamentais, protagonistas relevantes dos conflitos sociais e das lutas políticas, que pode extrair as energias transformadoras de si própria e de outras dimensões da sociedade. Isso não descarta iniciativas pontuais em seu próprio âmbito, nem experimentos democratizantes internos, que podem eventualmente antecipar inovações e avanços e projetar-se inclusive sobre a sociedade.

Vistas as coisas sob esse enfoque, incrementar a democracia universitária não se resume ao processo de escolha de seus dirigentes, mesmo que tal escolha se realizasse por sufrágio universal. A ênfase em tal referencial precisa ser ultrapassada pela consideração de várias outras dimensões. Por exemplo, para ficarmos apenas no que lhe diz diretamente respeito: pela discussão dos princípios, valores e referências apropriados a uma universidade no novo século, que se anuncia reprodutor de estruturas de poder e de produção desastrosos; pela redefinição de seus atores relevantes, de suas posições e relações mútuas; pela disseminação de informações, pelo debate sobre os mecanismos de participação no processo decisório, sobre a definição de prioridades, sobre a formulação de políticas, sobre formas de gestão, sobre instrumentos de controle das ações, sobre a avaliação de desempenhos, etc.

Em termos concretos e mais imediatos, o destino das universidades públicas brasileiras dependerá do entrelaço entre, de um lado, a afirmação de um projeto gestado democraticamente que aponte para sua autonomia relativa num contexto de um Estado republicano submetido em parte a hegemônias imperiais e, por outro, o seu aprisionamento nas tenazes das chamadas reformas do Estado, que a submetem a estratégias de intervenção tecnológica, a jogos de poder e à competição do mercado, degradando as universidades assim à instrumentalidade dos interesses dominantes de uma sociedade dilacerada pelos conflitos de classe.

O confronto está delineado. Cabe-nos escolher de que lado vamos combater.

Remy José Fontana é professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.



# uma GRANDE obra com GRANDES lacunas

## AS DITADURAS ENVERGONHADA, ESCANCARADA E DERROTADA

Waldir José Rampinelli

O trabalho desenvolvido pelo jornalista Elio Gaspari<sup>1</sup> analisa um período importante da história do Brasil, já que medidas tomadas lá são sentidas amargamente ainda hoje. Uma delas foi a política de extermínio de grupos armados que se opuseram ao fim do Estado de direito; outra, o endividamento externo imposto ao país pelos banqueiros

internacionais e o conseqüente aprofundamento do grau de dependência. Ambas, tratadas longamente nessa obra.

Quanto à estratégia para derrotar os oponentes, os generais-presidentes utilizaram a tortura e o terror estatal, descritos em detalhes pelo autor. No entanto, ele esquece de dizer que tais métodos visavam não apenas a destruir os opositores ideológicos, mas também

a preparar o caminho para uma acumulação capitalista internacional sem precedentes na história. A própria redemocratização, apoiada até pelo governo Ronald Reagan, buscou consolidar, dentro de um Estado de direito, o objetivo que a ditadura perseguia por meio da tortura: a transferência de nosso excedente econômico para o centro hegemônico de poder mundial. As duas últimas décadas<sup>2</sup> de desenvolvimento

Maurício Bergamasco/Folha Imagem



*O jornalista Elio Gaspari, ao fundo, no apartamento onde guarda seu arquivo pessoal*



capitalista na América Latina – afirmam Petras e Veltmeyer (2000: 21) – configuraram um período de prosperidade jamais igualado para os bancos e as corporações multinacionais estadunidenses, bem como de um poder político quase incontestado exercido por Washington (DANTAS, 1962:5).

No que toca ao crescimento da dívida externa, o autor faz uma análise da conjuntura internacional e de como os petrodólares foram encaminhados ao país. Não comenta, porém, que toda essa operação foi possível graças à liquidação física, quando não moral, dos oponentes.

## JANGO: UM PROVOCADOR?

A Política Externa Independente (PEI), criada por Jânio Quadros e seguida por João Goulart, causava muitos problemas aos interesses estadunidenses, já que ela defendia a preservação da paz por meio da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; reafirmava o fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; buscava a ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; apoiava a emancipação dos territórios não-autônomos, fosse qual fosse a forma jurídica utilizada para a sua sujeição à metrópole; e tentava uma política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação da ajuda internacional.

Esses princípios fizeram da PEI a mais avançada e a mais progressista política de toda a história do país. Tal política, mesmo quando sob a chancela de Afonso Arinos<sup>3</sup>, sofreu duras críticas do seu próprio partido, a União Democrática Nacional (UDN). Pedia-se, então, o regresso às normas do Itamaraty, para a política externa deixar de ser instrumento de decisões alheias; exigia-se cuidado com o avanço do comunismo, sendo os udenistas contrários a uma aproximação com a África e o Leste Europeu e favoráveis a uma intervenção militar em Cuba; enfim, solicitava-se o retorno a um alinhamento com os Estados Unidos (BENEVIDES, 1981: 117).

A PEI, embora o embaixador Lincoln Gordon afirmasse ser mais amistosa em relação a Washington que ao bloco socialista, deixou alguns governantes estadunidenses “alarmados por certa falta de flexibilidade das políticas brasileiras” (PARKER, 1984:30), o que foi, com certeza, uma das causas do apoio da Casa Branca ao golpe de Estado de 1964.

Uma vez deposto o presidente Goulart, o novo ministro

*Guevara é  
condecorado  
pelo presidente  
Jânio Quadros,  
que criou a  
Política Externa  
Independente*



## O golpe de 1964 violentou o Estado de direito e o AI-5 foi apenas consequência

das Relações Exteriores – Vasco Leitão da Cunha – rechaçou a PEI, invocando razões geopolíticas que vinculariam estreitamente o Brasil ao mundo ocidental e de modo especial aos Estados Unidos. Vasco Leitão declarou que o conceito básico da diplomacia brasileira passava a ser o da interdependência continental (MARINI, 1985: 66-67).

Dois pronunciamentos oficiais marcam essa grande mudança na política externa brasileira: o primeiro foi um discurso de Vasco Leitão, em 19 de maio de 1965, saudando seu homólogo equatoriano, quando se referiu a “um conceito imanente à natureza da aliança interamericana, o da interdependência entre as decisões de política internacional dos países do continente”; o segundo pronunciamento, do próprio Castello Branco, ocorreu em 28 de maio de 1965, quando, referindo-se à invasão da República Dominicana por tropas estadunidenses com o apoio das brasileiras, defendeu a necessidade de substituir o conceito de fronteiras físicas por ideológicas (MARINI, 1985:68).

Castello Branco adotou uma política internacional intervencionista, comandada pelos interesses do Departamento de Estado, substituindo o enfoque antagonista Norte-Sul pelo conflito Leste-Oeste. A ruptura de relações diplomáticas com Cuba; o apoio à invasão da República Dominicana; o aplauso à decisão de Washington de encaminhar parte de sua ajuda militar à América Latina por meio da Organização dos Estados Americanos (OEA); a reivindicação de que se reativassem o dito “protocolo adicional”, vinculando a ajuda militar à econômica; por fim, a defesa da tese da integração militar do continente com a criação de um exército interamericano permanente são políticas internacionais de Castello Branco em clara oposição ao governo de João Goulart (MARINI, 1985:68).

Elio Gaspari, na sua Ditadura envergonhada, não se refere em nenhum momento à Política Externa Independente





*Os três primeiros livros da série de cinco sobre a ditadura militar: A ditadura envergonhada, A ditadura escancarada e A ditadura derrotada. Os dois primeiros foram premiados pela Academia Brasileira de Letras, na categoria Ensaio, como pode se ver na parte inferior esquerda das capas*

quando analisa a queda de João Goulart, e tampouco à Política de Interdependência Continental ao falar da ascensão de Castello Branco ao poder. Sem dúvida, uma grande lacuna nessa grande obra.

### QUANDO COMEÇA A DITADURA?

O golpe de 1964 violentou o Estado de direito, e o Ato Institucional n. 5 (AI-5) foi apenas uma consequência do seu aprofundamento. Considerar que a ditadura escancarada começou com a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, significa relativizar o período anterior que derrubou um presidente constitucional, desrespeitou as liberdades individuais e coletivas e submeteu o país aos interesses do capital internacional. Essa ditadura, inclusive, não estaria envergonhada, mas muito bem assumida. Daí que, se o exército dormiu janguista, acordou golpista e não revolucionário. Portanto, o AI-5 não é o resultado do crescimento do terror de esquerda, mas sim da necessidade de institucionalização do terror de Estado.

A periodização da ditadura militar de segurança nacional, segundo Gaspari, é a seguinte: “de 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação foi a medida da prática da tortura pelo Estado” (GASPARI, 2002a:129).

Gaspari, embora todo o período seja denominado de ditadura, reforça o termo com a qualificação “escancarada” para os anos de 1968 a 1974 devido à intensificação do mecanismo da tortura. Com isso, ameniza o trabalho dos ditadores Castello Branco, Costa e Silva, Geisel e da junta militar. Se Médici foi quem mais banuiu, exilou, torturou e matou, coube

aos demais preparar as forças repressoras para atuar nos porões do regime e inocentá-las posteriormente. Por isso, não há mais ou menos ditador nessa longa noite sem luar de nossa história.

“A esquerda se arma, a direita se arma” – diz o autor –, como se uma guerra estivesse em marcha. Na realidade, são pequenos grupos com armas – e muito mal equipados – que enfrentam as forças armadas que chegaram ao poder e à Presidência por meio de um golpe de Estado. Não há uma guerra, já que não há dois Estados em litígio, muito menos dois exércitos em confronto. A falta de liberdade e a supressão dos elementos básicos da democracia burguesa levaram as pessoas a se organizarem clandestinamente na luta contra uma feroz ditadura, cujos pilares fundamentais estavam fincados no grande capital internacional<sup>4</sup>. Tampouco Cuba dispunha de tanto poder e tamanha influência, como quer fazer crer o autor dos livros, para ser responsabilizada pelas guerrilhas que atuavam no Brasil e na América Latina. Treinar pessoas, sim; ser responsável por tudo o que acontecia, não. “Pode-se divulgar idéias”, dizia Fidel Castro, “mas não se pode exportar revoluções. As crises é que geram idéias e não as idéias que geram crises. Portanto, é uma prova de ignorância falar em exportar revolução” (CASTRO, 1986:355).

Gaspari diz, em vários trechos, que a ditadura e o terrorismo de Estado originaram-se da anarquia militar. Penso que não, pois a matriz ideológica do regime foi a Escola Superior de Guerra (ESG), que por sua vez reproduzia no Brasil o pensamento de duas escolas estadunidenses: o National War College e o Industrial College of the Armed Forces. Enquanto a primeira estudava e aperfeiçoava a estratégia global dos Estados Unidos, com base na doutrina de segurança nacional, a segunda divulgava a sua respectiva teoria. A ESG do Rio de Janeiro foi um reflexo daquelas instituições de Washington, como fora também a Escola das Américas, do Panamá (COMBLIN, 1978). Portanto, nada de anarquia e tudo de planejamento.

### Golbery fez da res-pública uma res-privada a serviço do capital internacional



## O "SACERDOTE" E O "FEITICEIRO": AMBOS MACABROS

O autor das ditaduras envergonhada, escancarada e derrotada teve acesso direto aos arquivos pessoais do grande mentor intelectual do golpe de Estado de 1964: Golbery do Couto e Silva. No entanto, é preciso tomar muito cuidado com o documento, já que ele pode mostrar tão-somente um aspecto da história: o daquele que está no poder. As cartas, telegramas e memorandos do Ministério de Relações Exteriores, por exemplo, expressarão sempre a visão do governo. O pesquisador terá de fazer o documento falar, interrogando-o sistematicamente. "Não há pior conselho a dar a um iniciante" – afirma Marc Bloch – "do que [dizer para ele] esperar, numa atitude de aparente submissão, a inspiração do documento. Com isso, mais de uma investigação de boa vontade destinou-se ao fracasso ou à insignificância" (BLOCH, 2001:79).

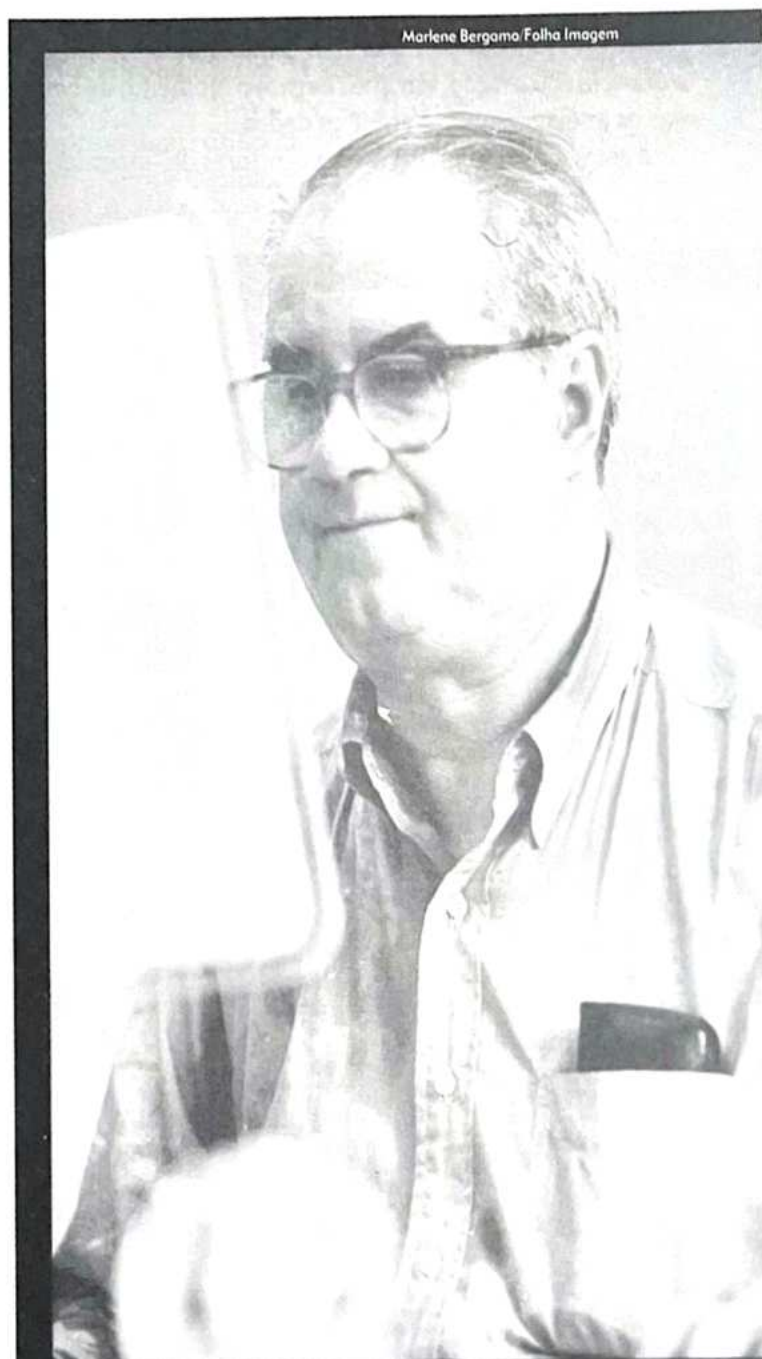
O sacerdote (Geisel) e o feiticeiro (Golbery) são apresentados como os desmontadores de uma longa ditadura militar, tendo para com eles uma atitude de simpatia, quando não de admiração, embora discordando de suas posturas em direitos humanos. Na verdade, ambos arquitetaram e executaram uma ditadura implacável para com seus opositores políticos, benevolente para com seus apoiadores empresários e toda submissa a seus mentores e admiradores capitalistas nacionais e internacionais. Tanto Geisel como Golbery se tornaram, em um dado momento, empregados de corporações multinacionais, não por suas qualidades técnicas, mas em recompensa por favores concedidos e pelas informações privilegiadas que traziam de seus cargos na República.

O sacerdote e o feiticeiro foram dois permanentes foras-da-lei. Não apenas trabalharam pelo fim do Estado de direito, golpeando um governo constitucional, como também apoiaram a criação de um ordenamento jurídico autoritário e espúrio. Dizer que um desmontou a ditadura e que o outro chegava às lágrimas quando ouvia relatos do martírio imposto a jovens estudantes é ser benévolo para com um regime autoritário que por mais de 20 anos desrespeitou os direitos fundamentais das pessoas, já proclamados no século 18 pela Revolução Francesa. Gaspari não apenas dedica um espaço desmedido a Geisel nessa sua obra, como também passa a idéia de o general-presidente ter sido um estadista pelo trabalho de desarticulação do regime.

Geisel, na verdade, foi um homem autoritário na caserna, para mais tarde tornar-se um presidente ditador na República. Conspirou contra vários mandatários eleitos, sempre dentro de uma perspectiva reacionária. Procurou eximir-se da responsabilidade da tortura exonerando o general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército, em São Paulo, não pelo desrespeito aos direitos fundamentais do homem e da mulher, mas sim pelos acidentes ocorridos

com Manoel Fiel Filho e Vladimir Herzog. Vendeu a imagem de um soldado não envolvido com a política, mas dela se utilizou para dirigir o país autoritariamente. Mostrou ser um desenvolvimentista, sem quebrar os laços da dependência com o capitalismo internacional. Eurocêntrico, com críticas aos Estados Unidos, era preconceituoso em relação à índole do brasileiro.

Golbery trabalhou sempre nos bastidores do poder. Indicou muitos de seus companheiros da ESG para ocupar cargos importantes no governo. A res-pública, com ele, tornou-se uma res-privada, atendendo prestimosamente aos interesses do capital internacional. Seus representantes eram sempre bem-vindos ao Palácio do Planalto. Alguns deles,



*Élio Gaspari, numa das raras vezes em que se deixou fotografar*

## O sacerdote e o feiticeiro foram dois permanentes foras-da-lei



como Mr. Ludwig, do Projeto Jari, eram tão íntimos que entravam pela porta dos fundos. Arquitetou a criação de um partido político – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – para apoiar a ditadura, com lideranças confiáveis e manipuláveis, em substituição aos nacionalistas-desenvolvimentistas. Trabalhou, como Salazar, o saber durar. Deixou o governo por discordar da condução da apuração do caso Riocentro. Na verdade, o aumento da luta dos povos em várias partes do mundo contra as ditaduras, como a ocorrida no Irã com a queda do Xá Reza Pahlevi; a pressão dos governos dos países centrais em favor de democracias burguesas, confiáveis e submissas; as sucessivas crises na economia com o fim de milagres econômicos; e a perda constante e sucessiva de legitimidade foram alguns dos fatores que ajudaram o velho golpista a abandonar o barco. Comparando as jogadas políticas com os movimentos de sístole e diástole do coração, viu que chegara o momento de entregar os anéis para não perder os dedos.

Agora, denominar esses dois senhores de “sacerdote” e

“feiticeiro” é ser leniente com todo um período de arbítrio e de ruptura do Estado de direito.

## ALGUMAS IMPRECIÇÕES

1. O autor analisa o Brasil grande-potência do governo Médici, referindo-se à alegria trazida pela Copa do Mundo de 1970, bem como pela “temporada de patriotismo no ano do Sesquicentenário da Independência”. Nesse contexto, “D. Pedro I regressaria ao Brasil, deixando a cripta do mosteiro dos Jerônimos, em Portugal, onde descansava desde 1834”<sup>17</sup>. Na verdade, D. Pedro I – que em terras lusitanas leva o nome de D. Pedro IV – não estava nos Jerônimos, mas no mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Na igreja dos Jerônimos estão somente os grandes nomes da história portuguesa, como Vasco da Gama, que achou o caminho para as Índias; a estátua de Luís de Camões, que descobriu o caminho para chegar a Portugal (SARAMAGO, 1995:291); D. Sebastião e seu messianismo e outros.



Folha Imagem

*“Passeata dos cem mil”, manifestação da União Nacional dos Estudantes que ocorreu em 26 de junho de 1968 no Rio*



Já a família Orleans e Bragança, de somenos importância, tem seu panteão no São Vicente de Fora.

2. O autor, quando trata das relações políticas da ditadura brasileira com a portuguesa, cita Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde como as colônias lusitanas existentes em março de 1974 (GASPARI, 2003:364). Esqueceu-se de outras três: as ilhas de São Tomé e Príncipe, na África, Timor-Leste, na Oceania, e Macau, na Ásia.

3. Ainda sobre o colonialismo português, o autor diz que “todos os governos brasileiros apoiaram Portugal na sua guerra contra os africanos” (GASPARI, 2003:365). A guerra colonial começou em novembro de 1961, com um grande massacre de angolanos, no norte do país. Jânio Quadros, com a sua PEI, já se distanciara do colonialismo português, no que fora seguido por João Goulart. O primeiro voto contra esse colonialismo se deu em 31 de julho de 1963, quando o Brasil, no Conselho de Segurança da ONU, disse sim a um projeto de resolução que convidava Portugal a reconhecer imediatamente o direito à autodeterminação e à independência de seus territórios ultramarinos (MAGALHÃES, 1999:106). Isso preocupou profundamente o governo português, tanto que Salazar ficou esperançoso quando do golpe de Estado de 1964, pois vislumbrava a instalação de um regime autoritário, anticomunista e de apoio à manutenção do império ultramarino português. Acertou nas duas primeiras previsões, não na terceira. Castello Branco não apoiou integralmente o colonialismo português e sugeriu “a formação gradual de uma Comunidade Afro-Luso-

Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema” (MINISTÉRIO das Relações Exteriores, 1966). A ditadura militar, de 1964 a 1974, não hostilizou Portugal, já que este era um aliado estratégico dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria<sup>5</sup>, mas se distanciou do apoio dado a Lisboa pelo governo Kubitschek (1956-1961). Adotou, então, com alguma ambigüidade, uma posição de abstenção. Portanto, é um equívoco dizer que “os governos brasileiros apoiaram Portugal na sua guerra contra os africanos”.

A obra de Elio Gaspari – as ditaduras envergonhada, escancarada e derrotada – é muito importante para a historiografia brasileira, que tem se dedicado parcimoniosamente a esse período. O trabalho, muito mais de um jornalista do que de um historiador, embora tenha recebido muitos elogios, apresenta grandes lacunas e alguns equívocos.

Apenas duas curiosidades: o autor não falou da morte de Costa e Silva e demonstrou ter grande amizade com Golbery, Geisel e Heitor Ferreira, tornando-se o depositário de todo um acervo que, por certo, interessa ao país. Não deveriam esses documentos estar sob a guarda de um arquivo público para que todos tivessem acesso a eles?

Waldir José Rampinelli é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Ciências Sociais – Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

## REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTRO, Fidel. *Fidel e a religião: conversas com Frei Betto*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. Entrevista.
- COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- MAGALHÃES, José Calvet de. Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución. 12 ed. México: Século XXI, 1985.
- MINISTÉRIO das Relações Exteriores. A política exterior da revolução brasileira. 1966.
- PARKER, Phyllis R. *Brasil y la intervención silenciosa – 1964*. México: Fundo de Cultura Económica, 1984.
- SARAMAGO, José. Viagem a Portugal. 18 ed. Lisboa: Caminho, 1995.

## NOTAS

<sup>1</sup> Refiro-me aos livros *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, 417 p; *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b, 507 p; e *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 538 p.

<sup>2</sup> Os anos 1980 e 1990.

PETRAS, James; VEITMEYER, Henry. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DANTAS, San Tiago. Política externa independente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

<sup>3</sup> Afonso Arinos de Mello Franco foi ministro das Relações Exteriores de 01/02/1961 a 10/09/1961. Exerceu novamente a função de 16/07/1962 a 17/09/1962.

<sup>4</sup> Theotônio dos Santos e Vania Bambirra perguntam: “no interesse de que classes se concebe e se implanta a política da ditadura brasileira? Óbvia e prioritariamente no interesse da grande burguesia monopolista nacional e estrangeira, isto é, das burguesias industrial, financeira e comercial integradas em uma unidade econômica nacional por meio de seus sócios maiores: o grande capital internacional”. BAMBIRRA, Vania; DOS SANTOS, Theotônio. Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura: 50 años de crisis social. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Org.). América Latina: história de medio siglo. 6. ed. México: Século XXI, p. 156.

<sup>5</sup> Refiro-me à cedência dos Açores para a instalação de bases militares do Pentágono. Essas ilhas, diz Fernando Rosas, “são um elemento imprescindível para as tropas estadunidenses, sendo uma espécie de porta-aviões no meio do Atlântico (e ainda hoje o são essencial para as manobras militares dos Estados Unidos)”. ROSAS, Fernando. A Europa, os Estados Unidos e o Brasil de JK apoiaram a ditadura de Oliveira.





# Neruda

Buenas noches,  
amigas y amigos,  
compañeras y  
compañeros... En  
esta oportunidad  
quisiera  
verdaderamente hablar  
portugués, pero sé que ustedes  
comprenderán mis palabras, porque  
estarán centradas en un hombre  
que nos pertenece a todos los que  
amamos la libertad, la belleza, la paz,  
la democracia: Pablo Neruda.

Agradezco, a nombre del Partido Comunista de  
Chile y del pueblo chileno, la oportunidad que  
ustedes nos han concedido para charlar de nuestro  
compañero. Agradecemos también esta conmemoración  
del pueblo de Florianópolis en el centenario de un hombre  
que, entre miles de versos, escribió, "ganaremos nosotros los  
más sencillos."

Su inscripción de nacimiento figura en la Oficina de Registro Civil  
de la pequeña ciudad de Parral, al sur de Chile, de la siguiente  
manera:

Agosto de 1904. Ricardo Eliecer Neftali Reyes Basoalto, hijo de  
José del Carmen Reyes Morales y de Rosa Neftalí Basoalto Opazo.

El nacimiento tuvo lugar el 12 del mes de julio del año 1904.

Con versos de mi libro «Las vidas del poeta. Cantata por la  
vida de Neruda.» procuraré resumir la existencia

gigantesca de este Ricardo Eliecer Neftalí Reyes

Basoalto que recordamos estos días en diversas

ciudades del mundo como Pablo Neruda, poeta  
de la humanidad.



O texto a seguir, misto de admiração, ternura, denúncia e principalmente, poesia, homenageia um dos maiores poetas do continente americano. Pablo Neruda, Prêmio Nobel de Literatura, foi defensor intransigente dos direitos humanos em sua pátria natal e em sua pátria maior: a humanidade.

A publicação foi decidida como homenagem ao homem e poeta Neruda, e principalmente à poesia, que cabe em qualquer tempo e em todo lugar. O autor é o poeta chileno Oscar Aguilera, também professor, que apresentou o texto na UFSC em 2004, em meio aos festejos pelo centenário de Neruda.

*Para decir la vida de Neruda  
retiro los libros de la lluvia  
pongo capa y sombrero  
a lo joven del siglo.  
Paseo por Asia y el oriente  
cual si anduviera por mi propia calle.  
Conozco Buenos Aires  
y regreso a mi España,  
a mi guerra civil,  
a mi guerra mundial,  
a este poema absurdo  
del planeta.*

*Recorro el Norte Grande  
y junto con las piedras,  
y junto a las estrellas  
y junto a los mineros  
elijo senador al poeta y sus manos...*

*Después sigo la ruta  
de todos los destierros.  
Viajo por todo el mundo  
en nostalgias de cueca  
y retorno a la patria,  
al mar de todo Chile.*

*Para decir Neruda  
repito poesía,  
repito embajador,  
repito Premio Nobel  
y lluvia, siempre lluvia  
o mar. Levanto el puño.  
Continúo escribiendo  
y dejo a las canciones  
explicar mi silencio.*

“Uno se pasa la vida aprendiendo a vivir, y cuando ha aprendido, se muere”, dijo alguna vez Neruda a su amigo el escritor Francisco Coloane.

*Las vidas del poeta  
son las vidas  
del hombre que vivió  
lo suficiente  
el combate moral,  
la dividida  
distancia entre lo frío  
y lo caliente  
Las vidas del poeta  
son las vidas  
multiplicadas,  
rotas, perseguidas:  
las vidas de los otros  
que estuvieron*

*o las que apenas fueron  
presentidas  
Las vidas del poeta  
fueron siempre  
encuentros generosos  
con el día  
y nocturnos debates  
con la noche  
teniendo por lugar  
la poesía  
Las vidas del poeta son un lento  
camino con los ojos muy abiertos,  
con la limpia alegría*

*de los vivos  
y la triste tristeza  
de los muertos*

*Las vidas del poeta  
no tuvieron  
más límite  
que un verso  
entrecortado  
Pero es curioso:  
Luego de esa muerte  
siguió viviendo siempre  
en todos lados*



Comencemos por su niñez en la lluviosa ciudad de Temuco al sur de Chile

*La infancia es un poema  
en gotas de agua  
e insectos luminosos  
enseñando la redondez  
del día y de la vida.*

*Un poeta se forma en la niñez,  
soledad luminosa de la tarde  
enseñando los nombres  
posibles e imposibles  
de la lluvia.*

Su primer artículo, publicado a los 13 años en el diario «La mañana» de Temuco, que dirigía su tío Orlando Masson, se titula «Entusiasmo y perseverancia». Estas palabras marcaron la vida de poeta para siempre. Su obra gigantesca lo comprueba. Desde aquella temprana edad fue un trabajador de la poesía entusiasta y perseverante.

Poco más tarde conoce a la poetisa Gabriela Mistral, que ejerce el cargo de Directora del Liceo de Niñas de Temuco. Gabriela (Premio Nobel 1945) ya era una joven y prestigiosa escritora.

La época de adolescencia está llena de colaboraciones en publicaciones de provincia y de Santiago, con el temprano seudónimo de Pablo Neruda. En septiembre de 1971 los redactores del semanario francés L'Express, en una larga entrevista, consultaron al poeta por qué había adoptado este nombre. La respuesta fue la siguiente: «Un día que temía más que de costumbre que mi padre descubriera la verdad -lo que hubiera sido una catástrofe- me tocó recorrer las páginas de una revista en la cual había un cuento firmado: Jan Neruda. Precisamente en ese momento tenía que entregar uno de mis poemas a un concurso. Entonces tomé Neruda como segundo nombre y puse Pablo como primero. Pensé que sería por algunos meses.»

Jan Neruda fue un gran escritor checo. Hoy en la ciudad de Praga existe una calle Neruda, que su lleva su nombre por Jan, y otra calle Neruda, que lleva su nombre por Pablo.



*La juventud de todos los cuadernos  
y la universidad de la pobreza  
le dictan a un muchacho de Temuco  
más de veinte poemas,  
más crepúsculos, más amor  
más ciudades nebulosas.  
En la calle Maruri de Santiago  
aprende, reaprende*

*el hambre, la sonrisa,  
la soledad, la nube,  
la lección de mañana,  
la tinta verde, el vino,  
el rostro de mujer  
pasajera en silencio  
y el peso de la noche  
extrañamente lento.*

El período de juventud en Chile, desde 1921 a 1927 abarca una extensa producción literaria que incluye las primeras publicaciones de «Crepusculario» (1923) y «Veinte poemas de amor y una canción desesperada» (1924). Este libro de poemas de amor está traducido a más de un centenar de idiomas en todo el planeta.

En 1926 Editorial Nascimento publica «Tentativa del Hombre Infinito», la novela «El habitante y su Esperanza», y «Anillos», escrito junto a Tomás Lago.

Tras un largo tiempo de incertidumbre, período demasiado extenso de bohemias poéticas casi desenfrenadas, surge un viaje fundamental. Ingresa al servicio diplomático chileno en uno de los últimos rangos: es nombrado cónsul honorario en Rangoon, Birmania.



*Cruzar el mar encierra los peligros  
de saber el azul y la distancia,  
de mirar los colores de otra forma  
y de hablar la inocencia en otro espejo.*

*En tanta Oceanía de los hombres  
un joven cónsul habla con su sombra.*

En un período hondamente existencial, sufriente, metafísico, Pablo Neruda comienza a escribir la serie de «Residencias en la Tierra.» Luego de volver a Chile en 1932, casado con la holandesa María Antonieta Aghenaar, se publica la edición definitiva de «20 Poemas de amor y una canción desesperada». El 28 de agosto de 1933 es nombrado Cónsul en Buenos Aires. En octubre conoce a García Lorca. En 1934 viaja a Barcelona y en 1935 asume como Cónsul chileno en Madrid.

### *Así lo presenta García Lorca en la Universidad de Madrid en 1935*

«Y digo que os dispongáis para oír a un auténtico poeta de los que tienen sus sentidos amaestrados en un mundo que no es el nuestro y que poca gente percibe. Un poeta más cerca de la muerte que de la filosofía; más cerca del dolor que de la inteligencia; más cerca de la sangre que de la tinta. Un poeta lleno de voces misteriosas que afortunadamente él mismo no sabe descifrar; de un hombre verdadero que ya sabe que el junco y la golondrina son más eternos que la mejilla dura de la estatua» (....)

En 1934 conoce a Delia del Carril. Pasa un tiempo y se separa de María Antonieta Aghenaar. Delia del Carril ejerce una enorme influencia sobre las concepciones del poeta. En ese año el conflicto de España hace tomar partido a los escritores. La «Tercera residencia en la Tierra» contiene los poemas de «España en el Corazón». Allí Neruda escribe, como otros poetas del mundo: «Generales traidores, mirad mi casa muerta.... Mirad España rota».... A partir de 1936, la poesía de Neruda comienza a abarcar el universo de la lucha política.

Tras la derrota del bando republicano en España, en 1939, Neruda consigue tras muchas gestiones ante el gobierno chileno del presidente Pedro Aguirre Cerda, el traslado de tres mil republicanos, hacinados en campos de concentración en Francia. Junto al gobierno republicano en el exilio logra despachar un barco carguero llamado «Winnipeg» que al final arriba al puerto de Valparaíso, cumpliendo su humanitaria misión. Entre esos tres mil hombres y mujeres venían niños. Uno de los pequeños del Winnipeg era José Balmes, hoy uno de los más grandes pintores del país, Premio Nacional de Arte.

En los años posteriores cumple servicio diplomático en México. Es agredido por un grupo nazi. Carteles con poemas suyos son pegados en miles de murallas de Ciudad de México. Regresa a Chile junto a Delia del Carril y en 1945 acepta ser candidato a Senador por una de las zonas más pobres del país: el Norte Grande

*La palabra sagrada «compañero»  
aprendida en España  
después de tanto horror  
pudiera ser, tal vez,  
el después de la vida.  
El Frente Popular le nombra candidato  
y las banderas rojas y las banderas blancas,*

*las banderas azules de estrellas y salitre  
lo encuentran con los pobres  
para ser Senador  
del norte y del desierto,  
de su gente que sabe  
la lentitud del tiempo.*



## Neruda senador (1945)

Las piedras, los salares de Atacama  
ven escribir su nombre en letras gruesas.  
Mil discursos reparten la proclama:  
"Trabajo, Escuela y Pan sobre la mesa"

Propagandista activo, infatigable  
agitador imán de los aceros,  
los curtidos pampinos inmutables  
escuchan tus poemas en silencio

El salitre y el sol abren los versos,  
la pampa escucha el grito repetido.  
El triunfo organizado es el esfuerzo  
por cumplir con el pacto prometido

Neruda Senador. La poesía  
entró al glacial Congreso centenario.  
Algunos senadores desconfían:  
"su padre fue un obrero ferroviario..."

Neruda es elegido Senador en abril de 1945 en una de las regiones más pobres de Chile, Tarapacá y Antofagasta, la zona del desierto y de las oficinas salitreras. Formaliza su ingreso al Partido Comunista de Chile el 8 de julio de 1945, en un gigantesco acto público, junto a un grupo de destacados intelectuales y artistas. Durante tres años, interviene en el senado "para servir al despojado" como señala su amigo y principal biógrafo Volodia Teitelboim. "Alza su voz examinando y pronunciándose sobre las cuestiones fundamentales de una época que acaba de salir del gran exterminio de la Segunda Guerra Mundial."

## 1948

Pero nunca se sabe ciertamente  
qué hace cordero al lobo  
o al lobo un corderillo.  
Desde el palacio mismo se dictan los decretos  
"Queda fuera de la ley el Partido Comunista"  
"Prohibido pensar de tal o cual manera"

Una cárcel de cristal tiembla por la patria  
Una cárcel de cristal tiembla por la patria.  
Se inaugura por primera vez  
en la Historia General de Chile  
el Campo de Prisioneros de Pisagua  
y aquel que esté libre de las garras  
aprenderá a ser clandestino  
o a cruzar las paredes del exilio.

El senador Neruda debe ingresar a la clandestinidad. Allí comienza la creación del Canto General. Al ser concluido el texto, de aproximadamente cuatrocientas páginas es impreso en secreto, y distribuido en Chile.

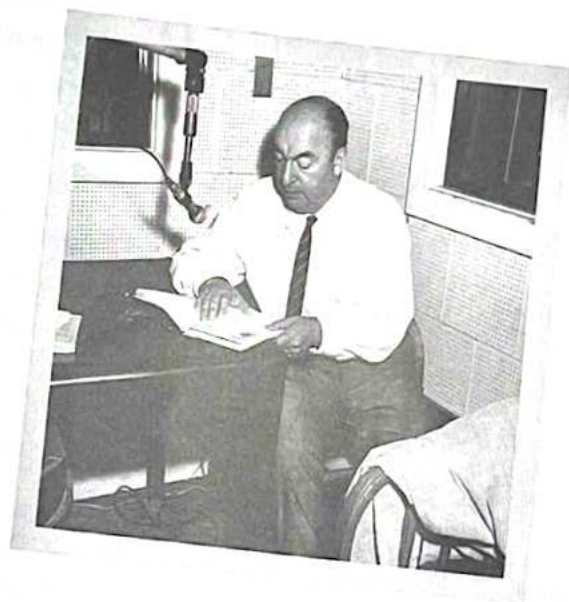
El sueco Arthur Lunkdvist en el artículo «Neruda», aparecido en el Boletín de la Universidad de Chile de junio de 1964, reseña así la etapa del Canto General: "durante los años inmediatamente después de la Segunda Guerra Mundial, Neruda consideró seriamente su misión como poeta y asumió el cambio. En vez de ser el poeta de la muerte, la melancolía y la derrota, llegó a ser el de la lucha, el trabajo, la alegría y la esperanza. Ya tenía en sus manos los medios de expresión, sólo necesitó darles otra dirección, otra meta. Su poesía más temprana es sembrada en tierra oscura donde la muerte espera, pero solamente como una etapa de transformación,



un camino a la resurrección. Su poesía subsiguiente es crecida, ondulante, crecida triunfalmente y cosecha de una riqueza imprevista. Chile, el país de origen, todavía es centro del gran poema del continente americano que es el «Canto General». El drama social chileno ocupa el mayor espacio, está mirado más de cerca que el de los otros países. La naturaleza se presenta como la raíz y la llave de esta épica elemental.”

En la década del 50 se une a su tercera esposa, Matilde Urrutia, que lo acompañará hasta el final de sus días. Ella inspira libros como “Los versos del capitán” y “Cien sonetos de amor”.

*Toda navegación tiene regreso  
Siempre vuelve a un lugar el que ha partido  
y aquel que viaja colecciona sus recuerdos  
con seriedad de niño enamorado  
Todo coleccionista compra, cambia, roba.  
Cómprenme una ilusión este momento,  
cámbienme una cereza colorada  
junto a dos estampillas de correos  
por tres almendras y un barco de papel  
Róbenme esta canción de saludar al capitán del amor,  
Pablo Neruda,  
coleccionando sueños y oleajes.*



En 1969 se forma una coalición de partidos de izquierda, la Unidad Popular. Cada colectividad proclama un precandidato. El Partido Comunista de Chile propone a Neruda y el Partido Socialista a Salvador Allende. Tras una intensa campaña política a lo largo de todo el país, declina su candidatura a favor de Salvador Allende. El 4 de septiembre de 1970 Allende obtiene la primera mayoría en una elección que es observada desde el mundo entero por sus repercusiones: la vía electoral al socialismo.

Cuando el Presidente Allende asume, Neruda es nombrado Embajador en Francia, cargo diplomático de enorme trascendencia política y económica para Chile.

*Yo me quedo callado  
Es mejor que hablen los periódicos  
y las radioemisoras  
y la televisión.  
Que hable todo el planeta  
que hable el pueblo de Chile  
diciendo su alegría  
(primavera floreada, año setenta y uno)*



## Premio Nobel (Octubre 1971)

Una paloma blanca  
trajo la noticia

Dos ruiñeñores piensan  
que se hizo justicia

Tres gallos de penacho  
rojo como el fuego  
en plena tarde cantan  
incendiando el cielo

Cuatro caballos verdes  
por Madrid galopan  
En Estocolmo el hielo  
se cambió de ropa

¿Y cuál es el suceso  
que está tan preso?!

Cinco elefantes gordos  
serios y africanos  
nombran al continente  
sudamericano

Casi son seis las letras  
que escribió una mano

Y siete codornices  
de alitas agudas  
sobrevolando el sur  
nos dicen: "Es Neruda!"

París... En la embajada  
un telegrama llama  
y se equilibra y brinca  
por sobre una cama

Por ocho cisnes blancos  
libres y rotundos  
se da por enterado  
casi todo el mundo

Un rey que es de verdad  
como en los mismos cuentos  
anuncia en la mañana  
silabeando lento:  
Premio Nobel de Literatura 1971:  
Pablo Neruda..."

Son nueve los volcanes  
y montes chilenos  
que empiezan a aplaudir  
sonoros como truenos

Zorzales, picaflores  
libran su alboroto  
y los trabajadores  
están orgullosos

El Presidente Allende  
desde la Moneda  
felicit a su amigo  
embajador poeta

Por diez momentos,  
horas, días, largos meses,  
la Patria entera ríe,  
escribe, sueña y crece

Pablo Neruda, simple nieto  
de la altura  
sonríe al Nobel Premio  
de Literatura

y en plena ceremonia  
de formal prestancia  
recuerda un parecido  
premio de la infancia...

## Declaración de la Real Academia Sueca en octubre de 1971

(...) "A los trece años de edad publicó su primer poema, a los veinte ya era un conocido poeta. A los cuarenta y cinco años, y después de una continua producción, solo había escrito una pequeña parte de su colección, que alcanzaba en 1962 a dos mil páginas. Dos años más tarde, cuando cumplió 60 años, publica cinco nuevos volúmenes de poemas bajo el título de «Memorial de Isla Negra».

Posteriormente, muchas nuevas obras han visto la luz, entre ellas obras maestras como «La Barcarola». Ante tal oleaje de poesía una corta presentación sería insuficiente.

Que en este mundo sin fin tratemos de presentar un poema o una colección sería ridículo. Esto sería como tratar de achicar una embarcación de cincuenta mil toneladas con una cuchara. No podemos sintetizar la obra de Pablo Neruda, esto no lo ha logrado ni él mismo."

En 1972, por motivos de salud, con un avanzado cáncer, Neruda debe regresar a Chile. Se le realiza un gigantesco homenaje en el Estadio Nacional. En la segunda fila de las autoridades, saluda y hace reverencias un gris militar de lentes oscuros: el entonces comandante de la guarnición de Santiago, Augusto Pinochet.



1973

Como si fuera poco haber andado tanto  
sigues andando luego de abandonar la vida.  
Como si fuera poco conocer la alegría  
te mueres de tristeza con la patria en tinieblas  
un septiembre violado.

Pido un monumento para Pablo Neruda  
hecho con gotas de agua y con violetas.

Con piedras del sur y el norte  
y la espuma blanca de una ola de Isla Negra.  
Pido se me entreguen las cenizas  
de sus libros quemados esa fecha.

Pido que otra escuela y otra tarde  
lleven siempre los nombres del poeta.

El golpe militar del 11 de septiembre de 1973, la muerte de su entrañable amigo y compañero de luchas Salvador Allende en el palacio de La Moneda, el horror de los primeros días de la dictadura apresuran también la muerte de Pablo Neruda, que fallece el 23 de septiembre. Su funeral provoca la primera manifestación antidictatorial.

Un día y en un mes  
en que jamás llegó la primavera

Un día y en un mes  
en que quedó más sola  
la solitaria estrella  
en la bandera

Un día y en un mes  
de un año  
que no tiene calendario

Un domingo sin sol  
la muerte le obligó  
a tomar un descanso necesario

No reposes en paz  
hasta el minuto  
luminoso y total  
de la victoria

Tu muerte es sólo  
un verso diminuto  
Vivirás junto a Chile  
y a su gloria

Ganaremos nosotros  
los más sencillos,  
los que fuimos madera,  
hambre o martillo

Ganaremos nosotros,  
José y María,  
Pedro, Eduardo y Miguel,  
Laura y Elías

Ganaremos nosotros,  
los humillados,  
los negados tres veces,  
los olvidados

Ganaremos nosotros,  
trabajadores,  
estudiantes, mujeres,  
los pobladores

Ganaremos nosotros,  
Pablo Neruda,  
tu vida con nosotros  
no estará muda

Ganaremos nosotros,  
los más sencillos  
Ganaremos nosotros:  
te lo decimos.

Quisiera, concluir esta charla con palabras del propio Neruda: «Fui el más abandonado de los poetas y mi poesía fue regional, dolorosa y lluviosa. Pero tuve siempre confianza en el hombre. No perdí jamás la esperanza. Por eso tal vez he llegado hasta aquí con mi poesía, y también con mi bandera.»

Oscar Aguilera, chileno, é poeta e professor



# Normas para o envio de artigos

## LEITORES INTERESSADOS EM PUBLICAR SEUS TEXTOS NA REVISTA PLURAL DEVEM OBSERVAR AS SEGUINTE NORMAS PARA ENVIO DE ARTIGOS

1. Os textos devem conter, preferencialmente, dez laudas (25 mil caracteres). Autores que excederem o limite sugerido serão contactados para considerarem a possibilidade de cortes no texto.
2. O Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse tipo de material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação.
3. As notas e as referências, quando necessárias, devem ser citadas no final do texto, de acordo com as normas da ABNT.
4. Os artigos deverão ser encaminhados em disquete, com uma cópia impressa, digitados no programa Word for Windows. Deve constar nome do autor, profissão/ cargo, local de trabalho, endereço e telefone para contato, assim como um breve resumo de dez linhas sobre o conteúdo do texto.
5. Ilustrações ou fotos poderão ser fornecidas pelos autores, assim como a indicação de pequenos trechos que possam ser destacados dentro do artigo.
6. A revisão dos textos será feita por profissionais contratados pela Apufsc, podendo o autor solicitar uma leitura posterior à revisão.
7. O Conselho Editorial se reserva o direito de aceitar ou rejeitar a contribuição de acordo com a linha editorial da revista e suas finalidades.

*Diretoria de Divulgação e Imprensa*

## SEÇÕES DA REVISTA PLURAL

### RESENHAS CRÍTICAS

Serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa da fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, preferencialmente, 100 linhas (aproximadamente 8 mil caracteres).

### ESPAÇO PLURAL

Serão aceitas cartas com, no máximo, 40 linhas.

### CONTOS E POEMAS

A publicação será definida pelo conselho editorial.

### INDICADOR DE LEITURA

Sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades do Sindicato.

### PROFESSOR-REPÓRTER

Curtos relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto nacionais como no exterior, relacionadas com a sobrevivência e vida acadêmica nessas locais.

## PLURAL É DISTRIBUÍDA GRATUITAMENTE PARA:

- Todos os associados da Apufsc-SSind;
- Todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina;
- Todas as seções sindicais das instituições de ensino superior brasileiras;
- Todos os deputados estaduais catarinenses e
- Todos os vereadores de Florianópolis.





## DIRETORIA - GESTÃO 2004/2006

**Presidente:** Carlos Henrique Lemos  
Soares

**Vice-Presidente:** Hamilton Carvalho de  
Abreu

**Secretária Geral:** Bartira Cabral Grandi

**1º Secretário:** José Arno Scheidt

**2º Secretária:** Anamaria Beck

**Tesoureira-Geral:** Magaly Mendonça

**1º Tesoureiro:** Alberto Elvino Franke

**Diretora de Divulgação e Imprensa:**  
Sandra Mendonça

**Vice-Diretora de Divulgação e  
Imprensa:** Maria da Graça Bollmann

**Diretor de Promoções Culturais e  
Científicas:** Carlos Alberto Franca  
Dantas

**Vice-Diretora de Promoções Culturais e  
Científicas:** Tanira Margarete  
Piacentini

**Diretora de Promoções Sociais:** Maria  
Terezinha Paulilo

**Diretor de Política Sindical:** Clarilton  
Ribas

**Diretor de Relações Institucionais:**  
Carlos Becker Westphall

**Diretora de Assuntos de Aposentadoria:**  
Maria Helena Almança

**CONSELHO FISCAL**

**Efetivos:** Paulo Pinheiro Machado, Ivo  
Sostisso, Honório Domingos Benedet

**Suplentes:** Raul Burgos, Nádia Maria  
Luna, Rozangela Curi Pedrosa



# especial saúde do professor

Impressões sobre a  
universidade insalubre  
página 4



Trabalho e saúde do professor  
página 14



Condições e cargas de  
trabalho da atividade docente  
página 20



Promoção da saúde na  
era do estilo de vida  
página 28



Sofrimento  
psíquico no trabalho  
página 34



Dependentes químicos: a  
atuação do Samps na UFSC  
página 48

